

ATA DA 52ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONAMA

Data: 17 de dezembro de 1998

Local: Auditório nº 1 do IBAMA, Brasília – DF

I - MEMBROS PRESENTES

Dr. Laudo Bernardes, Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal - MMA; Dr. Raimundo Deusdará Filho, Secretário-Executivo do CONAMA e Secretário de Formulação de Políticas e Normas Ambientais do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal - MMA, Dr. Bertoldo Silva Costa, Conselheiro Suplente representante da ABES, Dr. Antônio Carlos P. Soler, Conselheiro Titular representante das Entidades Ambientais da Região Sul; Dr. Renato Paes da Cunha, Conselheiro Titular representante das Entidades Ambientais da Região Nordeste; Dr. Paulo Finotti, Conselheiro Titular representante das Entidades Ambientais da Região Sudeste; Dra. Rita Rilda Soares Lourenço, Conselheira Titular representante das Entidades Ambientais da Região Norte, Dr. Sérgio Henrique Guimarães e Dr. Mauro Oliveira Pires, Conselheiros, Titular e Suplente, representantes das Entidades Ambientais da Região Centro-Oeste; Dr. Werner Eugênio Zulauf, Conselheiro Titular representante da Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA; Dr. Paulo Nogueira Neto, como convidado; Dr. Jairo Cortêz Costa, Conselheiro Titular representante da Fundação Brasileira para Conservação da Natureza - FBCN; Dr. Tibério Leonardo Guitton, Conselheiro Suplente representante da Confederação Nacional da Agricultura - CNA; Dr. Leopoldo Garcia Brandão, Conselheiro Suplente representante da Confederação Nacional do Comércio - CNC; Dr. Shelley de Souza Carneiro Conselheiro Titular representante da Confederação Nacional da Indústria - CNI; Dr. Marcos Fernando Carneiro Carnaíba, Conselheiro Titular representante do Governo do Estado de Alagoas; Dr. Antônio Cláudio de Carvalho, Conselheiro Titular representante do Governo do Estado do Amapá; Dr. Durval Freire de C. Olivieri, Conselheiro Suplente representante do Governo do Estado da Bahia; Dra. Márcia Correia de Oliveira, representando o Conselheiro Titular representante do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul; Dr. Erasmo Rocha Lucena, Conselheiro Titular representante do Governo do Estado da Paraíba; Dr. Hitoshi Nakamura, Conselheiro Titular representante do Governo do Estado do Paraná, Dra. Tânia Maria Parucker Araújo Penna, representando o Conselheiro Titular representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Vladimir Ortiz da Silva, Conselheiro Suplente representante do Governo do Estado de Santa Catarina; Dra. Vera Lúcia Ramos Bononi, Conselheira Suplente representante do Governo do Estado de São Paulo; Dr. João M. R. Neto, representando o Conselheiro Suplente representante do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado; Cel. Eng. Allemander Jesus P. Filho e Dr. Carlos Alberto Föntelles Souza, Conselheiros, Titular e Suplente, representantes do Ministério da Aeronáutica; Dr. Carlos Fernando de M. Delphim, Conselheiro Titular representante do Ministério da Cultura; Ten. Cel. Albérico Ramos de Oliveira, Conselheiro Suplente representante do Ministério do Exército; Dr. Manoel Tenório Costa, Conselheiro Suplente representante do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo; Dr. Martinho Aparecido Gallo, representando o Conselheiro Titular representante do Ministério da Fazenda; Cap. Fragata Walbert Tavares de Almeida, Conselheiro Suplente representante do Ministério da Marinha; Dr.ª Ana Gilda de Sá Carvalho, Conselheira Titular representante do Ministério da Justiça; Dr. Ronaldo Peixoto, representando o

51 *Conselheiro Suplente representante do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos*
52 *Hídricos e da Amazônia Legal; Dr. José Eduardo Alves Martinez, representando o*
53 *Conselheiro Suplente representante do Ministério de Minas e Energia; Dr. Almir Augusto*
54 *Chaves, Conselheiro Titular representante do Ministério do Trabalho; Dra. Ieda Maria*
55 *Neiva Rizzo e Dr. Sylvio Roberto P. Barbosa, Conselheiros, Titular e Suplente,*
56 *representantes do Ministério dos Transportes; Dr. Miguel César F. Abras, Conselheiro*
57 *Suplente representante da Casa Civil da Presidência da República; Dr. Adriano Lobo de*
58 *Souza, Conselheiro Suplente representante da Secretaria de Assuntos Estratégicos da*
59 *Presidência da República; Dr.^a Jane Carol Salles B. Azevedo, Conselheira Suplente*
60 *representante da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República; Dr.*
61 *Murilo Mota Filho, Conselheiro Suplente, representante da Secretaria - Geral da*
62 *Presidência da República; CMG (RRM) Sérgio R. Santabaia Nogueira, Conselheiro*
63 *Suplente representante do Estado Maior das Forças Armadas; e Dr. Antônio Carlos do*
64 *Prado, Conselheiro Titular representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, dos*
65 *Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.*

66 67 **II - ABERTURA:**

68
69 **Dr. Laudo Bernardes, Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia**
70 **Legal - MMA**

71
72 Considerando que pelo registro da Secretaria existe *quórum* declaramos aberta
73 a 52ª Reunião Ordinária do CONAMA. Gostaria de, inicialmente, dar boas vindas a todos e
74 agradecer a presença, sabendo que uma reunião realizada nesta data sempre provoca
75 dificuldades de comparecimento para aqueles que moram distante de Brasília.

76 77 **III – POSSE DOS NOVOS CONSELHEIROS:**

78
79 Como item primeiro da pauta, nós passaríamos a dar posse a dois novos
80 representantes: como Titular do Governo do Estado da Paraíba, **Gilberto Moraes Vieira**, e
81 como Suplente do Ministério da Administração Federal de Reforma do Estado- MARE, **Jadir**
82 **Dias Proença**. Declaro empossados os dois novos integrantes deste Conselho.

83 84 **IV- LEITURA, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA 51ª REUNIÃO** 85 **ORDINÁRIA DO CONAMA:**

86
87 Como terceiro item, nós temos a Ata da Reunião anterior, a 51ª Reunião
88 Ordinária. De acordo com o Regimento e como é de costume da casa, consulto, tendo em
89 vista que a Ata foi previamente distribuída, se nós poderíamos dispensar sua leitura, e gostaria
90 de saber se alguém deseja comentar ou fazer algum adendo à Ata que foi distribuída, e não
91 havendo, coloco em **votação**. Quem estiver de acordo permaneça como está e quem não
92 estiver se levante. **Aprovada** a Ata da 51ª Reunião.

93 Por uma questão de compromisso, pois eu tenho que sair por conta de
94 problemas que tenho que tratar no Ministério, e antes de passar a palavra ao Deusdará para o
95 Informe da Secretaria-Executiva, eu constato que existe uma demanda apresentada pelo grupo
96 de organizações não-governamentais, na pessoa do Dr. Renato Cunha, dirigida ao Dr.
97 Raimundo Deusdará, vazada nos seguintes termos:

98 “Prezado Senhor.

99 Em função das informações que estão sendo vinculadas, referentes aos cortes
100 no orçamento da União para 99, venho por meio deste solicitar que na 52ª Reunião Ordinária

101 do CONAMA, marcada para os dias 17 e 18 próximos, seja feita uma apresentação do
102 orçamento previsto para o Ministério do Meio Ambiente para o próximo ano, detalhando cada
103 área-programa. Também seria importante, no mesmo contexto, uma explanação sobre o
104 orçamento 98 para área Ambiental, informando o que foi previsto e o que foi realmente
105 realizado por programa.

106 Certos pela atenção.
107 Renato Cunha”

108 Eu gostaria de tentar satisfazer a demanda, ainda que seja em comentários
109 rápidos. Primeiro, começaria pelo final, fazendo uma síntese do processo de execução
110 orçamentária vivenciado pelo Ministério neste ano: em janeiro, pelo Decreto 2451, foi
111 estabelecida a regra da execução orçamentária e financeira para todo exercício de 98, aliás, foi
112 um ano que começou muito bem, pois, já no dia 05 de janeiro, tínhamos um Decreto
113 regulamentando o processo pelo qual seria feita a execução orçamentária e financeira.

114 Como sempre, havia contingenciamento, mas isso foi como se fosse o
115 processamento. Além disso, nós tivemos esse ano alguns fatores, digamos assim, que
116 perturbam o processo natural: primeiro foi a Lei Eleitoral, que estabelece o impedimento de
117 empenho a partir do dia 04 de julho. Por conta da interpretação da Lei Eleitoral e da Lei de
118 inequidades, os Ministérios ficaram paralisados na sua tarefa de execução orçamentária, a
119 não ser em alguns casos excepcionais tipo seca e tal, situações de emergência.

120 E quando foi no dia 08 de setembro, fruto do processo que se desencadeou no
121 mundo com repercussão no Brasil, tivemos um outro Decreto estabelecendo restrições
122 bastantes ferozes em termos de contenção de gastos, isto é, pelas características que presidem
123 o processo de execução orçamentária e financeira, gerou uma paralisia geral. Não podíamos
124 mais fazer mesmo após o dia 05 de outubro e continuamos impedidos por conta dos limites de
125 fazer empenho e tal.

126 O que ocorreu é que, mesmo no final de outubro, começo de novembro, há um
127 mês atrás, foi expedido um outro Decreto, que ainda limitava os gastos previstos, continuando
128 a bloquear o processo de execução orçamentária e financeira, em todas ações do Ministério.

129 Somente há 20 dias atrás é que, depois de uma série de negociações, e com um
130 Decreto que foi expedido semana passada, é que nós pudemos iniciar o processo.

131 Então, na questão 98, eu peço desculpas, porque nós não temos hoje condição
132 de dizer o que foi efetivamente executado porque estamos agora, ainda, por incrível que
133 pareça, mas essa é a realidade, tentando cumprir aquelas possibilidades de alocação de
134 recursos dos três meses em que ficamos bloqueados.

135 Mas posso dizer que a nível de execução, com todas as restrições e todas as
136 negociações que nós conseguimos fazer, temos, apenas para aqueles que acompanharam a
137 execução orçamentária do Ministério em 97, condições de dizer o seguinte: A execução
138 orçamentária em 98 foi mais afetada na Área Hídrica. Na agenda Verde teve a sua execução
139 normal, aos níveis de 97. Os programas mais afetados foram de repasses para Emendas
140 Parlamentares e nos Projetos de investimentos em Irrigação e Recursos Hídricos, que são
141 chamados os Projetos integrantes do "Brasil em Ação", obras estruturadoras pelo país todo. A
142 Agenda Verde praticamente ficou intacta, inclusive, estamos tentando, agora no final do
143 exercício, recuperar o período em que nós tivemos que ficar parados.

144 Hoje a execução varia, não diria nem em cada dia, varia em cada expediente.
145 Estamos fazendo todas as locações desses recursos. Na área do IBAMA, por exemplo, é
146 aquilo que está sendo possível fazer. É o processo operacional que vai nos dizer. Tão logo
147 feche esse processo, acredito que já no início de janeiro, a Secretária Executiva do CONAMA
148 poderá passar aos senhores Conselheiros, porque não há problema nenhum, isso é algo que é
149 oficial, apenas os dados consolidados na execução.

150 Quanto a 99, este é um tema recorrente e que nós fazemos questão de avançar
151 um pouco nos esclarecimentos. Como todos sabem, havia uma proposta orçamentária inicial
152 que o Executivo elaborou já antevendo algumas dificuldades, mas sem ter a dimensão da
153 restrição que nós teríamos que operar em 99. Essa proposta nós a encerramos no final de
154 julho, começo de agosto, quando foi o auge da crise internacional. Com a sua repercussão
155 bastante significativa sobre a situação brasileira, que ocorreu no final de agosto começo de
156 setembro, a proposta orçamentária já estava no Congresso. Essa proposta, não considerava as
157 medidas do programa de estabilidade fiscal que o governo teve que desenvolver e que é fruto
158 de todos esses processos aí.

159 O que ocorre é o seguinte, basicamente, na área ambiental: nós vamos de novo
160 separar a Agenda Verde da Agenda Azul, porque a Agenda Azul é aquela onde os
161 investimentos na área são, de novo, do "Brasil em ação". Nós tivemos aí uma redução da
162 ordem de 50%, na média, dos recursos alocados para essas obras. O que isso significa do
163 ponto de vista do Ministério? Significa simplesmente o seguinte: não se inicia obra nova, e se
164 administra as obras em execução numa cadência tal que não haja paralisação de obras. O
165 maior custo que existe num processo desse é uma paralisação de obras, seja pelo custo
166 financeiro pago ao executor pela paralisação, pela perda econômica numa obra em andamento
167 que deixa de estar sendo realizada, seja pelo custo financeiro pela retomada da obra, quando
168 isso for possível.

169 Considerando que a administração, nestes 4 anos, buscou exatamente acabar
170 com o cemitério de obras inacabadas, a gente conseguiu de uma certa maneira avançar
171 bastante. Nós não vamos deixar obras paralisadas, essa é a posição do Ministério.

172 Na Agenda Verde também tivemos reduções e, particularmente, as reduções
173 ocorrerão em algumas áreas que nós devemos esclarecer, porque foram bastante exploradas.
174 A primeira questão foi uma ordem técnica: na hora em que o governo teve que retirar o
175 orçamento do Congresso, para 15 dias depois fazer uma nova proposta, esse processo teve que
176 ser feito sem aquela coisa natural, de toda a máquina envolvida, vendo cada detalhe. Isso foi
177 feito por atacado e algumas deficiências aconteceram.

178 Nós tivemos, por exemplo, um problema na área da continuidade do Programa
179 Nacional do Meio Ambiente porque deixou de constar na proposta que chegou ao Congresso
180 na segunda versão, e nós não conhecíamos esta proposta, recursos para o Programa Nacional
181 do Meio Ambiente que significaria uma paralisação do programa. Constatado isso fomos aos
182 Órgãos responsáveis e ficou certo que isso vai ser resolvido e está resolvido.

183 O outro problema foi o problema na área do programa piloto PPG7, que vocês
184 conhecem. É este que tem sido o mais citado. Primeiro devo dizer aos senhores o seguinte,
185 quem conhece a execução orçamentária e financeira do Orçamento da União, sabe que no
186 caso de doação, esses problemas podem ser resolvidos durante o ano da execução do
187 orçamento. Isso ocorreu este ano de 98, nós fizemos ajuste no PPG7, meramente por Decreto,
188 porque a Lei assim o permite, a Lei de Diretrizes Orçamentárias assim o permite. Então, não
189 era nenhum desastre, nenhuma catástrofe, mas poderia significar, dado o valor que lá estava
190 na proposta formal, que viéssemos a ter dificuldades na execução no começo do ano, porque a
191 primeira alteração orçamentária que a gente pode propor para os Órgãos centrais ocorre em
192 abril, e nós teríamos dificuldades para fazer essa execução, apesar de ser uma regra
193 meramente burocrática. Eu posso pedir um ajuste máximo em fevereiro e tal, mas esse
194 procedimento de ajuste ele não adianta por conta da regra de tramitação do Projeto de Lei de
195 Orçamento da União no Congresso. Os ajustes na área de recursos externos, seja de doação,
196 seja de empréstimo, não são passíveis de ajuste por Emendas Parlamentares, só são passíveis
197 de ajuste por Proposição de Relatores Setoriais e por iniciativa ou Proposição final do Relator
198 Geral. O que ocorre é que nós estamos, neste momento, em fase final, e com o recesso do
199 Congresso que começou anteontem, a Comissão de Orçamento até dia 15 de janeiro, é que

200 vai votar o relatório do Relator. O Relator está com toda a documentação necessária e
201 suficiente para fazer os ajustes técnicos. Isso está devidamente discutido, negociado e
202 instrumentalizado perante a Comissão de Orçamento, perante as equipes técnicas que dão
203 assessoramento à Comissão de Orçamento, aos relatores setoriais e ao relator geral.

204 Então, o que devo dizer, em cada fórum que levanta esta questão, nós temos
205 todo o esclarecimento. Também na área indígena, trabalhamos junto com o Ministério da
206 Justiça e FUNAI, para que usasse os mesmos procedimentos que nós utilizamos para fazer os
207 ajustes. Eu quero dizer o seguinte: me sinto muito tranquilo para dizer aos senhores que não
208 vejo, é claro que dentro das limitações de recursos, que no país, mesmo passando pelo ajuste
209 econômico que terá que fazer no ano de 99, haja redução na cadência de investimentos dos
210 últimos 3 anos na área do governo.

211 Isto é o que nós podemos provar. Então, é evidente que todos nós gostaríamos
212 de ter 10 vezes o recurso orçamentário que temos, mas nós temos a realidade, e neste sentido
213 os programas na área ambiental não sofreram, os programas com recursos internacionais não
214 sofreram qualquer solução de continuidade, pelo contrário, o PROBEM continua,
215 PROECOTUR continua, Pantanal, desculpa, eles começam o Pantanal, começa, está certo, e,
216 apenas cadenciado pelas condições que nós temos de aportar esses recursos, nós estamos
217 passando agora a fase de discutir com os doadores a composição das fontes, e eu não acho que
218 seja evidente que às vezes a meia informação ou a desinformação provoca reações da mais
219 diversas.

220 Eu, por acaso, estava representando o Ministério na semana passada num
221 *WorkShop* sobre os Oceanos em Londres e fui solicitado pelo Sr. Embaixador a assessora-lo
222 para atender algumas Organizações não Governamentais Internacionais que estavam
223 totalmente desinformadas sobre o que estava acontecendo e eu me comprometi a mandar o
224 máximo de informação, porque imaginei o sofrimento que as pessoas tem à distância, não
225 estando perto para ter esta informação pessoalmente.

226 Então, gostaria de, ao dizer isto, tentar demonstrar a transparência que a gente
227 trabalha. Está certo, o Senhor Ministro estará recebendo amanhã os Senhores Embaixadores
228 dos Países doadores para levar esclarecimentos específicos a cada fórum que precisa desse
229 esclarecimento. Então, não sendo possível eliminar assim as especulações, a única forma que
230 nós estamos tentando fazer é, em cada fórum que tem a necessidade de ter as informações,
231 tornar todas elas disponíveis, para verificar que particularmente a cadência de atendimento de
232 execução dos Projetos não sofreram essa continuidade em relação às cadências que têm sido
233 observadas.

234 Então, ao nosso Renato Cunha, não sei se é suficiente, mas de qualquer
235 maneira, no Ministério, viu Renato, estarei a disposição para lhe mostrar todas as
236 informações, e o que for necessário. Gostaria que vocês tivessem, e lá no Ministério
237 estaremos à disposição. Se quiserem mais alguma que pudessem solicitar hoje, amanhã nós
238 daremos.

239 Eu gostaria, como tenho que me retirar, em nome do Ministro Krause, fazer
240 duas referências: primeiro agradecer a todos os senhores a colaboração neste ano e nesta
241 última reunião do ano e, mais do que isso, dizer que nestes 4 anos o Ministro, e ele pediu que
242 trouxesse esta palavra aos senhores, vê um avanço muito grande em toda a forma de inserção
243 do CONAMA no processo decisório da formulação das Normas Ambientais e da Política
244 Ambiental.

245 Essa troca de opiniões, esse fórum democrático é certamente uma das maiores
246 riquezas do Sistema Nacional do Meio Ambiente, onde a gente tem, digamos assim, as mais
247 diversas opiniões, mas sempre pautadas pelo interesse comum. Isso para ele, como um
248 Parlamentar, estruturalmente um Parlamentar, um homem afeto ao debate, afeto ao debate que
249 é, e com a sua sensibilidade para a convergência de opiniões divergentes, me pediu que

250 agradecesse a todos a oportunidade que teve ou nas reuniões formais, ou nas discussões
251 prévias ou paralelas a essas reuniões. Realmente agradecer esta cooperação e dizer que
252 considera que os senhores foram co-gestores no período que ele está tendo à frente do
253 Ministério do Meio Ambiente.

254 Com isto, encerro minhas palavras agradecendo e desejando a todos que nós
255 tenhamos um resto de ano feliz, e que certamente em 99 os senhores estejam aqui na 1º
256 reunião de março, já de novo mantendo essa raça e essa dedicação e, acima de tudo, esta
257 postura ética, louvável e admirável em relação a Gestão Ambiental Brasileira, Muito
258 Obrigado.

259
260 **Secretário Raimundo Deusdará Filho** (*Secretário Executivo do CONAMA*)



261
262 Muito Obrigado, Dr. Laudo, Dr. Renato Cunha, por gentileza.

263
264 **Conselheiro Renato Cunha** (*Representante das Entidades Ambientalistas da Região Nordeste*).

265
266 Bom dia a todos. Dr. Laudo, o senhor poderia ficar só mais um minutinho, só
267 para uma colocação rápida aqui. Primeiro agradecer as suas colocações, bom a gente agradece
268 pelas informações que a gente solicitou, mas a gente gostaria depois de ter realmente por
269 escrito isso, conforme o senhor disse que estaria a disposição, tanto a questão de 98 do
270 orçamento, que foi efetivamente colocado, e também esses números que o senhor colocou do
271 resgate de orçamentos, tanto de Programas de Apoio Internacional, quanto de outros
272 programas. Acho que, inclusive, só teriam apoio e recursos do Tesouro da União, quer dizer,
273 acho que é importantíssimo a gente ter essas informações para a gente analisar com cuidado.

274 Acho, inclusive, que o próprio CONAMA deve também receber um orçamento
275 específico, a gente vê um problema no funcionamento do próprio CONAMA, muitas vezes
276 porque ele não tem uma rubrica orçamentária específica para que ele funcione
277 adequadamente. Então, uma coisa que a gente já sugeriria para 99, também, se não foi
278 previsto, e a gente acha que ainda não foi previsto, uma rubrica específica para o CONAMA,
279 para funcionamento adequado dos seus trabalhos.

280 Gostaria, só para registrar aqui no CONAMA, para a secretaria e para o senhor,
281 uma carta que foi feita por varias redes de ONG'S, Redes de Mata Atlântica, o Fórum Brasil
282 de ONG'S, a Rede Brasil de Instituições Financeiras Mutilaterais, o Fórum de
283 Desenvolvimento e Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul, o Fórum Mato-grossenses de
284 Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rede Cerrado de ONG'S, O Fórum Permanente de
285 debates da Amazônia e a CAPOIBRI que o Conselho de Articulação dos povos de
286 Organizações Indígenas, foi circulada amplamente, inclusive via *Internet*, não sei se é de
287 conhecimento do Ministério, mas de qualquer maneira, para registrar aqui no CONAMA, para
288 que depois possa ser passado inclusive para todos os Conselheiros, mostrando um pouco essa
289 indignação que as ONG'S tiveram, quando tomaram conhecimento dos cortes que
290 efetivamente estavam sendo programados ai, quase 50%.

291 Inicialmente, esperamos que a gente recupere bastante disso, e que realmente
292 as Agendas verde, marrom e azul, realmente possam ser contempladas com programas
293 efetivos e que o meio ambiente possa ser valorizado cada vez mais, no próximo governo
294 Fernando Henrique Cardoso.

295
296 **Dr. Laudo Bernardes**, *Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia*
297 *Legal - MMA*

298
299 Apenas para lhe esclarecer, considere o seguinte: na questão 98, nós estamos há 15
300 dias de um encerramento num processo dinâmico. Não dá para dizer o número.

301 Na questão 99, hoje o orçamento está nas mãos do Congresso. Nós não sabemos
302 quais foram os ajustes que eles fizeram, porque eles cortam as propostas do Executivo, eles locam
303 de uma dotação para outra, e na verdade o executivo só saberá o orçamento que terá para 99, até o
304 final de janeiro de 99, então é lá que nós vamos poder dizer, como é que foi feito esse ajuste. É
305 questão de lhe dar um número agora, e amanhã ele é outro. Em 99 nós não temos esse número,
306 porque ele está nas mãos do Congresso, está certo.

307
308 **Secretário Raimundo Deusdará Filho** (*Secretário Executivo do CONAMA*)



309
310 Muito obrigado, Dr. Laudo Bernardes.

311 312 **V- INFORME DA SECRETARIA EXECUTIVA DO CONAMA:**

313
314 **Secretário Raimundo Deusdará Filho** (*Secretário Executivo do CONAMA*)

315
316 Vamos dar continuidade à nossa 52ª Reunião Ordinária do CONAMA, com a
317 leitura do Informe da Secretária Executiva do CONAMA, esse informe foi entregue aos
318 senhores, encartado junto com a Ata e nós daremos início com .

- 319
- 320 1. um registro: é com muito prazer que a gente conta novamente com a presença do
321 nosso querido Conselheiro Dr. Paulo Finotti, representante das Entidades
322 Ambientistas da Região Sudeste, que nos pregou um susto, mas que felizmente já
323 está de volta, com a sua rápida recuperação.
 - 324 2. no tocante ao pedido de informações encaminhado pelo Conselheiro suplente
325 representantes da ONGs, da Região Centro-Oeste, Dr. Mauro Oliveira Pires, no qual
326 solicita informações sobre a situação atual do EIA/RIMA da Hidrovia Tocantins -
327 Araguaia, nos informa o Ministério dos Transportes que o mesmo ainda se encontra
328 em fase final de elaboração, posteriormente Dr. Mauro está inscrito para fazer uma
329 breve manifestação sobre esse item do informe.
 - 330 3. Quanto ao ofício encaminhado à Secretaria-Executiva pela Conselheira Suplente,
331 representante do Governo do Estado de São Paulo, no qual solicita apreciação deste
332 Conselho sobre a Proposta de Resolução que dispõe sobre o estabelecimento de
333 critérios para os órgãos integrantes do SISNAMA celebrarem os Termos de
334 Compromisso previstos no art. 79-A, da Lei 6.905 de 12 de fevereiro de 1998,
335 informamos que o mesmo foi remetido à Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, para
336 análise e parecer.
 - 337 4. Informamos, ainda, que a Moção encaminhada pelo Dr. Marcos Carnaúba,
338 Conselheiro representante do Governo do Estado de Alagoas, e aprovada em Regime
339 de Urgência na 51ª Reunião Ordinária do CONAMA, que propõe a regulamentação do
340 art. 32 da Lei de Crimes Ambientais no prazo de 90 dias, já foi encaminhada à Câmara
341 Técnica de Assuntos Jurídicos, também para análise e parecer.
 - 342 5. No tocante à Moção apresentada em Regime de Urgência pelo Conselheiro Paulo
343 Finotti, representante das Entidades Ambientistas da Região Sudeste, na qual solicita
344 que os vãos de treinamentos, reciclagens ou assemelhados, sejam efetuados em
345 parceria com os órgãos ambientais da União e dos Estado, para fins de fiscalização,
346 foi reencaminhada ao autor para complementação, levando em consideração as
347 ponderações apresentadas pelo Conselheiro representante do Ministério da
348 Aeronáutica, e conforme deliberação do Plenário da 51ª Reunião Ordinária.
 - 349 6. No que se refere ao pedido de informações aprovado em Regime de Urgência na
350 última Reunião Ordinária, encaminhado pelo Conselheiro Antônio Soler, representante
351 das Entidades Ambientistas da Região Sul, sobre a poluição no Litoral Sul,

- 352 resultantes dos constantes derrames de óleo, informamos que a íntegra das respostas
353 apresentadas pela Diretoria de Controle e Fiscalização do IBAMA encontra-se no
354 Anexo 01 deste Informe.
- 355 7. Outra Moção aprovada em Regime de Urgência, apresentada pelo Conselheiro Paulo
356 Finotti, representante da Entidades Ambientistas da Região Sudeste, que versa sobre
357 loteamentos irregulares na Serra da Cantareira, Estado de São Paulo, informamos que
358 a mesma foi encaminhada ao Governo do Estado de São Paulo, à Prefeitura Municipal
359 da Cidade de São Paulo, e estamos aguardando as informações apresentadas. Nesse
360 momento a Dr.^a Vera está nos apresentando as manifestações do Governo do Estado
361 de São Paulo. Muito obrigado Dr.^a Vera, então, está a disposição do Conselheiro Paulo
362 Finotti.
- 363 8. A Proposta de Resolução encaminhada a esta Secretaria-Executiva pelo Conselheiro
364 Paulo Finotti, representante da Entidades Ambientistas da Região Sudeste, que
365 propõe alteração no prazo de inscrição das entidades ambientalistas, no Cadastro
366 Nacional de Entidades Ambientais, para possível participação no Plenário do Conama,
367 reduzindo de dois anos para um ano, já foi encaminhada à Câmara Técnica de
368 Assuntos Jurídicos, para análise e parecer, e conforme a reunião que nós tivemos
369 ontem à noite, está em processo de elaboração a Portaria a ser assinada pelo senhor
370 Ministro, com a aquiescência da Conselheira que está analisando o problema.
- 371 9. A Secretaria-Executiva acusa o recebimento de pedidos de inclusão de várias
372 Instituições neste Conselho. Informamos que por ocasião da reformulação do
373 Regimento Interno do Conama, a ser realizada no ano de 1999, esses pedidos serão
374 analisados.
- 375 10. Quanto ao pronunciamento do Deputado Federal Ivan Valente, apresentado no anexo
376 01 do Informe Executivo da 51ª Reunião Ordinária, informamos que o Ministério dos
377 Transportes nos remeteu informações que encontram-se no Anexo 02 do presente
378 Informe.
- 379 11. Relativamente ao Pedido de Informações aprovado em Regime de Urgência na
380 Reunião Ordinária passada, encaminhado pelo Conselheiro Suplente Mauro de
381 Oliveira, representante das Entidades Ambientistas da Região Centro-Oeste, no qual
382 solicita informações sobre a duplicação da Rodovia Regis Bittencourt no trecho de São
383 Lourenço da Serra, informamos que a íntegra das informações que nos foram
384 encaminhadas pelo Ministério dos Transportes, encontra-se no anexo 03 deste
385 Informe.
- 386 12. Informamos que a Resolução, aprovada em Regime de Urgência, recriando a Câmara
387 Técnica Temporária de Fauna, foi publicada no dia 04 de novembro de 1998,
388 Resolução que levou o número 246
- 389 13. A Moção, aprovada em Regime de Urgência, na 51ª reunião Ordinária do CONAMA,
390 de autoria do Conselheiro Marcos Carnáuba, representante do Governo do Estado de
391 Alagoas, na qual solicita que Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos elabore
392 Resolução, no prazo de 60 dias, visando coibir a comercialização em feiras livres e
393 estabelecimentos comerciais, de petrechos de caça e congêneres, foi encaminhada à
394 Câmara Técnicas de Assuntos Jurídicos, em 27 de outubro de 1998, para análise e
395 parecer.
- 396 14. Em 29 de setembro a Secretaria-Executiva recebeu um Ofício da Sociedade de
397 Investigação Florestal- SIF, encaminhando a "Carta de Belo Horizonte". Para
398 conhecimento dos senhores conselheiros, esta carta encontra-se no Anexo 04, deste
399 Informe.
- 400 15. Quanto à solicitação feita na Reunião Ordinária anterior, pelo Conselheiro Sérgio
401 Guimarães, representante das Entidades Ambientistas da Região Centro-Oeste,

- 402 relativamente ao licenciamento da Hidrovia Paraná – Paraguai, o Ministério da
403 Marinha nos enviou esclarecimentos sobre o tema, cuja a integra das informações
404 encontra-se no Anexo 05 deste informe. Comunicamos, ainda, que novo Pedido de
405 Informações também foi encaminhado ao IBAMA, além de ter sido colocado na
406 Câmara Técnica de Transportes como assunto de Pauta.
- 407 16. Em 23 de novembro de 1998, esta Secretaria-Executiva recebeu fax da Conselheira
408 Emyr Ferreira Mendes, Conselheira representante do Ministério da Saúde, cuja o teor,
409 na sua íntegra, encontra-se no Anexo 06 deste Informe. E eu gostaria de, em nome da
410 Secretaria-Executiva, registrasse em Ata os pedidos formais de desculpas desta
411 Secretaria, tendo em vista as colocações feitas pela nossa Conselheira e ao mal-estar,
412 ou constrangimento criado nas Reuniões do Grupo de Trabalho. Por gentileza, aceite
413 nossos pedidos de desculpas e faremos todos os esforços para que essa situação não se
414 repita.
- 415 17. Informamos que ainda que o Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata
416 Atlântica, em sua 8ª Reunião, aprovou a Moção de n.º 017/98, e a mesma encontra-se
417 no Anexo 07 deste Informe Executivo.
- 418 18. Informamos que quanto ao Pedido de Informações do Conselheiro Antônio Soler,
419 representante da Entidades Ambientalistas da Região Sul, a respeito dos processos de
420 assentamentos do Grupo denominado “Grito da Terra” no Sul da Bahia, esta
421 Secretaria-Executiva enviou Ofício ao Conselheiro representante do Ministério
422 Extraordinário de Política Fundiária, solicitando que essas informações fossem
423 apresentadas.
- 424 19. No tocante à proposta de Resolução referente à licenciamento ambiental para
425 assentamentos em áreas superiores a 200 hectares, informamos que a mesma foi
426 encaminhada às Câmaras Técnicas competentes para análise e parecer.
- 427 20. A Moção apresentada pelo Conselheiro Marcos Carnaúba, representante do Governo
428 do Estado de Alagoas, sobre a regulamentação de eventos festivos, foi enviada à
429 publicação e encaminhada à Câmara Técnica de Controle Ambiental para elaboração
430 de Resolução no prazo de 90 dias.
- 431 21. No que tange à Moção solicitando estudos sobre os efeitos da rádio frequência, cujo
432 autor é o Conselheiro Marcos Carnaúba, representante do Governo do Estado de
433 Alagoas, informamos que a mesma encontra-se na Câmara Técnica de Controle
434 Ambiental, para análise e parecer.
- 435 22. A Moção propondo o custeio pelo Poder Público dos Serviços topográficos
436 necessários à criação de RPPNs, de autoria do Conselheiro Marcos Carnaúba,
437 representante do Governo do Estado de Alagoas, encontra-se na Câmara Técnica de
438 Assuntos Jurídicos para elaboração de proposta de Resolução.
- 439 23. Damos ciência que foi expedido Pedido de Informações sobre a mortandade de
440 capivaras no Rio Grande do Sul ao IBAMA, solicitado pelo Conselheiro Antônio
441 Soler, representante das Entidades Ambientalistas da Região Sul, e as informações que
442 nos foram entregues encontram-se à disposição do Conselheiro Antônio Soler.
- 443 24. Referente ao Pedido de Informações, também do Conselheiro Antônio Soler, sobre o
444 derramamento de ácido sulfúrico pelo navio Bahamas, no Rio Grande do Sul,
445 informamos que o mesmo foi enviado ao Ministério da Marinha, à FEPAM e ao
446 IBAMA, e que o IBAMA apresentou conjunto de informações acompanhado de um
447 vídeo da salvação do navio Bahamas, de um conjunto de fotos a respeito do
448 derramamento e de um extensivo relatório de providências que foram tomadas em
449 relação ao navio Bahamas, inclusive as ações coordenadas entre FEPAM, Ministério
450 da Marinha e IBAMA. Está a disposição do Conselheiro Antônio Soler e dos senhores
451 Conselheiros que tiverem interesse na matéria.

- 452 25. A proposta de estabelecimento de critérios para plantio de árvores para formação de
453 florestas homogêneas no Brasil, de autoria do Conselheiro Leopoldo Garcia Brandão,
454 representante da Confederação Nacional do Comércio, encontra-se na Câmara Técnica
455 de Recursos Naturais, para análise e parecer.
- 456 26. Informamos também que o relatório anual das atividades desenvolvidas pela Secretaria
457 Executiva do CONAMA no ano de 1998 encontra-se no Anexo 02 deste Informe. Eu
458 teria mais três pontos de Informe da Secretaria-Executiva, mas gostaria de ressaltar,
459 antes que seja gerado ruído em relação à Ata da 51ª Reunião Ordinária, que os
460 senhores que estiveram presentes na última reunião devem se recordar que houve um
461 lapso no sistema de som por alguns momentos durante a reunião. Então, infelizmente,
462 nós perdemos algumas manifestações dos senhores Conselheiros. Existe uma
463 observação dentro da Ata, feita por mim, que pede desculpas por essa variável que
464 infelizmente fugiu do nosso controle.

465
466 Eu gostaria também neste momento pedir uma salva de palmas para Dr.^a
467 Márcia, representante da Secretária do Meio Ambiente do Estado do Mato Grosso, que
468 foi condecorada com o prêmio "Mulher Revelação de 1998".

469
470 Parabéns Dr.^a Márcia, o Conselho sente-se honrado com sua presença.
471 Finalmente, eu gostaria de convidar a Conselheira Ieda Rizzo, do Ministério dos Transportes,
472 para fazer a sua fala que foi prejudicada na última reunião.

473
474 **Conselheira Ieda Rizzo (Representante do Ministério dos Transportes)**
475

476 Eu só queria deixar registrado que o Ministério dos Transportes se sente
477 prejudicado nesse assunto, porque houve um erro na gravação da fita. Nós encaminhamos
478 por escrito o que foi na verdade a aproximação da nossa fala, houve uma perda desse
479 documento pela Secretaria do CONAMA. Nós encaminhamos pela 2ª vez, e não vimos esse
480 documento inserido na Ata.

481
482 **Secretário Raimundo Deusdará Filho (Secretário Executivo do CONAMA)**
483

484 A idéia é que você fizesse o registro verbal.

485
486 **Conselheira Ieda Rizzo (Representante do Ministério dos Transportes)**
487

488 Não, eu gostaria que fosse incluído o meu encaminhamento e que fosse
489 incluído o que nós mandamos há duas reuniões passadas.

490
491 **Secretário Raimundo Deusdará Filho (Secretário Executivo do CONAMA)**
492

493 O.k., então a Secretaria fará a inclusão, conforme o pedido da Conselheira Ieda
494 Rizzo. Essas seriam, digamos, as considerações com relação ao Informe Executivo. Está inscrito o
495 Conselheiro Suplente da representante das Entidades Ambientistas da Região Centro-Oeste, Dr.
496 Mauro, que gostaria de fazer algumas colocações a respeito do seu pedido de informações.

497
498 **Conselheiro Mauro de Oliveira Pires (Representante das Entidades Ambientistas da Região Centro-Oeste)**
499

500 Bom dia a todos, senhor Presidente, senhores Conselheiros. A minha solicitação era
501 sobre a situação atual do EIA/RIMA da Hidrovia Araguaia-Tocantins. Felizmente tivemos retorno
502 dessa solicitação de informação, no entanto, o retorno assinado pela Conselheira do CONAMA,
503 Ieda Rizzo, é um Ofício dizendo que o EIA/RIMA se encontra em fase final de elaboração sem

504 data prevista para a sua conclusão, é essa a resposta. A minha sugestão é que ainda continua a
505 solicitação de informação porque eu gostaria de ter mais informações.

506 Quando foi em agosto, se não me engano, agosto ou julho deste ano, o Ministro dos
507 Transportes disse que o EIA estava praticamente pronto, inclusive, assinando matéria no Jornal
508 dizendo que os Ambientalistas que se colocam contra a Hidrovia são para ele terroristas verdes,
509 mas que o EIA, inclusive, dizia que a hidrovia poderia ser construída sem impacto ambiental
510 relevante. Já estamos em dezembro e até hoje este EIA/RIMA ainda não foi apresentado. Então, eu
511 gostaria de saber porque que desde agosto até hoje ainda se encontra não concluído, e quais são as
512 pessoas que estão envolvidas nesse EIA, para que o CONAMA tenha conhecimento desse processo
513 todo, muito obrigado.

514
515 **Secretário Raimundo Deusdará Filho (Secretário Executivo do CONAMA)**

516
517 Muito obrigado, Conselheiro Mauro. Por favor, Conselheira Ieda Rizzo,
518 representante do Ministério dos Transportes.

519
520 **Conselheira Ieda Rizzo (Representante do Ministério dos Transportes)**

521
522 Conselheiro Mauro, a sua preocupação é a mesma minha também, veja bem, o
523 EIA/RIMA da Hidrovia Araguaia-Tocantins, tem sido uma pedra no nosso sapato. Eu falo
524 pedra do ponto de vista da área do Meio Ambiente do Ministério dos Transportes, né, eu
525 represento o Ministério dos Transportes, sou Supervisora de Meio Ambiente desse Ministério,
526 e a gente tem tratado, eu cuido desde a parte de licenciamento até defesa e o acompanhamento
527 de política dentro desse Plenário, e o que acontece é que o EIA/RIMA da Hidrovia Araguaia –
528 Tocantins foi devolvido, a sua primeira versão, numa Audiência Pública na Câmara dos
529 Deputados que foi inclusive presidida pelo Deputado Gilnei Viana que parece que estará aqui
530 hoje, conosco, o que vai ser um grande prazer.

531 Então, o Ministério dos Transportes reiniciou um projeto, um novo
532 licenciamento ambiental, e isso foi de uma articulação política enorme, e técnica também,
533 para você ter uma idéia, nós passamos um mês e meio dentro do Instituto de Meio Ambiente,
534 o IBAMA, que é o órgão licenciador desse empreendimento, discutindo o termo de referência
535 em conjunto com Órgãos Estaduais de Meio Ambiente, que são 5, com os quais a hidrovia
536 tem uma interface, com a FUNAI, e com o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico
537 Nacional que é o IPHAN. Então se definiu um termo de referência e nós partimos para uma
538 contratação: esse EIA/RIMA conta hoje com uma equipe de cinqüenta especialistas, sendo
539 que 90% desses especialistas são ligados ao Rio Araguaia ou à Região de Goiás como um
540 todo, só de Antropólogos a FUNAI nos sugeriu, e nós contratamos, sete, um para cada Etnia,
541 um para cada Nação Indígena, então, na verdade, você me fez uma pergunta: Por que esse
542 estudo não está entregue? Houve uma alteração do ponto de vista técnico, não sei se você
543 conhece a Usina Hidroelétrica de Serra da Mesa?

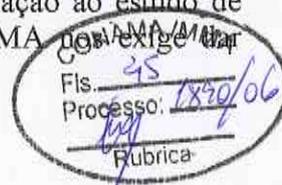
544
545 **Secretário Raimundo Deusdará Filho (Secretário Executivo do CONAMA)**

546
547 Por favor, que fosse o mais breve possível porque nós estamos na fase de
548 Informe.

549
550 **Conselheira Ieda Rizzo (Representante do Ministério dos Transportes)**

551
552 Eu estou querendo ser didática, senhor Secretario, então o que aconteceu, a
553 Serra da Mesa na verdade vai aumentar, a Usina Hidroelétrica da Serra da Mesa na verdade
554 vai aumentar o nível de água na Região do Tocantins, provavelmente nenhuma intervenção de

555 dragagem e derrocamento tenha que se realizar no Rio Tocantins, então isso, de certa forma,
556 está mexendo. Está se revendo o EIA/RIMA em função disso. A data prevista de entrega
557 infelizmente eu não tenho e também não posso me responsabilizar pelas matérias no jornal
558 que são colocadas pelo Sr. Ministro dos Transportes, então, com relação a esta questão, você
559 pode fazer um encaminhamento diretamente à Assessoria dele, e com relação ao estudo de
560 Impacto Ambiental, assim que ele for entregue, a Resolução do CONAMA ^{CONAMA/MAURO}
561 publicidade ao assunto e ela vai ser dada.



562
563 **Secretário Raimundo Deusdará Filho** (*Secretário Executivo do CONAMA*)
564

565 Obrigado, eu queria, por gentileza, pedir ao Conselheiro Mauro: por favor, o pedido
566 de informações está reinterado, porque essa é uma praxe do CONAMA, aceitar qualquer pedido
567 encaminhado por um Conselheiro, e submetê-lo ao Órgão
568 responsável por fornecer as informações solicitadas. E também faria uma sugestão que esse assunto
569 também fosse levado para a Câmara Técnica de Transportes visto que se trata de uma hidrovia e
570 depois certamente passará para a Câmara Técnica de Controle Ambiental, onde, num fórum muito
571 menor, a Dr.^a Ieda, através de seus técnicos também, poderá fazer uma explanação muito mais
572 aprofundada a respeito desse assunto. O senhor se sente satisfeito com esse encaminhamento ou o
573 senhor quer fazer alguma colocação? Por favor, Conselheiro Mauro, representante Suplente das
574 Entidades Ambientalistas da Região Centro-Oeste.

575
576
577 **Conselheiro Mauro de Oliveira Pires** (*Representante das Entidades Ambientalistas da Região Centro-Oeste*)
578

579 Agradeço os comentários. Eu só não entendi porque não constavam da própria
580 resposta da nossa solicitação de informação. Essas informações são relevantes e podiam estar
581 constadas nesse ofício que você enviou para a gente.

582
583 **Secretário Raimundo Deusdará Filho** (*Secretário Executivo do CONAMA*)
584

585 Já está registrado em Ata. Por gentileza, para terminar esta fase e entrarmos nos
586 pedidos de Encaminhamento, de Regimes de Urgência, Inversão de Pauta e Emendas e Propostas
587 de Resolução, eu passaria a palavra finalmente ao Conselheiro Paulo Finotti, representante da
588 Entidades Ambientalistas da Região Sudeste.

589
590 **Conselheiro Paulo Finotti** (*representante da Entidades Ambientalistas da Região Sudeste*)
591

592 À Mesa Diretora e aos senhores Conselheiros, meu bom dia. Como eu fui a primeira
593 citação dos Informes da Mesa Diretora e da Secretaria, quero aqui agradecer em público a todos
594 aqueles que telefonaram e procuraram saber da minha saúde e particularmente ao pessoal da
595 Administração do CONAMA e do Ministério, e quero participar que eu acho que não foi dessa vez,
596 e que eu ainda vou perturbar muito o pedaço, muito obrigado a todos.

597
598 **IV- ASSUNTOS EM REGIME DE URGÊNCIA PEDIDOS DE INVERSÃO DE**
599 **PAUTA E EMENDAS ÀS MATÉRIAS:**

600
601 **Secretário Raimundo Deusdará Filho** (*Secretário Executivo do CONAMA*)
602

603 Muito obrigado Conselheiro, a mesa vai interromper a seção por 15 minutos,
604 aguardando pedidos de Moção, de Resolução ou Pedidos de Inversão de Pauta em Regime de
605 urgência, muito obrigado.

606 Enquanto os senhores Conselheiros estão recompondo suas posições, eu pediria a
607 atenção dos senhores. Nós temos a previsão de dois dias de reunião, quer dizer, dia 17, hoje, e o dia
608 de amanhã. Eu gostaria de pedir a colaboração de todos os senhores no sentido de tentar ser o mais
609 célere possível, talvez tendo até a possibilidade de se terminar a reunião no dia de hoje. Apesar de
610 termos alguns convidados que farão palestras, o conjunto de pedidos de Moção não é um conjunto
611 tão significativo, então, eu pediria a compreensão dos senhores Conselheiros para que a gente, se
612 possível, prorrogasse um pouco o dia de hoje, e tentasse esgotar a pauta, o mais tardar, amanhã pela
613 manhã. Tendo em vista, inclusive, que amanhã será o dia de confraternização dos funcionários do
614 IBAMA, a parte de apoio estará relativamente prejudicada a partir do meio dia. Então, por favor,
615 nós vamos dar início à Ordem do Dia.

616 VII - ORDEM DO DIA:

617 **Secretário Raimundo Deusdará Filho** (*Secretário Executivo do CONAMA*)



618 A primeira Proposta de Resolução trata da regulamentação para inspeção obrigatória
619 e fiscalização dos níveis de ruído e opacidade emitidos por veículos automotores em circulação.
620 Essa proposta encontra-se, na questão do ruído, às paginas 81 da Ata que os senhores receberam na
621 entrada da reunião. Na questão da opacidade, às folhas 89 da mesma Ata distribuída aos senhores
622 Conselheiros. Eu pediria ao Presidente da Câmara Técnica de Controle Ambiental, Dr. Shelley
623 Carneiro, representante da Confederação Nacional das Industrias - CNI, que, por favor, fizesse as
624 suas considerações iniciais a respeito da Proposta de Regulamentação sobre a questão dos ruídos e
625 opacidade do veículos automotores. Por favor, Dr. Shelley Carneiro.

626 **Conselheiro Shelley de Souza Carneiro** (*Representante da CNI*)

627 Presidente, caros Conselheiros. Nós tivemos a oportunidade, só fazer um
628 pequeno trabalho na memória dos senhores, na ultima reunião nós trouxemos aqui para
629 votação a regulamentação para inspeção obrigatória e fiscalização de níveis de ruídos, que já
630 tinha sido decidido pela nossa Câmara. Durante a discussão nós tivemos algumas duvidas
631 quanto ao aspectos apenas da Câmara de Assuntos Jurídicos, alguns aspectos foram
632 colocados, então isso retornou à Câmara de Assuntos Jurídicos para que eles tomassem uma
633 decisão. Então, eu gostaria, nesse caso, de pedir ao senhor Presidente, porque é um assunto
634 que a Câmara de Assuntos Jurídicos poderia trazer para nós a sua decisão e tirar as dúvidas
635 dos Conselheiros, que chamasse a Câmara de Assuntos Jurídicos para se colocar perante as
636 dúvidas dos senhores da última reunião.

637 **Secretário Raimundo Deusdará Filho** (*Secretário Executivo do CONAMA*)

638 Na verdade, o Presidente está esclarecendo que esse assunto entrou em Pauta na 51ª
639 Reunião Ordinária. A Secretaria-Executiva, com o apoio dos senhores Conselheiros, achou por
640 bem retirá-lo, em função de um breve esclarecimento a respeito de competências que seriam do
641 IBAMA ou do CONAMA. Parece-me que isso foi corrigido, e a competência é dos órgãos
642 ambientais competentes, ou seja, na escala do SISNAMA, o Órgão Federal naquilo que é atribuição
643 Federal, Estadual ou o Municipal.

644 Está em discussão, quem tiver alguma dúvida, por gentileza, ou algum pedido de
645 esclarecimento, por favor, está aberta a palavra.

646 **Conselheiro Shelley de Souza Carneiro** (*Representante da CNI*)

656 Por favor, senhor presidente. Isso retornou à Câmara de Assuntos Jurídicos, foi
657 discutido e teve duas pequenas modificações de acordo com o pedido da última reunião do
658 CONAMA. Gostaria, só porque eu não participei da Câmara de Assuntos Jurídicos, que eles
659 dissessem o que houve de modificação no processo.

660
661
662

Secretário Raimundo Deusdará Filho (Secretário Executivo do CONAMA)

663 Conselheiro Carnaúba ou Conselheiro Soler, vocês poderiam apresentar uma síntese
664 da última reunião da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos? Por gentileza, Conselheiro Werner
665 Zulauff, representante da ANAMMA, que presidiu a reunião da Câmara Técnica de Assuntos
666 Jurídicos, por favor, uma explicação o mais breve possível.

667 Como o Plenário se restabeleceu daquele momento de breve recreio, devo dizer que
668 eu fiz uma consideração solicitando o esforço coletivo para que tentássemos ser céleres no dia de
669 hoje, evitando o máximo possível o dia de amanhã, até porque tem uma série de Conselheiros com
670 problemas de retorno de avião. Sair de Brasília nesse período é realmente muito complicado.
671 Então, vamos tentar ser o mais breve possível, até porque nós temos uma série de informes e
672 convidados para fazer apresentação no dia de hoje.

673 Queria aproveitar esse momento, enquanto o Dr. Werner localiza o processo, para
674 fazer um informe que não consta no Informe Executivo, e que posteriormente poderá ser motivo de
675 alguma manifestação dos senhores Conselheiros: é compromisso do Ministro Gustavo Krause
676 deixar criado, por meio de uma Portaria, um grupo de trabalho para o ano de 1999: o "Repensando
677 o CONAMA". Esse grupo não abordará única e exclusivamente a revisão do Regimento Interno ou
678 a revisão da participação dos senhores Conselheiros nesse Plenário. O "Repensando o CONAMA"
679 inserirá, ou reinsertará, o CONAMA no contexto de suas atribuições dentro do Sistema Nacional de
680 Meio Ambiente, redefinindo seu caráter de fórum máximo de deliberação a respeito de normas
681 ambientais e assessoria na formulação de políticas na área do meio ambiente. Posteriormente eu
682 vou ratificar esse informe. Se os senhores Conselheiros quiserem mais algum esclarecimento, a
683 Secretaria-Executiva poderá vir a dá-lo.

684 Por favor, Dr. Werner Zulauf, por gentileza, a palavra.

685
686
687

Conselheiro Werner Zulauf (Conselheiro e representante da ANAMMA)

688 A Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, pela votação do representante de Alagoas,
689 ONG Sul, ANAMMA e abstenção das demais, acolhe a Proposta de Relatoria no seguinte sentido:

690

691 1º A expressão IBAMA/CONAMA é substituída por Órgão Ambiental Competente;

692

693 2º Ao artigo 5º, § 3º será acrescido o seguinte: "25% dos veículos escolhidos de
694 forma aleatória por Estados".

695

696 **Secretário Raimundo Deusdará Filho (Secretário Executivo do CONAMA)**

697

698 Muito obrigado. Conselheiro Shelley Carneiro, alguma consideração? Por favor, Sr.
699 Presidente da Câmara Técnica de Controle Ambiental. Muito obrigado Dr. Werner Zulauf.

700

701 **Conselheiro Shelley de Souza Carneiro (Representante da CNI)**

702

703 Presidente, era só então votar a parte que não foi votada na última, com essas duas.
704 Depois nós entraríamos então na parte da opacidade que é um outro projeto.

705

706 **Secretário Raimundo Deusdará Filho (Secretário Executivo do CONAMA)**

707

708 O.k. Muito obrigado. Então, acatado o pedido do Conselheiro Shelley Carneiro, de
709 distribuir as votações em dois sentidos: primeiro, a Proposta de Resolução que trata exclusivamente
710 do ruído que tinha essa alteração que o Conselheiro Werner Zulauf acabou de manifestar.

711 Novas inscrições? **Em votação.** Quem é favorável? Por favor se manifeste. Quem é
712 contrário? Quem se abstém? **Aprovado**, com duas abstenções.

713 Por gentileza Dr. Shelley, exclusivamente em relação à opacidade, que é um assunto
714 novo, não tratado na última reunião do CONAMA.

715
716 **Conselheiro Shelley de Souza Carneiro (Representante da CNI)**
717

718 O.k. Eu gostaria de primeiro dizer o seguinte: A Câmara Técnica estudou
719 durante duas semanas, mais ou menos, esse trabalho da opacidade. Esse trabalho foi mais fácil
720 da gente resolver, exatamente porque o problema do ruído já tinha sido resolvido. O grupo
721 que estudou o problema do ruído era o mesmo, então, ficou mais fácil da gente desenvolver
722 esse trabalho, que deveria ter sido feito quando na realidade nós começamos a tratar do
723 problema do ruído, pois os dois na realidade tem a mesma função, e na realidade nós
724 precisamos dos dois para avaliação de veículos automotores.

725 Mas como foram feitos em épocas diferentes, nós fizemos uma nova proposta
726 que eu gostaria de pedir ao técnico que se encarregou desse processo que fizesse a
727 apresentação desse projeto para os senhores, e que viesse aqui na frente para que todos os
728 aspectos técnicos sejam colocados, depois eu retorno.

729
730 **Secretário Raimundo Deusdará Filho (Secretário Executivo do CONAMA)**
731

732 Muito obrigado, Dr. Shelley Carneiro. O Eng. Daniel, da CETESB, por
733 gentileza, com a palavra.

734
735 **Eng. Daniel Egon Schmidt (CETESB)**
736

737 Obrigado, Senhor Presidente, pela oportunidade. Eu sou Eng. Daniel, da CETESB.
738 Nós iniciamos com esse projeto já há algum tempo e vou passar a ler a justificativa técnica da
739 proposta, e qualquer dúvida nós estamos a disposição:

740
741 “As diretrizes para implantação para os programas de inspeção e manutenção de veículos
742 automotores em uso, estabelecidas já pela Resolução CONAMA n.º 07 de 31 de agosto de 93, definiram procedimentos
743 e limites de inspeção para veículos leves do ciclo Otto, prevendo estabelecimento futuro dos critérios relativos aos
744 veículos do ciclo DIESEL. A presente Proposta de Resolução tem como objetivo complementar aquela Resolução n.º
745 07 de 93. Como o Dr. Shelley Carneiro falou já anteriormente, essa Proposta está em consonância com a Resolução
746 CONAMA N.º 16 de 13 de dezembro de 1995, que se aplica somente aos veículos produzidos a partir de janeiro de
747 96, esses procedimentos já são consolidados e já estão funcionando aí na praça, digamos assim.

748 Para veículos produzidos até 31 de dezembro de 1995, não abrangidos pela Resolução de 16/95, a
749 presente Proposta estabelece o mesmo procedimento de ensaio da referida Resolução, descrito na Norma Brasileira
750 13037, Gás de escapamento emitido por motor DIESEL, emitido em aceleração livre, determinação da opacidade que é
751 utilizada pelo IBAMA e pela indústria automobilística nos Processos de Homologação e Certificação de protótipos dos
752 veículos que estão sendo fabricados já desde 1996 dessa forma.

753 No entanto, em relação aos valores de referencia a serem aplicados aos veículos produzidos até 31 de
754 dezembro de 1995, durante o primeiro ano do programa estes foram definidos, tomando-se por base os valores limites
755 de certificação da Resolução 16 de 95 do CONAMA. Considerando-se uma tolerância em função da margem aceitável
756 de deterioração da regularidade dos veículos em condições normais de utilização, em função da diversidade tecnológica
757 da frota circulante no Território Nacional e da mesma não ter sido avaliada através de programas de medição
758 suficientemente abrangentes que somente serão possíveis com a implementação do programa de inspeção, foram
759 estabelecidos esses valores limites provisórios como referencia que deverão ser confirmados ou revisados a partir da
760 análise do banco de Registro das inspeções realizadas durante a fase inicial do programa, um ano. Cabe ressaltar que
761 durante este período inicial, os veículos inspecionados nos programas de inspeção não estarão sujeitos a reprovação,
762 por ultrapassar esses limites de referencia. No entanto, poderão ser reprovados pelos demais itens sujeitos a verificação.

763 A Proposta ora encaminhada tem base na Resolução CONAMA 07/93, 16/95 na Norma Brasileira
764 NBR 13037 e foi realizada visando a definição das características técnicas dos equipamentos de medição. Participaram
765 dessa proposta toda a sociedade, o IBAMA, a ANFAVEA e também a PETROBRAS, e passou por varias Câmaras
766 Técnicas, e nós estamos então apresentando para aprovação hoje esta proposta. Obrigado.

767

768 **Secretário Raimundo Deusdará Filho (Secretário Executivo do CONAMA)**

769

770 Muito obrigado, Eng. Daniel. **Em discussão.** Não havendo inscrições, eu vou
771 colocar em regime de votação. Quem é favorável à Proposta de Resolução, por favor se manifeste.
772 Quem é contrario? Quem se abstém? **Aprovado.**

773 Muito obrigado, Eng. Daniel. Eu queria mais uma vez, em nome da Secretaria
774 Executiva e de todos os Conselheiros, agradecer o empenho e a colaboração que o Eng. Daniel da
775 CETESB, vem dando à construção técnica das Propostas de Resolução destinadas a questão do
776 controle da poluição do ar. Muito obrigado Eng. Daniel, em nome da Secretaria-Executiva e de
777 todos os Conselheiros.

778 Passamos ao Item 6.2 da Proposta da Ordem do Dia, que é uma Proposta de
779 Resolução sobre as diretrizes para a Política de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da
780 Mata Atlântica. Essa proposta já foi anexada na Ata 49ª Reunião Ordinária do CONAMA, e esse
781 assunto já foi motivo de uma apresentação por parte de representantes do Ministério do Meio
782 Ambiente. Eu passo a palavra para o Conselheiro Paulo Finotti, que é o Presidente da Câmara
783 Técnica de Mata Atlântica e representante das Entidades Ambientalistas da Região Sudeste, para as
784 suas considerações iniciais.

785 Essa proposta encontra-se às folhas 95 da Ata que os senhores receberam no início
786 da reunião.

787

788 **Conselheiro Paulo Finotti (Representante da Entidades Ambientalistas da Região Sudeste).**

789

790 Em primeiro lugar eu quero cumprimentar o nosso convidado Prof. Valdir Schalch
791 da USP de São Carlos, lutador de grandes batalhas. Nós já trabalhamos juntos algumas vezes e está
792 aqui presente para fazer sua apresentação.

793 Senhores Conselheiros, Mesa Diretora, nós temos um processo envolvendo as
794 diretrizes para política para conservação e desenvolvimento sustentável da Mata Atlântica. Este
795 trabalho vem sendo estudado, discutido, durante este último ano e meio, por parte não apenas de
796 técnicos do Ministério, como também representantes das Organizações não Governamentais
797 voltadas ao setor da Mata Atlântica, e ele engloba, exatamente, o desengessamento das atribuições
798 que nós temos, particularmente, com relação a tudo aquilo que envolve o desenvolvimento
799 sustentável deste bioma de grande importância para a Nação e para o Mundo. Assim sendo,
800 inclusive levantando diversos problemas, este projeto, caso ele permaneça ainda nessa estagnação
801 que nós estamos, vai mais uma vez causar sérios problemas ao nosso bioma. Então, face a toda
802 discussão que houve, a aprovação por unanimidade em reunião da Câmara Técnica de Mata
803 Atlântica e, posteriormente, a relatoria da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, haver feito
804 apenas duas pequenas observações de ordem redacional para enquadrar o projeto no aspecto
805 jurídico, e, posteriormente, com estas alterações ser aprovado por unanimidade também, pela
806 Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, eu solicito aos senhores Conselheiros que aprove, estas
807 medidas normativas, na medida em que isto vai favorecer a todos nós no processo de fiscalização,
808 de preservação e de sustentabilidade da Mata Atlântica, por enquanto é só, e muito obrigado.

809

810 **Secretário Raimundo Deusdará Filho (Secretário Executivo do CONAMA)**

811

812 Muito obrigado, Conselheiro Paulo Finotti, Presidente da Câmara Técnica de Mata
813 Atlântica, representante das Entidades Ambientalistas da Região Sudeste. **Em discussão.** Não

814 havendo discussão sobre a matéria, **em votação**. Quem é favorável, por favor se manifeste. Quem é
815 contrario? Quem se abstém? **Aprovado**, com uma abstenção.

816 Por gentileza, agora passaremos ao Item da Ordem do Dia que é o item 6.3, que é
817 uma Proposta de Resolução, complementando a Resolução 240/98, que envolve a questão florestal
818 na Região do Sul e extremo Sul da Bahia. Essa proposta foi apresentada inicialmente na ultima
819 reunião, na 51ª Reunião Ordinária, e, com a aquiescência do Plenário e da mesa, foi pedido para ser
820 retirada de pauta pelo Governo do Estado da Bahia. Então, eu pediria ao representante do Governo
821 do Estado da Bahia, nosso Conselheiro Durval Olivieri, por favor, que fizesse as suas
822 considerações iniciais, seguido depois do Presidente da Câmara Técnica da Mata Atlântica e de
823 Controle Ambiental, se julgarem oportuno. Muito obrigado.

824
825 **Conselheiro Durval Olivieri (Representante do Governo do Estado da Bahia)**
826

827 Senhor Presidente, senhores Conselheiros, agradeço a oportunidade de estar aqui
828 nessa reunião do CONAMA, e desejar a todos um feliz Natal. Cumprindo a minha obrigação é que
829 assumi o processo de vistas da própria Resolução proposta, e isso resultou num proveito muito
830 grande para todos nós da Bahia, e também para o Brasil, porque aprendemos nesta discussão muita
831 coisa útil. A maneira de colocar em discussão questões dessas relevâncias em todas as regiões.
832 Devo dizer que o meu papel aqui é simples, é tão somente de dizer que tenho um voto favorável
833 como Relator de vistas, a minuta que tem como cabeçalho Conselho Nacional do Meio Ambiente e
834 no seu *Caput* fala da Lei 6938 e visa regulamentar a Resolução 240 sobre a Mata Atlântica da
835 Bahia e que embora ligada a Bahia é uma Resolução de impacto Ambiental Nacional. Essa
836 Resolução foi discutida com todos os interessados, com as ONGs da Bahia e também do Brasil.
837 Recebeu cartas de contribuição de todo o Brasil. Ela procurou incorporar todas essas preocupações,
838 recebeu também contribuições do setor produtivo, representado por suas entidades, e mormente a
839 Associação Florestal Produtiva da Bahia, a quem devemos uma série de orientações e
840 compromissos de criação de uma nova mentalidade. As Organizações IESB do Sul da Bahia e ao
841 Grupo Ambientalistas da Bahia e outros que deram nos debates tremendas contribuições, equipes
842 diversas do Governo da Bahia, o Departamento Florestal, a Secretaria de Planejamento Ciências e
843 Tecnologia que convocou e aqui está entre nós o Secretario Titular da Pasta de Planejamento
844 Ciência e Tecnologia, a CNI com o Presidente da Câmara Técnica de Controle Ambiental, ao Paulo
845 Finotti como Presidente da nossa Câmara Técnica Temporária da Mata Atlântica e sem duvida
846 alguma o nosso Carnaúba, Presidente da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos.

847 Por que estou citando esse agente se são mais de cinquenta? Porque esses são
848 agentes institucionais fundamentais. Este texto que ai está, está em poder dos senhores, ele foi
849 retocado algumas centenas de vezes, está aprovado pela Câmara Técnica de Controle Ambiental
850 porque fala do Licenciamento Ambiental. Está aprovado pela Câmara Técnica da Mata Atlântica, e
851 a de Assuntos Jurídicos, porque ficou esperando para encerrar sua pauta para receber este e
852 acolher, fez inclusive algumas contribuições positivas quanto ao sensoramento remoto, até ai
853 extrapolando a sua própria função. Então, conclusão, senhor Presidente, eu manifesto aqui meu
854 voto favorável a esta minuta que aqui está, considero que está plena e madura para ser votada, ela
855 desobstrui problemas que estão acontecendo na Bahia na área de obras publicas que estão
856 paralisadas com graves efeito sociais, ela desobstrui paralisações de agriculturas legítimas e,
857 conseqüentemente, eu termino dizendo que se trata de uma Resolução de Regime de Urgência,
858 como assim foi colocado na ultima Reunião, agradeço a todos a atenção, e repito: o meu voto é
859 favorável a essa minuta que foi aprovada ontem pelas Câmaras Técnicas já citadas.

860
861 **Secretário Raimundo Deusdará Filho (Secretário Executivo do CONAMA)**
862

863 Por gentileza, o Presidente da Câmara Técnica da Mata Atlântica, Dr. Paulo Finotti,
864 por favor, com a palavra.

865 **Conselheiro Paulo Finotti** (*Representante da Entidades Ambientalistas da Região Sudeste*).

866
867 Felizmente as Diretrizes foram aprovadas e isto nos permite andarmos. Durante esta
868 semana nós analisamos arduamente as minutas, inclusive essa Presidência esteve em Salvador
869 junto com o representante das Organizações não Governamentais de Salvador, Renato e outros,
870 para analisarmos todo esse trabalho, e através disto nós elaboramos esta proposta, juntamente,
871 posteriormente, com a Câmara Técnica de Controle Ambiental, fizemos todas as alterações
872 necessárias para que não houvesse um processo de degradação na Região Sul da Bahia, porque o
873 processo lá estava totalmente parado, seja por fator positivo ou seja no negativo, e face a isso nós
874 consideramos de grande importância que essa Proposta de Resolução seja aprovada pelo Plenário,
875 eu gostaria de passar a palavra agora à Presidência da Câmara de Controle Ambiental e participar
876 que também, esta proposta passou como o nobre Conselheiro Durval se manifestou, pela Câmara
877 Técnica de Assuntos Jurídicos, que nada opôs, além de acrescentar coisas, exatamente como ele
878 comentou a respeito de sensoriamento remoto, extremamente importantes para o trabalho.

879
880 **Secretário Raimundo Deusdará Filho** (*Secretário Executivo do CONAMA*)

881
882 Muito obrigado, Conselheiro Paulo Finotti, Presidente da Câmara Técnica da Mata
883 Atlântica. Passarei a palavra ao Conselheiro Shelley Carneiro, Presidente da Câmara Técnica de
884 Controle Ambiental.

885
886 **Conselheiro Shelley Carneiro** (*Presidente da Câmara Técnica de Controle Ambiental*)

887
888 Obrigado Presidente, gostaria de dizer que eu fico muito satisfeito de ver o
889 passo que o nosso país está alcançando, conseguido sentar na mesa posições tão antagônicas
890 sobre o mesmo problema, e chegar ao denominador comum, após discussão acalorada,
891 muitas vezes, discussões profundas sobre o assunto madeireiro no Brasil, e esse exemplo da
892 Bahia é um exemplo bastante interessante, porque ele mostra que coisas impossíveis e muitas
893 vezes vistas como impossíveis pelos dois lados, através do dialogo através de uma negociação
894 de alto nível, pode se chegar a um denominador comum satisfatório aos interessados, gostaria
895 de dizer e agradecer profundamente o apoio que me foi dado pelo pessoal da classe produtiva
896 de madeira da Bahia, com todos os seus integrantes e eu, representando a CNI, tive um papel
897 muito grande de interlocutor entre o setor produtivo da Bahia da parte madeireira, e o setor
898 que estava negociando isso, das ONGs do Estado da Bahia, do Governo do Estado da Bahia.

899 Como disse o Conselheiro Durval, nós crescemos muito com essa negociação e
900 eu tenho certeza que esse é um exemplo que pode ser dado a todo Brasil. Mas gostaria de
901 deixar aqui também uma posição da minha preocupação, de que a gente tome muito cuidado
902 para não aprovar Resoluções que possam causar tantos problemas à classe produtiva
903 brasileira. Gostaria de dizer que essa classe séria e produtiva, porque a CNI não abre mão de
904 acusar bandidos, o pessoal da madeira que na realidade esteja fazendo fora das leis e coisas
905 erradas neste sentido. Ninguém é a favor de corte indiscriminado de madeira e nem de
906 empresários que estejam fazendo as coisas legalmente incorretas, mas gostaria de colocar aqui
907 claramente: sempre a CNI vai procurar negociar e vai procurar chegar a um denominador
908 comum, mas essa resolução trouxe, depois de um ano a solução, um ano de perda financeira,
909 pessoas que trabalham, que vivem disso na região e que na realidade estão tendo dificuldades
910 seríssimas, inclusive de sobrevivência, e isso na realidade não é uma coisa que a CNI aprova e a
911 Confederação Nacional da Indústria gostaria que essas coisas fossem feitas com mais critério
912 e fossem feitas com uma discussão maior de toda a sociedade, só isso que nós pedimos.
913 Gostaria de agradecer muito também, por fim, o nosso dialogo pelo nível que ele teve com as
914 ONGs da Bahia, isso e somente isso nos levou a conseguir os resultados que nós
915 esperávamos, duro de ser conseguidos, porque se vocês lerem, vão ver que na realidade

916 apenas aqueles que querem fazer as coisas corretamente vão poder entrar, e ótimo que seja
917 assim, tudo que está escrito aí na realidade, exige muito do produtor para que ele consiga na
918 realidade ter o seu setor produtivo trazendo riquezas para o Estado da Bahia, então eu só
919 gostaria de complementar isso e dizer que dentro deste espírito, ontem, a nossa Câmara
920 aprovou os termos que foram apresentados com pequenas discussões sobre prazos e coisas
921 pequenas, mais ela prova tudo que foi ontem apresentado pela Câmara da Mata Atlântica.
922 O.k. obrigado.

923

924 **Secretário Raimundo Deusdará Filho** (*Secretário Executivo do CONAMA*)

925

926 Muito obrigado, Dr. Shelley Carneiro, Presidente da Câmara Técnica de
927 Controle Ambiental. A matéria encontra-se em discussão, por gentileza Dr. Leopoldo Garcia
928 Brandão, representante da Confederação Nacional do Comércio.

929

930 **Conselheiro Leopoldo Garcia Brandão** (*Representante da Confederação Nacional do Comércio -CNC*)

931

932 Senhor Presidente, Senhores Conselheiros, eu trago apenas algumas reflexões:
933 a primeira delas é subscrever a posição do representante da Confederação Nacional da
934 Indústria, dizendo que a Resolução 240 não trouxe só prejuízo financeiro, causou
935 desemprego, não puniu só os empresários que estavam com praticas irregulares, paralisou
936 totalmente o setor inclusive aqueles que estavam trabalhando rigorosamente de acordo com a
937 lei, eu considero isso inaceitável, acho que é uma ato de truculência e é um ato socialmente
938 danoso, como nos provou lá que mesmo as empresas com todos os seus planos em ordem
939 rigorosamente de acordo com as normas, tiveram que paralisar suas atividades, gerando uma
940 situação difícil, numa região difícil, não é uma região de vida fácil. O Sul da Bahia é uma
941 região com muitas dificuldades, eu conheço-as realmente bem.

942 Quanto ao texto da Resolução, ela poderia ter título de Resolução cipo, porque
943 é um cipoal de dificuldades que vai exigir um esforço gigantesco para chegar ao fim,
944 realmente tem muito cipo nessa mata aqui, vou citar só um item aqui, no item primeiro, na
945 letra "N", pelo menos, além desse pode ter outro, porque vai até a letra "O", mas na letra "N"
946 diz assim: "garantia de viabilidade técnica ou não, que nos benéficos sociais", se o CONAMA
947 não aprovar a Resolução 240 que manda parar tudo, quem pode ser viável se de repente
948 estando trabalhando rigorosamente de acordo com as leis e normas, sofre as suas atividades
949 interrompidas, ficou inviável, então essa viabilidade devia ter uma contra partida, desde que
950 não se aprove coisas semelhantes aquela que foi aprovada, estou só dando um exemplo das
951 dificuldades que os resultados dessas aprovações de coisas radicais.

952 Há um outro item aqui também no mesmo art. 1º do n.º 03, a auditoria externa
953 do empreendimento com periodicidade semestral nas áreas de exploração e de processamento
954 para acompanhamento logístico, eu acho que a auditoria existe é dos Órgãos Ambientais,
955 permanente ela não é, duas vezes por ano, tantas vezes os Órgãos Ambientais julgarem
956 adequado irá fiscalizar, eu não sei porque tem que contratar uma auditoria externa, se a todo
957 um arsenal Estatal, Estados, Municípios, Estados e União envolvidos na monitoração e no
958 controle das atividades da Mata Atlântica. Não há nenhum Bioma no Brasil que tem uma
959 cobertura estrutural, uma cobertura jurídica tão grande, ainda precisa contratar uma auditoria
960 externa privada, eu sou do Setor privado, mas não entendo assim. Estou dando como exemplo
961 do cipoal criado.

962 E, por fim, eu queria dizer que caberia uma Emenda, talvez no Art. 2º no final
963 no § 4º, dizendo "as empresas que estão com a sua situação regular, cuja a atuação está de
964 acordo com todas as Normas e Leis, podem começar a funcionar imediatamente", eu não
965 entendo que isso não possa ser possível, são pequenas, são poucos os números, supõe que seja
966 20% ou coisa semelhante, mais eu acho que eticamente, socialmente, economicamente,



967 juridicamente eu não me sinto confortável de imaginar que eu estou impedindo a quem esta
968 trabalhando de acordo com as leis, continuar a trabalhar. Por que? Não vejo nenhuma razão,
969 foi feito um levantamento, quem esta trabalhando de acordo com as leis não possa trabalhar,
970 num país que precisa de emprego desesperadamente, num país pobre que toda a geração de
971 renda é extremamente importante, nós estamos vendo a situação difícilíssima, todos os
972 prenúncios é de que a situação se agravará tremendamente, porque que não pode continuar
973 trabalhando quem está com práticas dentro da Lei. Eu não consigo entender, de modo que eu
974 não vou querer ser um desarrumador de negociação grande. Evidentemente que eu apoio,
975 mais eu queria fazer essas três ponderações, quer dizer, eu acho se os relatores ai das
976 Comissões Jurídicas acharem por bem, eu acho que no § 4º do art. 2º, poderia ser
977 acrescentado, as empresas que estão com a sua situação regular, não há porque negar o direito
978 deles continuar trabalhando, eu espero que a gente aprenda com este episódio a não aprovar
979 Resoluções radicais neste Plenário que causarão problemas sociais seríssimos, eu não quero
980 ser parte em nenhuma geração de desemprego, não me sinto moralmente em condições, ao
981 contrario, me sinto muito constrangido se qualquer ato meu tiver colaborado para desemprego
982 nesse País, o desemprego é muito mais sério do esta se tratando os números oficiais, se não
983 fosse a economia informal, esse País já teria explodido, porque a economia informal está com
984 psicose de cassação de emprego, a umas manias ai, meio copiadas de reengenharia, não sei o
985 que, que estão destruindo o patrimônio humano das organizações produtivas, e logo, logo,
986 estão vendo que elas estão anêmicas, estão com anorexia, estão com todas as doenças, mas no
987 caso lá específico, destruir emprego numa região pobre de pessoas em grande numero
988 analfabetas, é uma crueldade, com a qual eu não participo e da qual eu quero ter uma posição
989 contraria. Eu sou favorável a tudo que possa gerar emprego neste país, a qualquer momento,
990 em qualquer lugar, respeitadas as Leis, eu acho que isso ninguém pode ser contra, esse
991 acontecimento eu espero que não tenha sido desejado pelos doutores, não estou fazendo
992 julgamento, eu não sou Juiz, cada um tem o seu procedimento, eu acho que não foi desejado
993 por ninguém, mas é um fato, e eu acho que esse fato podia ser corrigido pelo menos em parte,
994 com a volta à atividade das empresas em cuja a atuação não foi encontrada nenhuma
995 irregularidade, então é a minha posição.

996
997 **Secretário Raimundo Deusdará Filho** (*Secretário Executivo do CONAMA*)

998
999 Obrigado, Conselheiro Leopoldo Garcia Brandão. Então, eu entendo que, na sua
1000 manifestação, há uma proposição de inclusão de um § 4º no art. 02. A intenção é, que as empresas
1001 que estejam com a sua situação legal, regular, possam funcionar prontamente. Inscrito o
1002 Conselheiro Paulo Finotti, Presidente da Câmara Técnica da Mata Atlântica e representante das
1003 Entidades Ambientalistas da Região Sudeste.

1004
1005 **Conselheiro Paulo Finotti** (*representante da Entidades Ambientalistas da Região Sudeste*).

1006
1007 Duas ponderações a fazer: a primeira é que quando o Conselheiro Leopoldo se refere
1008 a radicalização, ele não está se referindo a esta Proposta de Resolução que nós estamos analisando,
1009 e sim a Resolução 240/98, que cerceou totalmente as atividades no Sul da Bahia. Confere
1010 Conselheiro? Tá, e em segundo lugar, caso haja o aceite da proposta do Conselheiro, esta proposta
1011 poderia ser colocada sobre o aspecto de disposições finais ou transitórias, e não necessariamente no
1012 art. 02 , é uma sugestão apenas.

1013
1014 **Secretário Raimundo Deusdará Filho** (*Secretário Executivo do CONAMA*)

1015

1016 Muito obrigado, Conselheiro Paulo Finotti. Com a palavra o Conselheiro Renato
1017 Cunha, representante das Entidades Ambientistas da Região Nordeste.

1018
1019 **Conselheiro Renato Cunha** (*Representante das Entidades Ambientistas da Região Nordeste*).
1020



1021 Bom, eu gostaria de dizer que eu acho que o que a gente percebia na região a
1022 exploração madeireira de uma forma predatória que estava ocorrendo é que a gente poderia chamar
1023 de radical também, não a proposta de encaminhamento que foi dada para que se reveja o processo
1024 que estava acontecendo na região e que precisava de uma tomada de posição global dos Órgãos
1025 públicos, da Sociedade em geral, quer dizer, este foi o espírito da 240, e que todos os relatórios das
1026 auditorias que foram feitas apontavam para isto, então, a gente considera que, quer dizer, o
1027 radicalismo da coisa foi para a gente rever o posicionamento que tanto de um lado, quanto do
1028 outro, estava precisando uma mudança, a gente está entendendo que com essa proposta, quer dizer,
1029 que o espírito da Proposta, da 240, era que alguns estudos que estão preconizados aqui e que
1030 realmente tem que ser feitos antes de qualquer autorização de retorno de alguma atividade. É isso
1031 que está se propondo, é isso que foi preconizado, isso que foi já acordado entre as varias partes,
1032 esses atores todos, quer dizer, quando se fala que já foi falado pelo Dr. Leopoldo, pelo Shelley
1033 sobre a questão social de emprego e tudo, a gente só fica imaginando se continuasse o processo,
1034 daqui a 3, 4 anos o desemprego viria em massa por não existia Mata Atlântica para qualquer
1035 extração, então, eu acho que quando se está pensando em proteção ambiental, está se pensando
1036 também no emprego e na renda, quando você tem uma medida que precisa ser feita é pensando no
1037 futuro das gerações, das nossa gerações futuras e alternativas para região já estão acontecendo que
1038 podem gerar também os mesmos empregos e renda de acordo com outras tecnologias, outras
1039 propostas de política de desenvolvimento para a região, do turismo, ou mesmo até de Política
1040 Florestal, por exemplo, que está sendo discutida no âmbito do PPG7, está quase aprovado um
1041 projeto que agora vai retornar com as palavras aqui do Dr. Lauro Bernardes, do apoio a um projeto
1042 dos "Corredores Ecológicos para a Região", que propõe ampliar as áreas florestais nativas da Mata
1043 Atlântica, e isso vai gerar emprego também, vai virar proteção ambiental na região.

1044 Então, eu acho que não é cabível a gente agora neste momento já propor essa
1045 Emenda feita pelo Dr. Leopoldo, quando já está se dando um prazo para esses estudos é o avanço
1046 inclusive que está se tendo em relação a 240, que esses estudos já poderiam ter começado já há
1047 algum tempo, desde abril, que a Resolução já está aprovada e até agora os estudos ainda não foram
1048 feitos, já tem muitas informações que podem ser aproveitadas. Não vai se começar do zero na
1049 verdade, vai-se começar dum processo de informações que já existem de um banco de dados que já
1050 existem e apenas consolidar essa informações, mas então a gente defende enfaticamente o texto
1051 como ele está e assim que ele deve ser aprovado e é assim que ele vai ter a sustentabilidade que
1052 todos esperam, sustentabilidade Ambiental, social, econômica para a região.

1053
1054 **Secretário Raimundo Deusdará Filho** (*Secretário Executivo do CONAMA*)
1055

1056 Muito obrigado Dr. Renato Cunha. **Em discussão.** Dr. Shelley Carneiro, depois
1057 seguido do Dr. Renato Cunha, que passará a palavra para um companheiro. Pois não, Dr. Paulo
1058 Nogueira Neto também. Dr. Shelley.

1059
1060 **Conselheiro Shelley Carneiro** (*Presidente da Câmara Técnica de Controle Ambiental*)
1061

1062 Eu gostaria de falar um pouco, só sobre a 240, só para reforçar um pouco o que
1063 foi dito aqui antes de mim, é que não só o setor produtivo, mais também o Estado estava
1064 tremendamente prejudicado com a legislação, importante dizer que barragens, estradas na
1065 região estavam totalmente paralisadas por efeito da 240, certo, e isso na realidade trazendo
1066 um problema seríssimo ao estado. Eu gostaria só de levantar isso, dando todo apoio ao

1067 representante da Confederação Nacional do Comercio, e pedindo encarecidamente aos
1068 senhores que entendam as dificuldades dos que estão fazendo de acordo com a lei, e todos
1069 eles tinham licenciamento do IBAMA, com seus programas de manejo aprovados pelo o
1070 IBAMA, e estavam funcionando normalmente sem problema nenhum, então, é a isso que eu
1071 estou pedindo, na realidade, um pouco de coerência deste Conselho, acrescentando e pedindo
1072 e reforçando o pedido do companheiro da Câmara do Comércio.

1073
1074 **Secretário Raimundo Deusdará Filho (Secretário Executivo do CONAMA)**

1075
1076 Muito obrigado, Dr. Shelley Carneiro. Dr. Paulo Nogueira Neto, por gentileza, nosso
1077 Ilustre Conselheiro, seguido do Conselheiro Renato Cunha.

1078
1079 **Conselheiro Paulo Nogueira Neto (Presidente da ADEMA/SP)**

1080
1081 Em relação à parte que fala do conceito, Domínio Mata Atlântica, parece que
1082 há aqui um equívoco, porque na parte que diz...

1083
1084 **Secretário Raimundo Deusdará Filho (Secretário Executivo do CONAMA)**

1085
1086 Qual o artigo Dr. Paulo Nogueira Neto, por favor.



1087
1088 **Conselheiro Paulo Nogueira Neto (Presidente da ADEMA/SP)**

1089
1090 Na pagina 105, na página 105: Conceitos: Domínio da Mata Atlântica, está
1091 escrito pela Fundação SOS Mata Atlântica, etc., etc., da qual sou vice-presidente.....

1092 Nosso colega Durval, disse que estão tratando apenas da Bahia, eu estava
1093 falando de outro assunto relacionado, que é o da política, então eu vou deixar por ocasião
1094 oportuna levantar aqui um equívoco.

1095
1096 **Secretário Raimundo Deusdará Filho (Secretário Executivo do CONAMA)**

1097
1098 Muito obrigado, Dr. Paulo Nogueira Neto. Eu entendo que a sua manifestação
1099 é em cima da matéria que trata das Diretrizes para Política e Conservação do
1100 Desenvolvimento Sustentável da Mata Atlântica. Ela será oportunamente considerada, Dr.
1101 Renato Cunha, por gentileza.

1102 O.k. Por gentileza, Dr. Paulo Gustavo, da *Conservation International*, a pedido
1103 do Conselheiro Renato Cunha

1104
1105 **Dr. Paulo Gustavo (Conservation International)**

1106
1107 Eu agradeço a oportunidade de me manifestar. Eu gostaria de discordar da
1108 proposta que foi feita pelo representante da indústria, ele arremete de novo a possibilidade de
1109 autorização imediata. Eu estou discordando da proposta que foi feita pelo senhor
1110 representante da indústria, uma vez que a legislação do Estado da Bahia não tranca em nada
1111 esse processo e mantém o acompanhamento e o monitoramento das atividades. No meu ponto
1112 de vista e pediria ai uma análise jurídica disso, a proposição não tem sentido algum.

1113
1114 **Secretário Raimundo Deusdará Filho (Secretário Executivo do CONAMA)**

1115
1116 Muito obrigado, Dr. Paulo Gustavo. Com a palavra, o representante do
1117 Governo do Estado da Bahia, Dr. Durval Olivieri, seguido do Conselheiro Soler,
1118 representante das Entidades Ambientalistas da Região Sul.

1119
1120
1121
1122
1123
1124
1125
1126
1127
1128
1129
1130
1131
1132
1133
1134
1135
1136
1137
1138
1139
1140
1141
1142
1143
1144
1145
1146
1147
1148
1149
1150
1151
1152
1153
1154
1155
1156
1157
1158
1159
1160
1161
1162
1163
1164
1165
1166
1167
1168
1169

Conselheiro Durval Olivieri (Representante do Governo do Estado da Bahia)

Senhor Presidente, senhores Conselheiros, com efeito, uma das particularidades da minuta de Resolução, é que ela remete esse assunto, inclusive com concordância dos produtores da área madeireira, de moveis etc., para o licenciamento ambiental do Estado, conforme pacto Federativo, e a Legislação da Bahia tem uma série de prerrogativas que atribui ao seu Conselho e a seu Presidente de Conselho, ao seu Órgão Ambiental, Secretaria Executiva, medidas tipo estas que o Conselheiro Leopoldo Brandão aqui argumentou de, analisada a possibilidade de não haver danos eminentes para o Meio Ambiente, se fazer autorizações de operação precárias de pré operação monitorizadas, enfim, a legislação é farta em medidas ferramentais para isto, dispensando ao CONAMA de ter que ter esta preocupação num texto de Resolução, como ele falou já está um cipoal. Obrigado.

Conselheiro Antônio Carlos P. Soler (Representante da Entidade Civil da Região Sul)

Bom dia, Conselheiros e Conselheiras, presentes nesta reunião do CONAMA. Me inscrevi para participar deste debate, em razão de querer ratificar a posição do Conselheiro Renato Cunha do GAMBA da Bahia, Conselheiro da *Conservation International* e do representante do Governo do Estado da Bahia, quando fala de necessidade legal da colocação dessa Emenda nessa Resolução, visto que, a Legislação, o arcabouço legal disponível hoje, já permite ações nesse sentido, então me parece que neste momento, além de ser desnecessária essa Emenda, ela, de certa forma, representaria uma quebra em todo um processo de negociação e discussões que acontecerão nas Câmaras Técnicas do CONAMA e em outros fóruns, que possibilitaram de uma forma, através do dialogo, através da argumentação, chegar a este texto de Resolução que se encontra agora em discussão, e que na verdade, existe somente em razão da aprovação da 240, se nós não tivéssemos aprovado a 240, talvez, não estivéssemos hoje, neste momento, discutindo essa Resolução, que na verdade, eu acho que é unânime isto entre os Conselheiros, representa um grande avanço no que tange, não só à preservação da Mata Atlântica, mas também o seu uso, de uma forma sustentável e ecologicamente correta, e em especial na Bahia.

Então, neste sentido, senhor Presidente, senhores Conselheiros e Conselheiras, gostaria de registrar que nós da Região Sul, Entidades Ecológicas da Região Sul, que também temos um pouquinho de Mata Atlântica no nosso Estado, o que sobrou dela, estamos apoiando essa iniciativa, esse acordo, esse pacto, forjado ai, em vários seguimentos interessados na matéria, e achamos que essa Emenda pode representar ai, uma quebra nesse pacto de difícil construção, um pacto que custou muito tempo de trabalho, muita discussão e pode gerar ai um processo que não será bom para nenhuma parte, no sentido de preservação e de uso de Mata Atlântica e em especial não será bom para a própria Mata Atlântica. Gostaria de dizer também que a gente acabou de aprovar por unanimidade neste plenário, um instrumento de uso e de preservação da Mata Atlântica que pode dar novas luzes para problemas como o da Bahia, e que parece muito precipitado a gente recém ter aprovado esse documento e já começarmos alterar de uma forma assim, sem ter participado desse processo de discussão desse pacto ai, que foi construído com relação a 240.

Então, quero lembrar que nós não estamos mais discutindo a 240, a 240 já está aprovada, nós estamos discutindo agora o resultado, o avanço, o aperfeiçoamento da 240, que é um acordo, volto a afirmar isso, mas gostaria de registrar que a nossa preocupação com relação ao desemprego, a questão social, a qualidade de vida das populações, essa preocupação é também uma preocupação do movimento ambiental. Foi-se o tempo em que o movimento ambiental era caracterizado por ações tipo abraçar Baleias, ou subir em arvores. Podemos fazer isso ainda, acho que devemos fazer isso, agora acho que temos que romper

1170 esse ícone criado de que o movimento ambiental não tem preocupação social, não tem
1171 preocupação com o desenvolvimento, não tem preocupação com o crescimento econômico do
1172 Brasil, temos preocupação, queremos ver o Brasil crescendo economicamente, queremos ver
1173 uma redistribuição de riqueza, que não tem neste país, queremos ver os trabalhadores do Sul
1174 da Bahia trabalhando e mais que trabalhando, trabalhando com os seus direitos trabalhistas
1175 assegurados, com Carteira assinada, com direito à saúde, com direito à habitação, então, a
1176 nossa proposta ao meio ambiente sadio, e mais do que isto, queremos que as futuras gerações
1177 tenham este direito, de ver a Mata Atlântica, ou pelo menos o que restou dela, preservado, e
1178 que possam encontrar um país com uma política econômica diferente à que a gente tem hoje,
1179 onde a gente possa ter emprego para todo mundo e emprego com qualidade, com salário
1180 adequado, com distribuição de renda, com acesso a saúde e acesso a educação, obrigado.

1181

1182 **Secretário Raimundo Deusdará Filho** (*Secretário Executivo do CONAMA*)

1183

1184 Muito obrigado, Conselheiro Antônio Carlos Soler. **Em discussão.** Dr. Shelley
1185 Carneiro, por favor. Eu perguntaria, também, ao Conselheiro Leopoldo Garcia Brandão, se,
1186 dada as considerações feitas, ele mantém a proposta de inclusão da Emenda, e se tem uma
87 redação que poderia nos orientar. Pois não, Dr. Shelley Carneiro.

1188

1189 **Conselheiro Shelley Carneiro** (*Presidente da Câmara Técnica de Controle Ambiental*)

1190

1191 A Proposta da Câmara técnica continua valendo, de apoio a esse documento, eu
1192 não poderia como Presidente da Câmara Técnica, uma coisa votada pela Câmara Técnica,
1193 fazer qualquer contestação a um documento da Câmara, eu estou dizendo como membro do
1194 CONAMA, como membro, que eu tenho direito e tenho voto como membro da Confederação
1195 Nacional da Indústria, eu tenho direito de na realidade expor as preocupações da
1196 Confederação Nacional da Indústria, então quando eu fiz uma Proposição muitas vezes eu
1197 faço como um elemento da Confederação Nacional da Indústria, que vive os problemas dos
1198 madeireiros naquela região e dos empresários do setor produtivo naquela região. Então é bom
1199 a gente separar um pouco, porque eu não tenho inclusive a mínima condição de retirar uma
1200 coisa que foi aprovada pelos conselheiros da Câmara e, pelo contrário, eu como membro e
1201 Presidente defenderia o que foi aprovado pelos membros.

1202 Agora, gostaria de pedir e dizer que de uma certa forma o pedido, nós estamos
1203 de acordo com o documento, que foi tremendamente negociado, esse documento precisa ser
1204 aprovado, ele é importante para a Bahia, mas a proposta também. Não muda nada a proposta
1205 que foi feita pela Câmara do Comercio, porque é apenas um adendo que poderia ser
1206 acrescentado a pedido do Conselheiro. Eu acho interessante e bastante importante para os
1207 membro, na realidade, poderem discutir e tomar sua decisão. Muito obrigado.

1208

1209 **Secretário Raimundo Deusdará Filho** (*Secretário Executivo do CONAMA*)

1210

1211 Muito Obrigado, Dr. Shelley Carneiro. Fica registrado que as suas colocações foram
1212 feitas como representante da Confederação Nacional das Industrias. Conselheiro Paulo Finotti,
1213 representante das Entidades Ambientalistas da Região Sudeste.

1214

1215 **Conselheiro Paulo Finotti** (*Representante da Entidades Ambientalistas da Região Sudeste*).

1216

1217 Senhores Conselheiros, nós exaustivamente tivemos discutindo item por item, idéia
1218 por idéia, necessidade por necessidade, durante alguns dias esta Proposta, e ao iniciarmos a
1219 discussão, face o conhecimento do problema, face algumas minutas apresentadas que existem
1220 desde de agosto do corrente ano, inclusive em reuniões da Câmara Técnica de Mata Atlântica e

1221 posteriormente em trabalhos de contatos, nós tivemos a oportunidade de ao analisarmos em ultima
1222 discussão este trabalho, verificarmos todas possibilidades e tudo aquilo que envolve a necessidade
1223 real do Sul da Bahia. Assim sendo, eu acredito e estou falando em nome da Câmara técnica de
1224 Mata Atlântica, que aprovou este trabalho, o trabalho deve ser aprovado na íntegra como está. Eu
1225 talvez ressaltaria e continuo colocando a minha posição, em disposições finais e transitórias, a
1226 idéia do Conselheiro Leopoldo, mas mesmo assim, provavelmente, com uma preocupação a
1227 respeito de como isso seria operacionalizado pelo Governo da Bahia.

1228
1229 **Secretário Raimundo Deusdará Filho** (*Secretário Executivo do CONAMA*)
1230

1231 Muito Obrigado, Conselheiro Paulo Finotti. **Em discussão.** Bom, a mesa vai
1232 encaminhar, para votação, a proposição de Emenda à Proposta de Resolução, como é costume
1233 e praxe deste Conselho, nestes casos. Mas eu gostaria de ressaltar aqui que, independente do
1234 resultado, positivo ou negativo, da inclusão ou não dessa Emenda, ela deverá necessariamente
1235 sofrer uma análise jurídica a respeito de sua possibilidade de adoção. O Dr. Leopoldo Garcia
1236 Brandão está me trazendo a Emenda, por favor.

1237 O Dr. Leopoldo Garcia Brandão vai fazer a Proposição de inclusão de Emenda,
1238 que seria um 4º parágrafo no artigo 2º. Eu pediria a atenção do Plenário, porque a partir daí
1239 nós entraremos em regime de votação. Antes do regime de votação, com a palavra Dr. Durval
1240 Olivieri.

1241
1242 **Conselheiro Leopoldo Garcia Brandão** (*Representante da Confederação Nacional do Comércio*)
1243

1244 Eu não sou Jurista, de modo que é uma redação extremamente modesta:

1245
1246 “As empresas florestais madeireiras do Sul da Bahia, cuja a atuação está de acordo a Legislação
1247 vigente, receberá autorização para reinício de suas atividades”.

1248
1249 **Secretário Raimundo Deusdará Filho** (*Secretário Executivo do CONAMA*)
1250

1251 Muito obrigado, Dr. Durval Olivieri, representante do Governo do Estado da Bahia,
1252 por favor.

1253
1254 **Conselheiro Durval Olivieri** (*Representante do Governo do Estado da Bahia*)
1255

1256 Senhor Presidente, senhores Conselheiros, a minha preocupação é certamente
1257 porque essas atividades empresárias de pequeno empresários, e os empregos, retorne a sua
1258 normalidade, essa minha preocupação é do Governo, estou aqui debatendo a meses sobre isso,
1259 então, os senhores podem considerar que é de absoluta fidedignidade essa manifestação, se
1260 nós conseguirmos meios sustentáveis para iniciar as operações legalmente, por aqueles que
1261 acertar fazer as coisas dentro da lei, amanhã o Estado da Bahia moverá todos os esforços,
1262 convocará seus Conselhos, suas instituições para isso acontecer, eu não acho que essa
1263 preocupação deva ser objeto desse CONAMA, na medida em que a própria Lei na Bahia já
1264 prevê autoridade para o seu Conselho, para o seu Órgão Ambiental, para seus sistemas de
1265 licenciamentos, autorizações, proporcionarem o imediato reiniciar das atividades, até mesmo
1266 sobre um sistema de pré-operação monitorizada, porque existem coisas aprovadas nas nossa
1267 leis que facultam isso, eu tenho receio de que a inclusão dessa Emenda, quando acatada pelos
1268 senhores, conforme disse o Presidente, ao passar por uma futura análise jurídica ela venha
1269 atrasar ainda mais o processo. Então, para mim senhores, eu acho é que, eu não estou aqui
1270 dissociados dos madeireiros não, já sou até confundido com um, o meu bisavó era madeireiro,
1271 o meu tio avo era madeireiro, e o primeiro empregador meu de carteira assinada foi
1272 madeireiro e faliu, então eu sou madeireiro, agora esses madeireiros que aqui estão, confiam

1273 no Governo da Bahia, o que nós estamos querendo é tirar os grilhões criados pela Resolução
1274 240, erroneamente, contrariando os interesses deste Plenário.

1275 O Dr. Leopoldo fez um discurso de *tutti bonna gente* de engenharia de obras
1276 prontas, o Dr. Shelley com sua complementação, mas esse conselho aqui não aprovou o
1277 radicalismo, infelizmente o Português, Deus não nos deu um bom Português, e o texto saiu
1278 radicalizado impedindo até as obras públicas, que são legítimas, impedindo a agricultura no
1279 Estado, saiu então como se fosse uma Resolução de *Banhanidade*, mais na verdade era de
1280 *Brasilidade*, certo. Então eu aqui em uso da, já não estou mais controlando o tempo, eu peço
1281 veementemente que os senhores se concentrem no texto dessa Resolução, ela foi exaustiva e
1282 cansativamente analisada. Qualquer vírgula que for mudada nela, pode, mesmo que a intenção
1283 do Dr. Leopoldo, que eu conheço ser benéfica, pode criar perplexidade e reversão de
1284 expectativas.

1285 A Lei Baiana prevê a licença precária de pre-operação monitorizada, então, se
1286 as entidades produtivas apresentarem documentação de que já estão em dia e apresentarem
1287 um protocolo de que pediram licenciamento, ela recebe a licença precária, agora é preciso que
1288 demonstre isso tecnicamente. No entanto, se a gente põe um texto desse mal analisado aqui,
1289 agora, seja como medida lá no fim, seja no texto como foi solicitado, nós estamos nos
1290 arriscando a desmerecer o trabalho de 50, 60 pessoas. Então, eu acho que com o que eu estou
1291 dizendo aqui, estou a favor dos madeireiros. Esta Resolução que está aí, ela vai ajuda-los a
1292 recuperar suas atividades honestas e tecnicamente viável de imediato, o tempo é muito curto,
1293 eu diria que o imediato e coisa de 30 dias, o tempo normal das pessoas se organizarem para
1294 isto, então, não vamos tentar novamente intervir nas atividades do meu Estado, agora já estou
1295 falando como Baiano, eu acho ilegítimo que esse Conselho se reúna, que o IBAMA se reúna,
1296 para definir paralisação de obras públicas no meu Estado, então, eu estou aqui emocionado, ao
1297 contrário, e eu peço aos madeireiros se tiverem alguma opinião contrária do que falei em seu
1298 nome, por favor peçam a palavra e venham aqui eu lhes cedo a palavra em nome do Governo
1299 da Bahia, Dr. Alex.

1300
1301 **Secretário Raimundo Deusdará Filho (Secretário Executivo do CONAMA)**

1302
1303 Muito Obrigado, Dr. Durval Olivieri. Passando a palavra para o Dr. Geraldo
1304 Alex, Secretário da Associação Florestal Produtiva da Bahia.

1305
1306 **Dr. Geraldo Alex (Secretário da Associação Florestal Produtiva da Bahia)**

1307
1308 Senhor Presidente, o meu cordial bom dia. Bom dia senhores conselheiros,
1309 meus conterrâneos, senhor Presidente, ao Conselho, meu nome é Geraldo Alex, sou Secretário
1310 da Associação Florestal Produtiva da Bahia, e desde de abril, a título ilustrativo, só a título
1311 ilustrativo, em abril por ocasião da Resolução 240, existiam no baixo sul e no extremo Sul da
1312 Bahia, 247 serrarias autorizadas pelo IBAMA, que é o Órgão autorizador da atividade, hoje,
1313 se nós voltamos, hoje, no dia de hoje, não voltam 40 serrarias, só a título ilustrativo, porque
1314 isso, muitos empresários, os Nômades, como diz o nosso amigo Durval Olivieri, já se foram
1315 outros que tinham atividades paralelas incrementaram pelas outras atividades e abandonaram
1316 a atividade madeireira, os que estão na atividade hoje, os que estão aqui, eu tenho inclusive
1317 emocionalmente para continuidade dessas atividades, são madeireiros que se propõe a fazer
1318 um trabalho sério, buscar alternativas para que todos como dizem os nossos colegas
1319 Ambientalistas o desenvolvimento sustentável. Emocionalmente, quero aqui, agradecer ao
1320 Governo do Estado, aos nossos adversários ambientalistas, que depois desse processo
1321 passarão a ser companheiros de um processo de reformulação de um setor que eram tidos
1322 como bandidos e destruidores da natureza. Quero agradecer ao CONAMA pelo apoio que
1323 estão dando a esta Proposta de Resolução, que foi um trabalho feito em parceria com o setor

1324 produtivo, várias reuniões, muitas viagens, várias discussões, muita abertura de mão, quer
1325 dizer, um abre mão daqui, outro fecha dali, as negociações políticas aconteceram e avançamos
1326 bastante e chegamos a um texto que para nós ainda não é o ideal, mais foi o que nós
1327 conseguimos e achamos que está de bom tamanho, claro que a ansiedade nossa de voltarmos a
1328 trabalhar é muito grande, por isso que nós tentamos reduzir o prazo dos estudos já que a
1329 maioria dos estudos já estão prontos, é só uma questão de compilar essa informações, como
1330 falou o Conselheiro Renato Cunha, e o tempo para nós é primordial, então nós reduzimos o
1331 prazo.

1332 Continuando, queremos em nome do Setor Produtivo, só agradecer a todos
1333 pelo empenho e pela oportunidade, aos nossos colegas ambientalistas, esperamos que daqui
1334 para a frente andemos de mãos dadas, obrigado.

1335
1336 **Secretário Raimundo Deusdará Filho** (*Secretário Executivo do CONAMA*)
1337

1338 Muito obrigado. Eu entendo que existe a manutenção da Proposição de
1339 Emenda, feita pelo Conselheiro Leopoldo Garcia Brandão, incluindo um parágrafo ao art. 2º,
1340 ou estabelecendo uma disposição transitória. Então, primeiramente, submeterei a Emenda do
1341 Dr. Leopoldo Garcia Brandão à votação dos senhores pois, a partir de então, ficaria mais
1342 tranqüila a continuidade da deliberação a respeito da Resolução. Dr. Durval, o senhor ainda
1343 mantém a palavra, por favor.

1344
1345 **Conselheiro Durval Olivieri** (*Representante do Governo do Estado da Bahia*)
1346

1347 Eu acho que, estou preocupado. Se a votação dessa Emenda que não passou
1348 por Câmara Técnica, que não passou por Câmara Técnica Jurídica, que não passou por
1349 Câmara Técnica da Mata Atlântica, vai ter que passar por tudo isso ou até mesmo por uma
1350 revisão Jurídica, que pode ser de caráter interno, e resultar numa nova redação diferente do
1351 que foi votado como foi a 240, eu protesto e protesto inclusive de ter sido negado esse direito
1352 a minha pessoa.

1353 Na última reunião do CONAMA eu trouxe este assunto em medida de
1354 urgência, dentro do Regimento, e a título de cautela foi colocado em discussão em Câmaras
1355 Técnicas. Eu protesto, inclusive, que seja votada esta Emenda, se ela não sair daqui como um
1356 resultado desta data. Se votada favorável ela tem que sair exatamente no texto pueril ou não
1357 que o Dr. Leopoldo apresentou, qualquer procrastinação assim, vai ser considerado um
1358 ferimento ao meu direito de Cidadão Brasileiro de isonomia, porque ele teria tido um direito,
1359 por sua Confederação Nacional do Comércio ser maior do que o do Estado da Bahia, o
1360 Estado da Bahia não teve o direito que lhe é assegurado pelo Regimento de ter votado em
1361 Regime de Urgência, como foi apresentado a sua Resolução. Por cavalheirismo
1362 concordamos com Vossa Excelência o Presidente deste Plenário e levamos em vista e
1363 procedemos meses de debates, então, eu acho que colocar uma Emenda que pode demorar
1364 mais, um impropério, gostaria apenas de completar de que a Legislação da Bahia no seu § 4º,
1365 sobre o Licenciamento Ambiental, uma vez que o indivíduo se considera legítimo produtor e
1366 der entrada no seu pedido de licença, é preciso que de entrada, ele tem lá no § 4º, (e assim se
1367 escreve, os Advogados tem um termo chamado) *In Verbis* § 4º “para avaliar a eficiência das
1368 medidas adotadas pela atividade interessada, será determinada pelo órgão ambiental CRA, o
1369 período necessário para testar os controles previstos podendo ser concedida uma licença
1370 precária de operação, cuja a validade não excederá os 90 dias, prorrogável por mais 90 dias a
1371 critério do Conselho Estadual do Meio Ambiente”.

1372 Então, está aí atendida a prerrogativa do Dr. Brandão. Não há necessidade de
1373 qualquer outro instrumento. Meus senhores se Dr. Brandão tinha essa colaboração, as
1374 Câmaras técnicas foram realizadas e as reuniões com os madeireiros, com a CNI, com a

1375 Federação das Industrias, foram realizadas com as portas abertas, no meu Departamento o
1376 CRA, foram realizadas de portas abertas no Ministério, então se existisse esse interesse tão
1377 importante deveria ter sido manifestado naquelas oportunidades. Este Plenário, no meu
1378 entender, daria até voto favorável a medida do Dr. Brandão. Eu estava falando aqui sobre a
1379 questão puramente vernácula do Resolução, mas deixei de responder a aquelas alusões
1380 subjetivas sobre o desemprego, porque eu me vi responsável pela assinatura n.º 01 dessa
1381 Resolução, gostaria de contar também uma história. Esta Resolução foi proposta aqui no
1382 início do ano passado com o aval do prestigioso Dr. Paulo Nogueira Neto, do José Pedro e de
1383 todo o CONAMA, foi votado com unanimidade, inclusive pelo Dr. Leopoldo, mas que veio a
1384 mim pedir, que puséssemos esta Resolução em discussão, porque poderia paralisar uns planos
1385 de manejos já existentes da BRALANDA e prejudicar as negociações internacionais da
1386 *Conservation* e outros da vinda da BRALANDA, e me perguntaram se eu estava de acordo
1387 de retirar esta Resolução de pauta, através de uma vista do IBAMA, então, eu disse,
1388 perfeitamente a nossa Resolução não é uma Resolução emergencial, era um ano e tanto atrás,
1389 essa Resolução foi longamente analisada pelo IBAMA, com pedido de vistas e este texto que
1390 ai está, foi trazido pelo IBAMA, há pessoas que dizem, inclusive dentro do IBAMA, os
1391 Procuradores etc, que nada tem com isso que foram contra.

1392 Nosso Projeto de Desenvolvimento do Estado é chamado de Desenvolvimento
1393 Sustentável do Estado, os senhores pensam que é fácil dialogar com ONGs, não é, nós
1394 dialogamos com as ONGs opositoras, nos auto ofendemos em público em Jornais, não é
1395 porque sejamos masoquistas é porque consideramos que este é um processo de crescimento
1396 sustentável de nosso Estado, então senhores, eu acho que fui muito ofendido por ter sido
1397 signatário proponente dessa Resolução, inclusive de possíveis macumunações com os
1398 ambientalistas da Bahia, eu me sinto orgulhoso disso, eu acho que na verdade a Resolução
1399 não foi proposta pelas as ONGs da Bahia, foram propostas pelo Governador Paulo Souto da
1400 Bahia, e as ONGs endossaram, então eu acho que falar de empregos quando se esta falando
1401 em madeireiros sérios, está se falando de empregos de forma correta, falar de empregos pica-
1402 paus, sem carteiras assinadas de madeireiros nômades, não se está falando de empregos, está
1403 se falando de escravidão em pleno século XXI, e disso nós não temos qualquer aval ou
1404 concordância, e já demonstrado nos garimpos da Chapada Diamantina, em que o próprio
1405 Governador coordenou quando o Secretario Lúcio Carreira do Planejamento, as campanhas
1406 para desmobilização imediata dos Garimpos deletérios da Chapada Diamantina.

1407 Meus senhores, eu acho que isso aqui virou um discurso político, mas o meu
1408 propósito, conclusivamente, é que se essa Proposta do Dr. Brandão tem que ser votada aqui,
1409 não precisa. Os Deputados da Bahia já a votaram em 1980, e que seja votada e que seja
1410 aplicada imediatamente, sem qualquer outro estudo.

1411
1412 **Secretário Raimundo Deusdará Filho** (*Secretário Executivo do CONAMA*)

1413
1414 Muito obrigado, Dr. Durval. A mesa e todos os senhores Conselheiros do
1415 CONAMA sabem que a gente não pode, em hipótese alguma, vetar um pedido, feito por um
1416 Conselheiro, de inclusão de Emenda. Vamos ouvir o Dr. Leopoldo Garcia Brandão, depois, a
1417 mesa encaminhará a votação. Por favor, Dr. Leopoldo.

1418
1419 **Conselheiro Leopoldo Garcia Brandão** (*Representante da Confederação Nacional do Comércio -CNC*)

1420
1421 Eu queria dizer o seguinte: a minha posição não tem nenhuma sintonia com a
1422 atitude de irritação que o Conselheiro Durval tomou, Conselheiro que merece toda
1423 consideração. Segundo aspecto: eu não tenho nenhuma ligação econômica com as atividades
1424 madeireiras do Sul da Bahia, nenhuma, nunca tive, de modo que eu não estou aqui
1425 defendendo interesses específicos de uma organização ou outra. A terceira coisa: se o

1426 Conselheiro Durval, que é membro importante do Governo da Bahia, assegura que na
1427 Legislação que ele tem em mãos, pode ser feita a liberação das empresas corretas num prazo
1428 imediato, eu acho que essa era a minha preocupação e eu não sabia que isso existia. Se isso
1429 existe não sei porque que não foi feito a bastante tempo, mas se pode ser feito agora, o
1430 objetivo está sendo atingido, o objetivo que eu tive em mente era relincenciar ou permitir
1431 outra vez que voltassem trabalhar as empresas corretas.

1432 Eu estou solidário com ele quando diz que não defende empregos irregulares.
1433 Eu tenho uma vida de 53 anos de trabalho e o que fiz a vida toda, inclusive quando eu fui
1434 Diretor de empresa com 5 000 empregados, nunca tive um irregular nem nunca fui processado
1435 pela Justiça do Trabalho, em 22 anos, com 5000 empregados. Então, eu tenho autoridade
1436 moral para dizer que esta é minha linha eu estou de acordo.

1437 Agora, reitero, entendo a posição irritadíssima do Conselheiro Durval, que eu
1438 espero que desapareça, porque não houve nenhuma intenção. Com o compromisso de que o
1439 Governo da Bahia, pela atuação do companheiro Durval, irá abrir amanhã, lá no seu Órgão, a
1440 possibilidade de ser solicitada a licença para a atividade das empresas que estão atuando
1441 corretamente, eu não tenho outra posição.

1442 Nunca vim defender nenhuma irregularidade, quem me conhece mais de perto,
1443 sabe que a minha vida teve sempre uma base ética muito solida e eu não faria nunca uma
1444 defesa de nenhuma coisa, eu considero explorar trabalhador uma imoralidade, com a qual eu
1445 nunca estive de acordo e não estarei o resto da minha vida.

1446 Por fim, eu diria ao Conselheiro Durval que a Bahia é Brasil e esse órgão é um
1447 Conselho Nacional, de modo que muitas das decisões deste Órgão se aplicam também à
1448 Bahia. E nós, brasileiros que não somos baianos, não abrimos mão de que a Bahia continue
1449 sendo Brasil.

1450 Com isto eu considero que a minha Emenda ficou superada, pelo compromisso
1451 do Companheiro Durval.

1452
1453 **Secretário Raimundo Deusdará Filho (Secretário Executivo do CONAMA)**
1454

1455 Muito obrigado, Conselheiro Leopoldo Garcia Brandão. Não poderia esperar
1456 outro comportamento vindo dos Conselheiros mais experientes e mais antigos desta Casa.

1457 Então, por gentileza, **em votação**. Quem é favorável à Proposta de Resolução
1458 regulamentando a Resolução 240/98, por favor se manifeste. Quem é contrario? Quem se
1459 abstém? **Aprovado**, por unanimidade.

1460 Nós passaríamos agora à Ordem do Dia, para a Proposta de Resolução visando
1461 a redução da quantidade de urubus na cercania do Aeroporto Campo dos Palmares, em
1462 Maceió, Alagoas. Essa Proposta tem o patrocínio do Conselheiro Marcos Carnaúba,
1463 representante do Governo do Estado de Alagoas, a quem eu passo a palavra para algumas
1464 considerações iniciais.

1465
1466 **Conselheiro Marcos Carnaúba (Representante do Governo do Estado de Alagoas)**
1467

1468 Senhoras Conselheiras, senhores Conselheiros, depois de Rui Barbosa, aquele
1469 pronunciamento de Rui Barbosa, fica meio complicado a gente falar.

1470
1471 **Secretário Raimundo Deusdará Filho (Secretário Executivo do CONAMA)**
1472

1473 Por gentileza, eu pediria que os senhores Conselheiros fizessem um esforço de
1474 se manterem em Plenário. Às 13 horas vamos suspender os trabalhos, para o almoço. Isso,
1475 dentro daquela proposta inicial, que eu entendi aceita por todos vocês, de tentarmos dar a
1476 maior celeridade possível à reunião de hoje. Muito obrigado.

1477 Dr. Marcos Carnaúba, por favor.

1478
1479 **Conselheiro Marcos Carnaúba** (*Representante do Governo do Estado de Alagoas*)
1480

1481 A Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos recebeu o parecer do Conselheiro
1482 Nery, um parecer onde, originalmente, nós propunhamos a captura de urubus, o extermínio
1483 deles ou em caso contrário, em função do risco das aeronaves dentro do espaço de Maceió, que
1484 o CONAMA ficasse responsável por qualquer acidente aeronáutico dentro da nossa área, o
1485 que eu reconheço que era uma grosseria, aliás, uma falta de propósito. Então, a Câmara
1486 Jurídica, entendendo essa colocação, aprovou o parecer do Conselheiro Nery, e delegou ao Dr.
1487 Werner Zulauf, o pleito de fazer uma Moção de estudos e complementos sobre a Resolução,
1488 mais ou menos isso aí que será votado no momento certo.
1489

1490 **Secretário Raimundo Deusdará Filho** (*Secretário Executivo do CONAMA*)
1491

1492 Muito obrigado, Conselheiro Marcos Carnaúba. Sintetizando seu
1493 procedimento, essa proposta de Resolução fica retirada de pauta, transformado-se numa
1494 Moção que será deliberada ainda na Ordem do Dia dessa reunião.

1495 Eu pediria atenção dos senhores Conselheiros para a pagina 127, que é uma
1496 Proposta da Secretária-Executiva do CONAMA, referente à validade das Câmaras Técnicas,
1497 prorrogando a validade das Câmaras Técnicas Temporárias, tendo em vista o “Repensar
1498 CONAMA”. Farei a leitura dessa Resolução e pedira a supressão do art. 3º, pelos motivos que
1499 depois eu vou explicar.

1500 Fica prorrogada, por mais um ano, a contar da data de publicação desta
1501 Resolução, a validade das Câmaras Técnicas Temporárias abaixo discriminadas:
1502

1503 Art.1º Da Mata Atlântica, Ecoturismo, Educação Ambiental, Cerrado e
1504 Caatinga, Assuntos do Pantanal, Assuntos do Mercosul e assuntos Econômicos.

1505
1506 Art.2º Ficam convalidados os atos praticados pelas Câmaras Técnicas
1507 supramencionadas, até a data da assinatura do presente instrumento Jurídico.
1508

1509 E eu pediria aos Senhores Conselheiros que entendessem que, suprimido o
1510 art.3º, fica inalterada a composição dessas Câmaras Técnicas Temporárias. Por que? O
1511 Regimento do CONAMA prevê que os Conselheiros que, consecutivamente, faltarem três
1512 reuniões, poderão ser substituídos em sua representação. Nós fizemos um levantamento e
1513 infelizmente algumas Câmaras Técnicas, como por exemplo, a Câmara Técnica de
1514 Ecoturismo, muitas vezes têm dificuldades de obtenção de quórum. Nós dedicamos horas e
1515 horas para compor uma Câmara Técnica com cerca de 22 Conselheiros e aqueles
1516 reivindicaram sua participação não estão vindo nas reuniões.

1517 Então, eu pediria aos senhores Conselheiros que, por favor, acompanhem a
1518 posição da Secretaria-Executiva, revalidando as Câmaras Técnicas Temporárias. Porém,
1519 aceitem a recomposição, o rearranjo das Câmaras Técnicas Temporárias, em função da
1520 frequência verificada e dos interesses manifestos de outras entidades que não participam
1521 delas.

1522 Por favor, Dr. Leopoldo Garcia Brandão, com a palavra.

1523
1524 **Conselheiro Leopoldo Garcia Brandão** (*Representante da Confederação Nacional do Comércio -CNC*)
1525

1526 Senhor Presidente, é uma intervenção muito rápida, ela tem dois pontos:
1527 primeiro eu apoio totalmente a posição do Secretário-Executivo do CONAMA, porque nosso

1528 Regimento Interno tem que ser cumprido. Nós temos que dar o exemplo. Segundo, queria
1529 fazer uma outra ponderação que é também um apelo. Há pessoas e há representações aqui que
1530 pertencem a seis Câmaras, somando Câmaras Técnicas Permanentes e Câmaras Técnicas
1531 Temporárias. Isto é impraticável, ninguém tem o dom da ambigüidade, ninguém pode estar
1532 em dois três lugares ao mesmo tempo, há Conselheiros pertencentes a Câmara Técnica de
1533 Ecoturismo a quem eu perguntei: Por que você não comparece? "Porque na minha mala tem
1534 uma outra comissão e já está em mais duas mais três", eu faço um apelo que isso não é uma
1535 disputa de poder, as Câmaras são uma colaboração elaborativa, a decisão é do Plenário, então
1536 eu acho que esta disputa de poder, está prejudicando todas as Câmaras, porque está
1537 estimulando ou está causando essa ausência que impede a evolução do trabalho das Câmaras
1538 Técnicas.

1539 O Regimento fixa em três, o número de Câmaras a que os representantes
1540 podem pertencer. Mas não fala se é permanente ou temporária. O Regimento é vácuo. De
1541 qualquer maneira, eu faço um apelo ao bom senso, independente do Regimento. Um apelo ao
1542 bom senso. Ninguém tem o dom da ambigüidade, a gente deve aceitar tarefas no limite das
1543 possibilidades de cada um. Eu apoio totalmente a sua posição.

1544
1545 **Secretário Raimundo Deusdará Filho (Secretário Executivo do CONAMA)**

1546
1547 Muito obrigado, Dr. Leopoldo Garcia Brandão. Por gentileza, a palavra do Dr.
1548 Durval Olivieri, representante do Governo do Estado da Bahia.

1549
1550 **Conselheiro Durval Olivieri (Representante do Governo do Estado da Bahia)**

1551
1552 Presidente, eu endosso as palavras do Dr. Brandão e peço licença aos
1553 Conselheiros para fazer um elogio à Secretaria-Executiva do CONAMA, que mantém hoje na
1554 *Internet*, para a divulgação de documentos. Assim sendo, eu gostaria de propor que estas
1555 Câmaras Técnicas, mudassem o Regimento, de modo a incorporar o moderno sistema de
1556 trabalhar em *Network*. Não há porque nós termos que comparecer fisicamente a recintos
1557 distantes com despesas de avião custosas, dificuldades de horários, se as Câmaras Técnicas
1558 passarem a também se reunir de forma virtual, elas serão atividades não rivais das nossas
1559 atividades corriqueiras, darão muito prazer, muito maior prazer a todo mundo que participar e
1560 facultarão ao indivíduo a ser onipresente. Esse problema que o Dr. Brandão apresentou é uma
1561 verdade.

1562 Devo dizer, também, que quando um indivíduo ou uma entidade participa de várias
1563 Câmaras Técnicas ele deve se fazer representar por pessoas, por exemplo, o Estado da Bahia, na
1564 Câmara de Ecoturismo, é representado pelo Coordenador de turismo do Estado.

1565 Tentando concluir, não é senhor Presidente, eu conheço a sua criatividade, seu
1566 senso de modernização. Já fiz referência de que existe o CONAMA eletrônico, então, eu sugiro
1567 apenas que seja modificado o Regimento das Câmaras Técnicas, para que elas se reúnam,
1568 também pessoalmente, mas se reúnam constantemente pela *Internet*. A despesa do CRA, hoje,
1569 para manter a presença da Dr.^a Lúcia, do Delivaldo e do Dr. Erico Mendonça em viagens à
1570 Brasília, onde eles perdem um os dois dias, em conflito com as suas atividades no Estado, pode
1571 ser eliminada em parte, se a gente parte para praticar o *Network*, essa é a minha proposta e
1572 agradeço.

1573
1574 **Secretário Raimundo Deusdará Filho (Secretário Executivo do CONAMA)**

1575
1576 Muito obrigado, Dr. Durval, entendo que a sua proposta é do ponto de vista
1577 operacional e não fere a Proposta de Resolução Normativa. Dr. Paulo Finotti, representante

1578 das Entidades Ambientalistas da Região Sudeste, seguido do Dr. Renato Cunha, das Entidades
1579 Ambientalistas da Região Nordeste,

1580
1581 **Conselheiro Paulo Finotti (Representante da Entidades Ambientalistas da Região Sudeste).**
1582

1583 Em primeiro lugar, realmente, a informação eletrônica é fantástica.
1584 Infelizmente, em uma situação desta nós iríamos perder esta magnífica oportunidade de ouviri-
1585 lo, meu caro Durval. Mas o que nós temos a colocar aqui é o seguinte, que realmente esta
1586 proposta está exatamente imbutida no projeto "Repensar CONAMA", certo, então, é uma
1587 maneira de nós analisarmos de forma racional como introduzirmos isso, e reduzirmos tempo,
1588 custo e não precisarmos trabalhar em *Full taim* em relação as nossas atividades no
1589 CONAMA, se bem que isso daqui é fascinante.

1590 Falando aqui em nome das Organizações Não Governamentais das 5 regiões:
1591 trabalhamos em diversas Câmaras e nelas nós temos realmente representantes qualificados,
1592 profissionais competentes que estão atuando de acordo exatamente com a sua vocação e a sua
1593 atividade profissional. Então, nós ainda como não temos o dom da ambigüidade, temos a
1594 possibilidade de fazermos uma descentralização do trabalho, é só isso.

95
1596 **Secretário Raimundo Deusdará Filho (Secretário Executivo do CONAMA)**
1597

1598 Muito obrigado. Dr. Paulo Finotti.

1599 Então, por gentileza, **em discussão**. Não havendo nenhuma inscrição, **em**
1600 **votação**. Quem é favorável à aprovação da Resolução, com a supressão do Art. 3º, por favor se
1601 manifeste. Quem é contrario? Quem se abstém? **Aprovada**, por unanimidade.

1602 Nós temos a Proposta, a última proposta de Resolução a ser apresentada na parte
1603 da manhã, que é a proposta tradicional de aprovação de um calendário de reuniões para o ano
1604 de 1999. Ela encontra-se na pagina 129. **Em discussão**, não havendo inscrição. Quem é
1605 favorável à proposta de Resolução estabelecendo o calendário para 99? Por favor, se manifeste.
1606 Quem é contrario? Quem se abstém? **Aprovada**.

1607 Finalizando a parte da manhã, como é normal dentro do CONAMA, um
1608 conjunto de Recursos Administrativos interpostos contra autos lavrados pelo IBAMA. No item
1609 7 da Ordem do dia. **Em discussão**, não havendo discussão. Quem é favorável à manutenção da
1610 decisão da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos? Por favor, se manifeste. Quem é Contrario?
1611 Quem se abstém? **Aprovada**, com uma abstenção.

1612 Bom, a mesa, neste momento, fará a suspensão para o período de almoço. Nós
1613 iniciaremos, na parte da tarde, com as matérias de Regime de Urgência. Às 4 horas da tarde
1614 teremos a apresentação do Prof. Miguez, a respeito da Convenção do clima. Eu peço a
1615 gentileza aos senhores, buscando dar celeridade à reunião, que nosso intervalo de almoço seja
1616 de apenas 1 hora. Então, faríamos todo o esforço para voltarmos às 14:00 horas para reinício
1617 da sessão, na parte da tarde. Muito obrigado.

1618 Senhores Conselheiros, por favor, vamos da início à sessão da 52ª do
1619 CONAMA, na parte da tarde.

1620 Conforme o combinado, nós começaríamos a parte da tarde com as Moções e
1621 Resoluções encaminhadas em Regime de Urgência para a mesa. Depois, teremos a
1622 apresentação do Prof. Miguez, sobre a Reunião de Convenção sobre clima, e do Prof. Valdir
1623 Schalch, do Departamento de Hidráulica e Saneamento da Universidade de São Paulo.

1624 Em Regime de Urgência, uma Moção apresentada pelo Conselheiro Marcos
1625 Carnaúba, representante do Governo do Estado de Alagoas, no sentido de convidar o Conselho
1626 Federal de Engenharia de Arquitetura e Agronomia, para compor o Conselho Nacional de
1627 Meio Ambiente, eu entendo que essa Moção fica prejudicada, na medida em que nós vamos
1628 fazer toda a revisão do Regimento Interno do ano de 99, não só dos procedimentos

1629 operacionais e de condução das plenárias do CONAMA, como de toda a questão da
1630 representatividade.

1631 Então, transformaria essa Moção, se o senhor Conselheiro Marco Carnaúba me
1632 permitir, numa recomendação para que seja avaliada a possibilidade de inclusão do CONFEA,
1633 na medida que essa alteração de representatividade será feita no ano de 99.

1634 Pois não, Dr. Marcos Carnaúba, com a palavra o representante do Governo do
1635 Estado de Alagoas.

1636
1637 **Conselheiro Marcos Carnaúba (Representante do Governo do Estado de Alagoas)**
1638

1639 Senhor Secretário, senhores Conselheiros e senhoras, é o seguinte: no Conselho,
1640 está bem claro, nós temos a representação da ABES- Associação Brasileira de Engenharia
1641 Sanitária. No entanto, o Conselho Federal de Engenharia, o próprio nome diz, Engenharia, em
1642 todas as áreas da Engenharia, Arquitetura, Agronomia. Representa também Meteorologia,
1643 Tecnólogos, Escolas Técnicas Federais e outras coisas. Então, faço um apelo ao CONAMA e,
1644 de qualquer maneira, mesmo invalidando a Moção para voto, mas que anote como uma
1645 recomendação do Estado de Alagoas para inserção do CONFEA, dentro do CONAMA.

1646
1647 **Secretário Raimundo Deusdará Filho (Secretário Executivo do CONAMA)**
1648

1649 Está acatado a recomendação. Gostaria de dar um esclarecimento adicional a
1650 respeito da Associação da Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, aproveitando a
1651 oportunidade para assumir um erro de conduta. Na verdade, nós não demos posse ao seu novo
1652 representante que é o Dr. Bertoldo Silva Costa.

1653 Por favor, Dr. Bertoldo, que será o novo Conselheiro representante da ABES no
1654 CONAMA. Declaro empossado, e peço desculpas por não ter feito no momento oportuno.

1655 Mas o que eu gostaria de falar, Dr. Carnaúba, é que a composição original do
1656 CONAMA, de 1981, bem como a primeira reunião, em 84, já tinha como membro nato a
1657 ABES. Mas entendo que isso não está prejudicado, na medida em que sua manifestação será
1658 analisada no momento da revisão da participação, sendo juntada a uma série de outros
1659 pedidos, da Associação Nacional de Petróleo, da ANEEL... Quer dizer: há um conjunto de
1660 pedidos para que a revisão do Conselho seja feita. Matéria superada, será considerada como
1661 registro do Dr. Carnaúba.

1662 Nós temos uma Moção, apresentada pela Dr.^a Rita Railda Soares, representante
1663 das Entidades Ambientistas da Região Norte. Tendo em vista uma série de considerandos,
1664 sendo o mais importante, na minha avaliação, a meta de produção de cem milhões de
1665 toneladas de grãos até o ano de 2002 como fator de atração de grandes produtores de Soja
1666 para a Região Amazônica, provocando uma ocupação maciça e desordenada da Região, ela
1667 propõe uma Moção, recomendando a elaboração de estudos, através da Câmara Técnica de
1668 Recursos Naturais Renováveis e da Câmara Técnica da Amazônia, de avaliação dos impactos
1669 sócio ambientais da cultura da Soja, em grande escala, na Região Amazônica.

1670 E, ainda, que para a elaboração desses estudos sejam convidados instituições
1671 que desenvolvem pesquisas, como IBAMA, INPA, EMBRAPA, entre outras.

1672 A Mesa entende que mais do que Moção, é uma sugestão operacional. Está
1673 acatada e deverá constar da pauta da 1º Reunião da Câmara Técnica da Amazônia e da
1674 Câmara Técnica de Recursos Naturais Renováveis.

1675 Nós temos ainda uma Moção, do Conselheiro Antônio Carlos Soler, das ONGs
1676 Ambientistas da Região Sul. Com uma série de considerandos, dentre eles, um considerando
1677 em relação ao fato de em grande parte do Estado do Rio Grande do Sul predominarem os
1678 Banhados. A proposta é estritamente voltada para a Região de Banhados no Rio Grande do

1679 Sul. A Moção propõe que o Poder Público, ouvindo a coletividade, adote medidas urgentes e
1680 efetivas na proteção das áreas de remanescentes de Banhados do Rio Grande do Sul.

1681 Não havendo objeção, a mesa acataria. **Aprovada.**

1682 Temos outra Moção, do Conselheiro Renato Paes Cunha, das ONGs da Região
1683 Nordeste, recomendando a alocação, no orçamento para 99, do valor mínimo de R\$
1684 300.000,00 (trezentos mil reais) para o funcionamento do CONAMA. É uma Moção dirigida
1685 para o próprio Ministério do Meio Ambiente, com cópia ao Presidente da República, ao
1686 Ministro do Meio Ambiente e ao Congresso Nacional.

1687 Eu tenho a impressão que essa é uma Moção pacífica, na medida em que o
1688 próprio Secretário-Executivo, hoje, do Ministério, informou das dificuldades da elaboração do
1689 orçamento. Porém, a Moção se concentra no orçamento dirigido ao Ministério. Que se
1690 destaque uma verba mínima de R\$ 300 000,00 (trezentos mil reais) para o CONAMA. Se não
1691 houver nenhuma objeção, a Moção está **Aprovada.**

1692 Nós temos, ainda, a Moção do Conselheiro Werner Zulauf, com relação às
1693 áreas de segurança Aeroportuárias – ASA. Essa Moção, não sei se os senhores se recordam,
1694 faz parte da composição do pedido de retirada ou de reavaliação da questão das quantidade de
1695 urubus existentes na cercania do Aeroporto de Maceió. Tendo em vista os pareceres que
1696 foram apresentados e aportados ao processo, estaria sendo substituída uma Proposta de
1697 Resolução, por esta de Moção. Eu pediria ao Dr. Werner Zulauf, por favor, que fizesse os
1698 esclarecimentos que julgasse oportunos.

1699
1700 **Conselheiro Werner Zulauf (Conselheiro e representante da ANAMMA)**

1701
1702 Senhor Presidente, senhores Conselheiros, a Proposta nasceu na Câmara
1703 Técnica, ontem, depois de uma exposição dramática sobre os riscos de aves que voam na
1704 região de aeroportos. Aqui nós estamos tratando apenas dos urubus, mas a questão é bem
1705 mais séria. No Rio Grande do Sul é o quero-quero, e por aí a fora. Em outras regiões são
1706 gaivotas as responsáveis por um grande número de acidentes. Em função disso, em comum
1707 acordo com os demais membros da Câmara Técnica, nós preparamos a Moção que diz:

1708
1709 *“O CONAMA, considerando o enorme risco para aviação que representam os*
1710 *vãos de aves nas imediações dos aeroportos;*

1711
1712 *Considerando que os urubus são a espécie predominante nos municípios*
1713 *próximos ao Aeroporto de Maceió, Alagoas;*

1714
1715 *Considerando a oferta de alimentos representada pela presença de aterros não*
1716 *controlados na região;*

1717
1718 *Considerando que existe o risco de desativação do Aeroporto de Maceió;*

1719
1720 *Recomenda: Aos órgãos Ambientais do SISNAMA sediados em Alagoas, ao*
1721 *Ministério Público Estadual e ao Ministério Público Federal, ações enérgicas*
1722 *junto às administrações Municipais e demais responsáveis pelo descarte de*
1723 *lixo a céu aberto, na região definida pela Aeronáutica como Área de*
1724 *Segurança Aeroportuária – ASA;*

1725
1726 *Aos mesmos Órgãos, a aplicação da Lei 9605/98, Lei dos Crimes Ambientais,*
1727 *por omissão grave das autoridades e demais agentes responsáveis pelos*
1728 *aterros de lixo não controlados na Região;*

1729
1730
1731
1732
1733
1734
1735
1736
1737
1738
1739
1740
1741
1742
1743
1744
1745
46
1747
1748
1749
1750
1751
1752
1753
1754
1755
1756
1757
1758
1759
1760
1761
1762
1763
1764
1765
1766
1767
1768
1769
1770
1771
1772
1773
1774
1775
1776
1777
1778
1779

Finalmente, às demais autoridades em todo País, para que medidas idênticas sejam tomadas em todas as Áreas de Segurança Aeroportuária, prioritariamente."

É óbvio que o controle dos aterros inadequados de lixo deve ser feito não apenas nessas áreas, por razões diversas, em função da necessidade de defender o meio ambiente, em todos os municípios. Mas há uma prioridade, porque há um risco adicional, quer dizer não é só ambiental, mas um risco de acidente que é muito, muito grande, e daí, eu ter aceito subscrever em nome da Câmara Técnica essa proposta de moção.

Secretário Raimundo Deusdará Filho (Secretário Executivo do CONAMA)

Muito Obrigado, Dr. Werner Zulauf, representante da ANAMMA. Eu pediria, pela ordem, que o Coronel Allemander, Conselheiro Titular representante do Ministério da Aeronáutica, por gentileza, fizesse as suas considerações.

Cel. Eng. Allemander Jesus P. Filho (representante do Ministério da Aeronáutica)

Senhor Presidente do Plenário do CONAMA, senhor Presidente da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, senhores Conselheiros, senhoras Conselheiras, boa tarde. Eu apenas gostaria de cumprimentar o que foi dito aqui pelo senhor Presidente da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. Como membro representante Titular do Ministério da Aeronáutica, neste Conselho, digo que a preocupação com os pássaros em particular com os urubus, nas imediações dos aeroportos, é uma preocupação não somente do Ministério da Aeronáutica, como também do próprio IBAMA, do próprio Ministério do Meio Ambiente, e das próprias Autoridades locais, inclusive o Instituto do Meio Ambiente de Alagoas, como foi citado aqui.

A regulamentação do Ministério da Aeronáutica sobre o assunto é remota aos anos 80. Mais de 2 anos atrás, quando eles já se mencionavam sobre problemas de matadouros e outros focos de atração de pássaros nas proximidades dos aeroportos, posteriormente, se não me engano 95, surgiu no âmbito do CONAMA a necessidade de ter uma Legislação, em termos de Resolução do CONAMA, que alertasse ainda mais as autoridades do meio ambiente, para o problema dos urubus, das aves de uma forma geral nas proximidades dos aeroportos. Então, foi criada a Resolução que fala da área de segurança portuária, a qual o Sr. Presidente da Câmara de Assuntos Jurídicos, mencionou que é uma Resolução do CONAMA. Ou seja, foi tomada neste Plenário e aprovada por todos os senhores membros do Conselho.

Nós gostaríamos apenas de fazer uma pequena observação, de que o assunto vem sendo acompanhado, nós temos realizado diversos estudos, inclusive com a participação do próprio CEMAVE, o que indicou a necessidade de um acompanhamento. Esse acompanhamento tem sido feito, a apresentação que eu tenho aqui, mas que foi feita ontem pelo Major Roner, perante a Câmara de Assuntos Jurídicos, demonstra que a situação melhorou em 97e praticamente está no mesmo nível de 97 e 98, talvez um pouco melhor, pouca coisa melhor, pelo menos ainda faltam 15 dias ou 12 dias para terminar o ano e nós esperamos que haja uma pequena melhoria de 85 acidentes em termos de Brasil, talvez vamos ficar em termo de 82, ou coisa deste tipo.

1780
1781
1782
1783
1784
1785
1786
1787
1788
1789
1790
1791
1792
1793
1794
1795
1796
1797
1798
1799
1800
1801
1802
1803
1804
1805
1806
1807
1808
1809
1810
1811
1812
1813
1814
1815
1816
1817
1818
1819
1820
1821
1822
1823
1824
1825
1826
1827
1828
1829

Mas a nossa preocupação senhor Presidente, foi tão grande, que convidado por Vossa Senhoria para fazer uma apresentação em Maceió, naquela reunião extraordinária do CONAMA, nós aceitamos e estivemos lá, realizamos uma apresentação, que praticamente reproduz a que foi feita ontem, apenas não tínhamos a atualização com os dados referentes ao corrente ano e apenas uma estimativa que foi feita ontem tem os dados até o mês de outubro.

Nós gostaríamos de certa forma parabenizar a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, porque a iniciativa é bastante interessante. Como nós colocamos naquela oportunidade lá em Maceió, na Reunião Extraordinária, o assunto extrapola o nível do Ministério da Aeronáutica, ou seja, o Ministério tem sua legislação que vai aos limites do aeroporto, limites patrimoniais do aeroporto. Tudo aquilo que extrapola estes limites naturalmente envolve o ordenamento ambiental, o planejamento e uso do solo, ele se constitui de acordo com a Constituição, em postura Municipais ou até mesmo Estaduais e com isso a atuação do Ministério da Aeronáutica fica prejudicada.

Como também foi dito naquela oportunidade lá em Maceió, mas é extremamente importante que neste momento a gente pense em outros caminhos e talvez os outros caminhos venham através da presente Moção de uma forma que o Ministério Público vá exercer o seu papel de legítimo defensor dos direitos de todos, contra aqueles que ainda no Serviço Público ou na Administração Pública não estão zelando pelas posturas que são aprovadas aqui neste Plenário em relação a não existência, a proibição ou a retirada de matadouros e de outros focos de atração de aves nas áreas próximas.

Mas naquela oportunidade, também, nós mencionamos que essa ASA, apenas complementando que essa ASA tem 13 Km para aeroportos onde a operação é visual e 20 Km para aeroportos onde tem operação por instrumentos, que é o caso de Maceió como foi citado aqui. Na época, eu me lembro, 20 Km seria uma distância bastante longa, mas em termos de uma aproximação de uma final de uma aeronave a reação, isso se traduz em talvez três ou quatro minutos, não mais do que isso, ou seja, todas as decisões são muito rápidas e qualquer ave que possa entrar nesse procedimento ou interceptar a aeronave, fatalmente conduzirá a uma situação de grande risco, grande perigo.

O que nós queremos deixar claro aqui é que não há, isso eu gostaria até se fosse possível retirar dos considerandos da Moção, qualquer intenção de fechamento do aeroporto de Campos dos Palmares. Talvez tenha sido uma má interpretação, uma má leitura daquilo que foi dito. Há preocupação, com certeza, mas os resultados indicam que está havendo uma certa minoria, também já houve até de uma forma pioneira, lá em Maceió, através do superintendente da INFRAERO no Aeroporto de Campo dos Palmares, uma ação junto ao Ministério público local, de forma que aquelas Prefeituras que envolve a cidade de Maceió, que eu realmente não me recordo, eu tenho aqui o nome das Prefeituras, foram chamadas a assinar um termo de compromisso, Satuba, Coqueiro Seco, enfim duas ou três prefeituras que estão ali ao redor da área do Aeroporto de Maceió, Rio Largo também, de forma que fossem retirados aqueles focos de atração de pássaros, matadouros que existiam, no trabalho que foi realizado no ano passado pelo IBAMA, CEMAVE, o IAC, Ministério da Aeronáutica e o CENIPA.

Então nós estamos sabendo que está sendo feito alguma coisa. Lá em Maceió há um compromisso formal, eu tenho aqui cópia do compromisso assinado entre a Procuradoria e essas Prefeituras de que seriam retirados, acreditamos que a situação tende a melhorar, mas corroboramos que este talvez fosse um caminho de se chegar a uma solução mais efetiva. Apenas solicitaríamos se fosse possível a retirada da indicação de que o Aeroporto de Campo dos Palmares teria o risco de ser fechado ao tráfego aéreo, o que eu acredito que nós não estamos nesse ponto, alias estamos caminhando na situação ao inverso, temos melhorado gradativamente, pouco a pouco, temos melhorado a situação e acreditamos

1830 que cada vez mais vamos conseguir, com esse tipo de atitude ou seja o Ministério Público
1831 realizando uma pressão e chamando os administradores municipais à assinatura de um termo
1832 de compromisso desse quilate nós vamos conseguir que eles efetivamente realizem essa
1833 tarefa que cabe as autoridades Municipais e Estaduais e não ao Ministério da Aeronáutica.
1834 Muito Obrigado, senhor Presidente.

1835
1836 **Secretário Raimundo Deusdará Filho (Secretário Executivo do CONAMA)**

1837
1838 Muito obrigado por seus esclarecimentos Coronel Engenheiro Allemander. Por
1839 favor, Dr. Werner Zulauf. Se o Conselheiro Suplente, Dr. Carlos Alberto, tiver algum
1840 esclarecimento.

1841
1842 **Conselheiro Werner Zulauf (Conselheiro e representante da ANAMMA)**

1843
1844 Só um complemento: esse considerando não está aí gratuitamente, quer dizer,
1845 nas discussões ontem na Câmara Técnica Jurídica, esse assunto foi levantado e o Major deu a
1846 entender, que tecnicamente havia razões para se chegar a isto, mas estamos no Plenário, falou
1847 a autoridade que representa a Aeronáutica e não está mais aqui quem escreveu, portanto peço
1848 que risque o último considerando.

1849
1850 **Secretário Raimundo Deusdará Filho (Secretário Executivo do CONAMA)**

1851
1852 Muito obrigado Dr. Werner Zulauf, como sempre contribuindo para que o
1853 consenso seja estabelecido, sem o prejuízo da divergência de opiniões. Dr. Carlos Alberto, por
1854 favor, Conselheiro Suplente representante do Ministério da Aeronáutica.

1855
1856 **Dr. Carlos Alberto Fõntelles Souza (Representante suplente do Ministério da Aeronáutica)**

1857
1858 É só uma questão de esclarecimento: no anteprojeto de Lei de Política de
1859 gestão de resíduos sólidos, que foi elaborado pela Câmara Técnica e vai ser apresentado ao
1860 Plenário, também foi contemplado já um Art. 49 com a seguinte redação:

1861
1862 “Dentro da Área de Segurança Aeroportuária – ASA, não será permitida a implantação de
1863 unidades de tratamento e ou disposição final de resíduos e outras atividades correlatas, que se caracterizem como
1864 foco de atração de aves que possam causar riscos a navegação aérea.”

1865
1866 É só uma questão de esclarecimento para mostrar que agente vem realmente,
1867 já dentro do próprio Plenário do CONAMA, trabalhando muito em relação a essa questão.

1868
1869 **Secretário Raimundo Deusdará Filho (Secretário Executivo do CONAMA)**

1870
1871 Muito obrigado, Conselheiro Carlos. São esclarecimentos importantes, na
1872 medida em que esse assunto está sendo tratado, de forma indireta, também na proposta de
1873 gerenciamento ambiental de resíduos sólidos. Fica retirado, da proposta de Moção, o
1874 considerando a que o Dr. Werner acabou de se referir. Não havendo nenhuma objeção, está
1875 **Aprovada**, para que seja dado o encaminhamento final.

1876 Finalmente, a última proposta de Moção, apresentada pelo Conselheiro Marcos
1877 Carnáuba. É uma Moção de congratulação ao Professor Valdir Schalch, da Universidade de
1878 São Paulo, que, no cumprimento de suas funções institucionais de professor e pesquisador,
1879 portou-se de forma digna e corajosa, gratuitamente, respondendo ao questionamento do
1880 Instituto de Meio Ambiente do Estado de Alagoas sobre a questão da biorremediação dos
1881 lixões.

1882 Tal ação do ilustre professor resultou em uma Ação Judicial contra a sua
1883 pessoa, promovida por uma empresa privada. Ou seja, ele sofreu conseqüências em função de
1884 ter emitido a sua opinião técnica à respeito da biorremediação.

1885 Dr. Marcos Carnaúba, por favor, com a palavra.

1886

1887 **Conselheiro Marcos Carnaúba (Representante do Governo do Estado de Alagoas)**

1888

1889 Senhores Secretários e senhores Conselheiros, o Instituto do Meio Ambiente se
1890 sente responsável pelo aborrecimento, constrangimento que vem sofrendo o professor Valdir
1891 Schalch, em função de perguntas que nós elaboramos e enviamos oficialmente. Ele é do
1892 Departamento de Hidráulica da Universidade de São Carlos. Então, eu estou justificando isso
1893 e fazendo um pleito de redação bastante criteriosa dessa Moção. Que seja encaminhada ao
1894 professor para que seja entregue à justiça como justificativa de tudo que ele respondeu. E
1895 gostaria que essas Moções fossem enviadas para o endereço residencial que eu passei para
1896 Vossa Senhoria e gostaria que fossem distribuídas com os demais presentes.

1897

1898 **Secretário Raimundo Deusdará Filho (Secretário Executivo do CONAMA)**

1899

1900 Muito obrigado, Conselheiro Carnaúba. Nós vamos passar as novas
1901 coordenadas do Conselheiro Carnaúba.

1902 É uma Moção de Congratulação. Acho que o Plenário não verá problema em
1903 acatar.

1904 Nós temos agora uma proposta de Resolução em Regime de Urgência colocada
1905 pela Secretaria-Executiva do CONAMA que, tendo em vista a resolução CONTRAN de
1906 número 84, trata da inspeção veicular sob o ponto de vista da segurança de trânsito.

1907 Existe uma Proposta de Resolução, que foi distribuída aos senhores, tratando
1908 da questão da inspeção veicular sob o ponto de vista ambiental. Eu pediria ao Dr. Werner
1909 Zulauf que fizesse as considerações iniciais, entendendo que este é um problema
1910 extremamente importante. Fatalmente o CONAMA terá que deliberar sobre esse assunto.

1911

1912 **Conselheiro Werner Zulauf (Conselheiro e representante da ANAMMA)**

1913

1914 A pergunta, o material foi distribuído? Eu acho que não foi.

1915

1916 **Secretário Raimundo Deusdará Filho (Secretário Executivo do CONAMA)**

1917

1918 Então, por gentileza, me perdoe. Nós vamos tentar fazer uma apresentação,
1919 explorar um pouco o Dr. Werner, com relação a essa Proposta de Resolução.

1920 Na verdade eu tenho o intuito de colocar e situar os senhores sobre a gravidade
1921 do problema e necessidade deste Conselho se manifestar sobre o assunto.

1922

1923 **Conselheiro Werner Zulauf (Conselheiro e representante da ANAMMA)**

1924

1925 Senhores Conselheiros, senhores da mesa, não dá para entrar nesse assunto sem
1926 contar pelo menos um pouco da história e a história que mostra as diferenças que existem
1927 entre inspeção de segurança e inspeção de emissões de ruídos.

1928 Em 1981, aí o Dr. Paulo Nogueira Neto, ele introduziu na 6938 um dispositivo
1929 que dá competência ao CONAMA, para estabelecer normas e procedimentos relativos a
1930 poluição veicular. O CONAMA, ao ser constituído já em 86, aprovou a primeira Resolução
1931 extremamente importante e impactante que foi o PROCONVE, Programa de Controle de
1932 Poluição em Veículos Novos e sinalizou já nessa resolução a necessidade de uma Resolução



1933 posterior para controle da poluição dos veículos em uso. Isso veio a ocorrer em 93, através da
1934 Resolução 07, através da Resolução 08, também de 93, depois a Resolução 18 em 95, que
1935 instituiu o PCPV a 227/97. Hoje mesmo foram aprovadas mais duas e sem contar uma série
1936 de outras Resoluções, criando adendos e fazendo ajustes nas anteriores. Portanto no âmbito do
1937 CONAMA, o CONAMA fez a sua lição de casa, sim, ele tem trabalhado nisso com muita
1938 seriedade e com muita objetividade. O CONTRAN só foi entrar nesse assunto em 1995,
1939 portanto a três anos atrás, mesmo assim as Resoluções que ele aprovou a 809 e 821 foram
1940 Resoluções que foram revogadas no início desse ano pelo novo CONTRAN, porque estava
1941 em desacordo com o Código de Trânsito Brasileiro.

1942 Mas, o CONTRAN foi ágil, revogou, criou uma comissão, estudou e bateu o
1943 martelo agora em outubro aprovando a Resolução 84/98, que tem uma particularidade, trata
1944 exclusivamente dos itens de segurança e inspeções de segurança veicular. Por que? Porque
1945 assim está definido no artigo 104 do Código de Trânsito Brasileiro, quando estabelece a
1946 obrigatoriedade das inspeções, definindo que compete ao CONAMA, estabelecer a forma e a
1947 periodicidade das inspeções de emissões de ruído e ao CONTRAN definir as de segurança.

1948 Então esta diferença básica, ou melhor, a separação do processo está definido
1949 nesta diferença clara que o artigo 104 estabelece. Há outros fatores que devem ser
1950 mencionados, o CONTRAN tem um processo de decisão mais ágil, porque são poucos
1951 membros, todos eles Ministros, portanto havendo uma orientação de Ministro é mais fácil se
1952 chegar a um consenso. O CONAMA é exatamente o oposto, é um conselho plural, com 73
1953 membros e as coisas no CONAMA tem sua dinâmica e sua cultura própria estabelecidos. Há
1954 uma outra diferença, que os itens de segurança são universais, porque a segurança individual
1955 do motorista ou do motorista e dos passageiros do veículo, portanto todos os veículos no País
1956 todo necessitam passar pelo teste de segurança. Já meio ambiente, emissões, o problema não é
1957 individual, a não ser naqueles casos até folclóricos de gente que se suicida dentro de uma
1958 garagem ligando o carro, morrendo asfixiado e envenenado por monóxido de carbono, mas
1959 fora esse aspecto o problema das emissões se dá na aglomeração, nas grandes frotas em
1960 circulação no pequeno espaço das grandes cidades e aí que está o problema. O que dá uma
1961 configuração totalmente diferente se nos temos no Brasil cinco mil quinhentos e tantos
1962 Municípios com certeza muito acima de 5.000, são os Municípios onde esse problema é
1963 absolutamente secundário ou irrelevante, podemos até chegar daqui, quando atingirmos um
1964 padrão mais homogêneo de desenvolvimento sócio-econômico em todo o País, caminhar para
1965 isso também, para universalização das emissões, mas hoje há consenso em todas as
1966 Resoluções do CONAMA tratam disto, que não é preciso fazer a inspeção em todos os
1967 Municípios. Daí, isso mostra uma outra diferença.

1968 Então, o universo da inspeção de emissões é um e o universo das inspeções de
1969 segurança é outro totalmente diferente. Isso leva a frotas alvo diferentes e a uma, sim são
1970 basicamente as diferenças que são um dos alicerces, foram alicerces da discussão desse
1971 problema nos últimos dias, nas últimas semanas e mas especificamente nos últimos dias, no
1972 âmbito do Ministério do Meio Ambiente. Nós fomos chamados, aliás deixa eu antes fazer um
1973 esclarecimento que eu deveria ter feito no início, todos sabem que eu deixei a Secretária do
1974 Verde e do Meio Ambiente de São Paulo faz uma semana, mas continuo no CONAMA,
1975 continuo como membro do CONAMA, porque o Estatuto da ANAMMA que eu represento
1976 nesta casa, me deu um mandato que vence em julho do ano que vem, portanto até julho,
1977 alguns vão ter que me aturar, outros vão me aplaudir, mas é assim mesmo. O importante é que
1978 eu não estou aqui representando nem direta nem indiretamente a Prefeitura de São Paulo e o
1979 seu Programa, que todos vocês sabem o quanto eu lutei para defender este Programa aqui,
1980 mas agora eu sou profissional.

1981 Fui chamado pelo Ministério para ajudar junto com a equipe que conhece o
1982 assunto, que participa desse assunto a muitos anos, formaram inicialmente um *Brain Storm*,

1983 procurando ver todas as facetas desse processo. As Resoluções existentes são suficientes, para
1984 que o Programa se implante ou não? Há algum local que dê um prazo para os Estados e
1985 Municípios implantarem o sistema? Não. Então, o que nós descobrimos é que embora esse
1986 acarboço de Resoluções seja bastante completo, atenta praticamente mais de 90% das
1987 demandas desse processo, algumas coisas estavam em aberto. Há também o interesse lógico
1988 de se fazer alguma coisa semelhante ou mais próximo possível daquilo que o CONTRAN
1989 decidiu, por razões que eu vou expor no final, há necessidade de se fazer a inspeção conjunta.

1990 Então, isto definiu alguns parâmetros, como por exemplo, regime de
1991 concessão, período da concessão, 10 anos, poder concedente, aí muda, o poder concedente
1992 continua descentralizado como definiu o CONAMA em Resoluções anteriores, portanto
1993 Estados ou Municípios. No caso do CONTRAN houve uma centralização e o poder
1994 concedente é o DENATRAN, mas é bom explicar, porque isso não estava assim desde o
1995 início, essa foi uma solução que apareceu quase no final do processo porque surgiram
1996 dificuldades, dificuldades por exemplo, de Estados que não tem condições políticas de
1997 aprovar uma Lei de Concessões, a informação que eu tenho é que são 18 Estados que
1998 manifestaram que não tem. Ora, como é que vai se manter, fazer um Sistema Nacional,
1999 universal para todos os veículos se 18 Estados não participam ou não participam no mesmo
2000 momento. Esta foi a principal razão que levou o CONTRAN a centralizar a licitação a
2001 contratação das concessionárias mas tendo o cuidado de prever a entrega da operação e da
2002 fiscalização aos Órgãos de Transito Estaduais, inclusive repassando 2/3 dos valores cobrados
2003 como taxa de administração, o que é um principio que em parte também foi utilizado na
2004 Proposta na minuta que está em discussão. O que é isso?

2005 Só lembro a vocês que a Resolução 18/95, cria o PCPV, havia uma anterior a
2006 13 que foi questionada, e dessa discussão, um ano depois surgiu uma nova que está em vigor,
2007 a Resolução que estabelece o PCPV. O que é PCPV? Plano de Controle de Poluição de
2008 Veículos em Uso, que é o plano realmente, a peça básica para a contratação dos serviços,
2009 então, o PCPV nesta Resolução, ele é muito ressaltado, como instrumento básico de
2010 planejamento para divisão dos lotes, para definição de que Municípios ou regiões devem ser
2011 objetos de inspeções e etc. Então, o PCPV, tem uma força muito grande, mas surge a
2012 pergunta. E aqueles estados que resolvam achar que isso não é importante, por razões de
2013 natureza política ou administrativa ou financeira resolvem não fazer? Então, a Proposta de
2014 Resolução dá um prazo de 2 anos até 31 de dezembro do ano 2000, para que os Estados
2015 apresentem o PCPV, apresentem ao Ministério do Meio Ambiente o seu Plano de Controle de
2016 Poluição de Veículos. Depois tem uma cláusula um pouco mais adiante, que dá ao Ministério
2017 prazo de 90 dias, para preparar os termos de referência mínimos para o PCPV, para que não
2018 haja documentos aleatórios e haja um certo ordenamento no processo de elaboração dos
2019 PCPV. Então, quem não cumprir esse prazo? Aí sim o Ministério do Meio Ambiente ou o
2020 Governo Federal assume para si naqueles Estados, vencido o prazo ou antes de vencido o
2021 prazo, se os Estados e Municípios manifestarem o interesse, aí ele cria, o PCPV, faz a
2022 licitação, contrata a empresa concessionária e aí repassa para o Órgão Ambiental local, a
2023 função de fiscalizar. Nesse caso pode conceder até ao Ministério. No outro caso normal, que
2024 deve ser a maioria, o poder concedente é o Município, ou seja, o Órgão Ambiental. Estão aqui
2025 diversos Diretores ou Secretários de Órgãos, que serão o poder concedente desse processo.

2026 A Resolução, ela é longa, ela tem 27 artigos, mas isto não deve assustar, existe
2027 uma boa parte que é enchimento. Porque enchimento? Porque está na Resolução do
2028 CONTRAN, a forma de contratação em Regime de Concessão, casos de rescisão, é uma
2029 questão muito complexa, legal e juridicamente, porque, um Contrato de Concessão dá muita
2030 força ao concessionário administrar, isso não é fácil. Então, há uma repetição de dispositivos
2031 das várias Leis de Concessão, das várias Leis de Licitações que são importantes para o

2032 processo que estão na Resolução do CONTRAN e que nós reproduzimos aqui. Então, vocês
2033 não devem se assustar com o volume de disposições de artigos, são 27 artigos.

2034 Eu quero chamar a atenção, ainda, ao Art.27, que eu considero da maior
2035 importância. Ele sinaliza para a inspeção conjunta. Como é que seria essa inspeção conjunta,
2036 definida numa Resolução? Não, porque teria que ser uma Resolução conjunta do CONTRAN
2037 com o CONAMA. Gente, isto é muito complicado. Então como são dois processos distintos,
2038 dois procedimentos de Concessão, no instante que as duas concessões estiverem assinadas, os
2039 contratos estiverem assinados, aí o poder concedente, a autoridade ambiental, e a outra
2040 autoridade, o outro poder concedente que é o DENATRAN, vão chamar os concessionários
2041 para uma reunião, uma mesa, e darão o seguinte recado para os dois concessionários: "gente,
2042 vocês estão atuando na mesma área, em assuntos muito próximos, através de contratos
2043 diferentes, muito bem, vocês vão trabalhar juntos". Ou seja, haverá uma linha de inspeção
2044 para emissões e em seguida dois metros adiante outro box, onde o veículo automaticamente
2045 chegará é fará a inspeção dos itens de segurança, então, na prática é possível estabelecer essa
2046 coincidência. Isso é fundamental para que o consumidor não tenha que realizar as duas
2047 inspeções.

2048 Esta é, em síntese, em linhas gerais, o conteúdo da Resolução aqui proposta.
2049 Veja bem, nós começamos muito antes, começamos em 81, o CONTRAN começou em 98,
2050 este ano, o que foi feito anteriormente e foi revogado, foi anulado. Então, nós não podemos
2051 agora ficar a reboque do processo, quer dizer, nós que tomamos todas as iniciativas, que
2052 conhecemos o assunto, devemos de forma adulta, de forma absolutamente amadurecida ao
2053 longo de anos de trato desta questão, fazer uma Resolução, que embora seja longa, ela
2054 acrescenta muito pouco, ela apenas promove um ordenamento daquilo que já está estabelecido
2055 e harmoniza com a ação da outra inspeção de tal maneira que ela possa depois ser facilmente
2056 acoplada uma na outra. O consumidor não vai nem perceber que são duas empresas que ele
2057 vai entrar, faz uma inspeção, faz a seguinte, equipes diferentes, mais isso ele não sabe, que
2058 são de empresas diferentes, pode saber, mas não precisa, no final paga uma vez só, recebe um
2059 único relatório e isto tudo o mercado se encarrega de agitar com muita facilidade, portanto,
2060 essas são em grandes pinceladas, em linhas gerais, o conteúdo da Proposta de Resolução e eu
2061 me coloco a disposição para as dúvidas que eventualmente surjam dessa exposição.

2062
2063 **Secretário Raimundo Deusdará Filho (Secretário Executivo do CONAMA)**

2064
2065 Muito obrigado, Dr. Werner Zulauff. Nós temos inscrito o Dr. Shelley
2066 Carneiro, representante da Câmara Técnica de Controle Ambiental, a representante do
2067 Governo do Estado de São Paulo, Dr.^a Vera, seguidos da Conselheira Iêda Rizzo,
2068 representante do Ministério dos Transportes.

2069
2070 **Conselheiro Shelley Carneiro (Presidente da Câmara Técnica de Controle Ambiental)**

2071
2072 Primeiro lugar eu queria parabenizar o Dr. Werner, não é fácil, em tão poucos
2073 dias dados para fazer, chegar à conclusão de documento que envolve toda a sociedade
2074 brasileira, tão importante para sociedade. Mais ele com toda a sua capacidade, na realidade,
2075 sintetizou bem o trabalho que foi desenvolvido por ele.

2076 Segundo lugar eu queria dizer o seguinte, nós por praxe na nossa Câmara, não
2077 discutimos nada que não chegue pelo menos com tempo hábil para informar a todas as
2078 pessoas que estão ali votando, sobre o conteúdo da matéria que entra para votação e para
2079 discussão. Esse foi um caso a parte, nós fomos pegos ontem de surpresa, como é importante,
2080 então a coisa passou, mas eu não me sinto muito a vontade, vou dizer aos senhores, inclusive
2081 acho que esse é um documento da maior importância é um documento inclusive que deveria
2082 ter participação de vários outros seguimentos, inclusive a ANFAVEA, que representa o setor

2083 automobilístico que não participou diretamente, e é um elemento que pode contribuir muito,
2084 exatamente para que isso chegue aos senhores do CONAMA e que seja distribuído, inclusive
2085 uma cópia para os senhores tomarem conhecimento antes de votar, e que isso na realidade
2086 seja mais discutido, mais elaborado um pouco. É um pedido que eu faço.

2087 Então, se possível, que isso retorne à nossa Câmara, para uma elaboração, para
2088 uma discussão maior, é um pedido apenas, já que nós passamos ontem. Isso passou pela no
2089 Câmara numa correria tremenda, porque, ontem, estava todo mundo muito preocupado com o
2090 problema da Mata Atlântica, ninguém estava com a cabeça neste aspecto. Depois, quando eu
2091 tive condição de ler com mais detalhes o documento, eu vi as grandes dúvidas que eu tenho
2092 ainda sobre o documento e a necessidade de elaborar um pouco mais, discutir um pouco mais
2093 com todos os *Stack Road* interessados nesse aspecto, para que a gente possa ter um
2094 documento mais consubstanciado, mais discutido por toda a sociedade.

2095 Então, eu abro, novamente como Presidente da Câmara Técnica, a Câmara
2096 Técnica para discussão desse problema, para que a primeira reunião do ano a gente possa ter
2097 um documento mais elaborado. Obrigado.

2098
2099 **Secretário Raimundo Deusdará Filho (Secretário Executivo do CONAMA)**

2100
2101 Muito obrigado, Conselheiro Shelley Carneiro, representante da Confederação
2102 Nacional das Industrias e Presidente da Câmara Técnica de Controle Ambiental. Eu passaria a
2103 palavra para a Dr.^a Vera, representante do Governo do Estado de São Paulo, por favor.

2104
2105 **Dr.^a Vera Lúcia Ramos Bononi (representante do Governo do Estado de São Paulo)**

2106
2107 O Governo do Estado de São Paulo também tem todo interesse na implantação desse
2108 IEN. Faz anos que nós discutimos o assunto, nós achamos que é importante e gostaríamos de ver
2109 implantado. Nosso problema é o mesmo do nosso parceiro aqui anterior, nós ficamos sabendo da
2110 existência deste texto ontem e tivemos acesso hoje. Então, embora a gente tenha toda intenção de
2111 vê-lo implantado, não sinto me segura, não foi analisado pelos técnicos da nossa Secretaria, me
2112 sinto um pouco insegura de já votar o documento, mas se nós formos votar ele hoje, tenho duas
2113 sugestões de alteração, então não sei se faço agora?

2114
2115 **Secretário Raimundo Deusdará Filho (Secretário Executivo do CONAMA)**

2116
2117 Não, poderia fazer *a posteriori*. As suas observações poderão ser feitas na Proposta
2118 de Resolução, muito obrigado Dr.^a Vera. Dr.^a Ieda Rizzo, por favor, representante do Ministério
2119 dos Transportes, espero que a fita esteja funcionando.

2120
2121 **Conselheira Ieda Rizzo (Representante do Ministério dos Transportes)**

2122
2123 Eu acho que sim, está funcionando, esse assunto é um assunto de extrema
2124 relevância. Estive conversando com o Werner, com o Shelley e com a Vera também, e eu gostaria
2125 de pedir ao Dr. Deusdará, que esse assunto fosse analisado pela Câmara Técnica de Transporte,
2126 pela pertinência que nós temos no assunto, e gostaria de encaminhar, não sei se é um pedido de
2127 vista ou se diretamente esse assunto pudesse ser encaminhado para Câmara de Transportes.

2128
2129 **Secretário Raimundo Deusdará Filho (Secretário Executivo do CONAMA)**

2130
2131 Muito obrigado. Tendo em vista as condições regimentais e o costumeiro
2132 comportamento do Plenário, quando há um pedido nesse sentido, eu entendo que o documento
2133 possa ser encaminhado à Câmara Técnica de Transportes, incorporando-se assim a sugestão que o

2134 Governo do Estado de São Paulo tem e também volte novamente para a Câmara Técnica de
2135 Controle Ambiental para uma reunião conjunta como é praxe dentro do CONAMA. Só queria fazer
2136 o seguinte registro: o Dr. Werner Zulauff, muito gentilmente, atendeu a um pedido da Secretaria-
2137 Executiva do CONAMA e trabalhou de uma forma extenuante nestes 3 dias nos apoiando, nos
2138 ajudando como representante da ANAMMA a trazer uma Proposta de Resolução.

2139 Da mesma forma que a Secretaria-Executiva se comprometeu na reunião passada de
2140 trazer impreterivelmente os assuntos da Mata Atlântica e a questão dos urubus para a Reunião
2141 Ordinária, eu gostaria de também de assumir o compromisso de que na próxima reunião,
2142 impreterivelmente, esse assunto tenha que voltar a pauta tendo em vista a sua relevância, sua
2143 urgência e a necessidade de se compatibilizar com a Resolução CONTRAN. Eu diria, inclusive,
2144 que a Câmara Técnica de Transportes e de Controle Ambiental, deveriam se reunir o mais breve
2145 possível, até porque, eu entendo que essa matéria poderá ser alvo de uma reunião extraordinária no
2146 início do ano, para que se possa viabilizar as questões dos editais da questão da inspeção veicular.

2147 Então, na medida do possível, eu pediria à Presidente da Câmara Técnica de
2148 Transporte, Dr.^a Ieda Rizzo, ao Presidente da Câmara Técnica de Controle Ambiental, Dr. Shelley
2149 Carneiro, fazerem uma reunião conjunta, e incorporar a sugestão da Dr.^a Vera. Eu espero que o Dr.
2150 Werner fique a disposição para dirimir qualquer dúvida, para no mais tardar no máximo no mês de
2151 fevereiro, no final de janeiro, nós fazermos uma extraordinária, se for necessário, para deliberar
2152 sobre esse assunto. Por favor, Dr. Werner com a palavra.

2153
2154 **Conselheiro Werner Zulauf (Conselheiro e representante da ANAMMA)**

2155
2156 A minha preocupação era com o calendário porque a Reunião Ordinária é 15 de
2157 março, mas o Deusdará já sinalizou para uma extraordinária que proponho que seja entre o dia 20 e
2158 25 de janeiro, com uma reunião da Câmara Técnica prévia, como foi estabelecido. Mas eu gostaria
2159 de fazer, colocar mais um detalhe que não me ocorreu na hora, mas eu considero importante. O
2160 problema é o seguinte: se você não universalizar a inspeção, se a inspeção não se faz em toda a
2161 frota, você tem um problema das frotas de grande mobilidade, caminhões, ônibus e não adianta
2162 você ter no Rio de Janeiro, o controle dos veículos do Rio de Janeiro, se chega um caminhão de
2163 Santa Catarina, lá do oeste com salsicha e entra no Rio de Janeiro soltando fumaça por todos os
2164 lados, quer dizer, isso inclusive desmoraliza o programa.

2165 Então, a Proposta de Resolução tem um artigo que contorna isso, ele permite que
2166 frotas de grande mobilidade a serem definidas no PCPV, sejam objetos para entrada nas cidades, ou
2167 nas regiões cobertas pelo sistema IEN, Inspeção de Veículos em Uso, que esses veículos sejam
2168 obrigados a fazer o teste, obviamente há uma condição no parágrafo que diz: "isso só será
2169 viabilizado se o concessionário instalar nas principais entradas das cidades os Postos de Inspeção".
2170 Com isto, o motorista do Rio Grande do Sul, que entra em São Paulo e faz o teste em São Paulo,
2171 este selo vale também para Belo Horizonte, para Recife, enfim para as demais cidades que ele vier
2172 atravessar e vale por um ano, portanto, não há nenhuma sobrecarga muito grande. No início pode
2173 ser, ai o PCPV deve inclusive prever uma certa graduação. Se não pode, a partir de uma certa data,
2174 obrigar todos os veículos que entrem, tem que adotar algum critério. Até o mais prático seria numa
2175 ladeira antes da entrada da cidade verificar os que tem uma emissão mais intensa e solucionar por
2176 ai.

2177 Enfim, os critérios podem ser estabelecidos, são questões técnicas, o que eu quero
2178 deixar claro é o seguinte, que esse mecanismo contorna uma das críticas que se fazem quando se
2179 menciona que inspeção de veículos deve ser feita de forma geral, justamente por causa da
2180 mobilidade dos veículos. É só isso.

2181
2182 **Secretário Raimundo Deusdará Filho (Secretário Executivo do CONAMA)**

2183

2184 Muito obrigado, Dr. Werner Zulauf Então, ficou retirada de pauta a proposta de
2185 Resolução, com a determinação de que a Câmara Técnica de Transportes e a Câmara Técnica de
2186 Controle Ambiental expressem o mais rápido possível um parecer. Esse compromisso é
2187 institucional, não é do Secretário-Executivo, é da Secretaria-Executiva do CONAMA, e espero que
2188 a gente possa disponibilizar esta proposta na *home page* do CONAMA, até para que os outros
2189 Conselheiros que não participam das Câmaras Técnica de Transportes e de Controle, possam enviar
2190 sugestões e com isso acelerar o processo de adequação. Poderíamos, ainda, mandar cópia por
2191 escrito para todos os Conselheiros, ou mandar distribuir ainda hoje.

2192 Finalmente, encerramos a parte deliberativa.

2193 Eu falei para os senhores, no final da sessão da parte da manhã, que o Ministro
2194 Gustavo Krause, no sentido de dar estabilidade ao processo de discussão e de redefinição do papel
2195 e da importância do CONAMA, deverá assinar uma Portaria criando um grupo de trabalho
2196 chamado "Repensando o CONAMA". Então, neste momento, eu gostaria de consultar o Plenário.

2197 Nós entendemos que este grupo de trabalho deve ser mais restrito, com menos
2198 participantes, mas, obviamente, toda e qualquer ação deste grupo será trazida a Plenário para que
2199 este aprove ou não a decisão. Este grupo será meramente um mecanismo operacional para dar
2200 celeridade à proposta de "Repensar o CONAMA".

2201 Nós tínhamos pensado numa composição inicial onde participassem a ABEMA, a
2202 ANAMMA, as entidades não-governamentais e as Confederações Nacionais da Indústria do
2203 Comércio e da Agricultura.

2204 Este processo seria coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, que responderia
2205 pela parte operacional, de apoio. Teríamos, ainda, um prazo máximo para a apresentação ao
2206 Plenário dos resultados do Grupo de Trabalho, para que o Plenário pudesse julgar se suas ações
2207 foram pertinentes ou não.

2208 Então, eu abro uma breve consulta para saber se os Conselheiros concordam com
2209 esta idéia. Na verdade, é muito mais do que uma idéia, é uma determinação do Ministro Gustavo
2210 Krause, deixar isso registrado. Porém, abro a possibilidade de deixar a participação neste grupo de
2211 trabalho aberta à manifestação dos senhores Conselheiros. Caso os senhores julguem que este
2212 grupo não está totalmente representativo, o espaço está aberto para sugestões.

2213 Dr. Shelley Carneiro, representante da CNI, por favor.

2214
2215 **Conselheiro Shelley Carneiro (representante da CNI)**

2216
2217 As Confederações, eu já sei que foi falado, estão aí, mas talvez grupos muito
2218 grandes também não cheguem a resultado nenhum. Eu sei disso, mas nós temos algumas Câmaras,
2219 as Câmaras não poderiam estar representadas pelos seus....

2220
2221 **Secretário Raimundo Deusdará Filho (Secretário Executivo do CONAMA)**

2222
2223 A idéia deste grupo de trabalho, Dr. Shelley, não sugere uma participação que
2224 represente todo o Plenário do CONAMA. O CONAMA continuará funcionando, até que se traga
2225 uma proposta consolidada do "Repensar CONAMA". A idéia é que haverá um momento em que
2226 isto será trazido para dentro do Plenário do CONAMA, ou para as Câmaras Técnicas.

2227
2228 **Conselheiro Shelley Carneiro (representante da CNI)**

2229
2230 Trabalhadas nas Câmaras também, então?

2231
2232 **Secretário Raimundo Deusdará Filho (Secretário Executivo do CONAMA)**

2233

2234 Poderá ser trabalhado, mas nós precisamos ter um grupo mínimo, nuclear, de termo
2235 de referência do que é o “Repensar CONAMA” para não ficar uma coisa meramente em função da
2236 alteração do Regimento Interno. Quer dizer, o CONAMA não é só Regimento Interno, Regimento
2237 Interno é um instrumento para uma boa operação do CONAMA.

2238 Então, a idéia é um grupo para pensar um termo de referência e, aí sim, distribuir e
2239 dar transparência ao que seria um projeto de um CONAMA para o ano 2000, por exemplo. Essa
2240 seria a idéia.

2241 Pois não, Coronel Allemander, representante do Ministério da Aeronáutica, por
2242 favor.

2243
2244 **Cel. Eng. Allemander Jesus P. Filho (representante do Ministério da Aeronáutica)**
2245

2246 Senhor Presidente, gostaria de dentro deste espírito de “Repensar CONAMA”,
2247 talvez eu não tenha entendido bem, se não entendi, me desculpe, mas parecia que seria interessante
2248 também, ter outros participantes, Se o senhor pudesse, eu gostaria de indicar o representante do
2249 Estado Maior das Forças Armadas para participar deste grupo, sobre a ótica, vamos dizer assim,
2250 das forças militares e do Estado Maior das Forças Armadas, aqui representados. E diria mesmo que
2251 outros órgãos de Governo deveriam estar presentes e até mesmo sugeriria o Ministério dos
2252 Transportes, na pessoa da Dr.^a Ieda Rizzo.

2253
2254 **Secretário Raimundo Deusdará Filho (Secretário Executivo do CONAMA)**
2255

2256 Não tem problema, está acatada a sugestão. O que deve haver é um entendimento de
2257 que o grupo de trabalho trabalhará numa proposta que será sempre referendada pelo Plenário do
2258 CONAMA. Nossa intenção é deixar extremamente claro que isso não é uma decisão autocrática do
2259 Presidente do Conselho. Reflete um compromisso e, entendo eu, a necessidade e a certa ansiedade
2260 da maioria dos Conselheiros do CONAMA pela revisão do papel do CONAMA. Não só com
2261 relação ao Regimento Interno, também quanto à questão da participação, das Câmaras Técnicas. É
2262 uma forma de, em uma transição como esta pela qual estamos passando, deixar um compromisso
2263 assumido e a materialização de uma vontade de que a gente tenha um CONAMA realmente
2264 melhorado, tendo o seu papel bem executado.

2265 A gente vai absorver as sugestões que foram feitas.

2266 Passaríamos agora a palavra ao Dr. Sérgio Guimarães, representante das Entidades
2267 Ambientistas da Região Centro-Oeste. Posteriormente, teremos a palestra sobre a questão da
2268 biorremediação de lixos, para a qual, por conta de um pedido do Conselheiro Marcos Carnaúba,
2269 temos a honra de contar com o Prof. Valdir Schalch. Depois, será aberto um pequeno espaço para
2270 debate.

2271
2272 **Conselheiro Sérgio Guimarães (Representante da Entidades Ambientistas da Região Centro – Oeste)**
2273

2274 Senhores Conselheiros e senhoras Conselheiras, boa tarde. Eu quero dizer, senhor
2275 Presidente, que acho que essa iniciativa é da maior importância. As ONGs vêm trabalhando com o
2276 CONAMA desde do seu início, como a maior parte dos Conselheiros aqui presente, e pena que o
2277 Dr. Paulo Nogueira Neto, não esteja no Plenário neste momento, porque CONAMA ele foi criado e
2278 já desempenhou papéis que continua desempenhando, papel muito importante na Política
2279 Ambiental Brasileira, mas o que se verifica de um tempo para cá, é que com o aumento do número
2280 de Legislações, das atribuições dos Órgãos Ambientais, desse cipoal de instituições e Legislações
2281 que existe hoje em dia na área ambiental, há um certo esvaziamento do CONAMA como Órgão
2282 maior da política de Meio Ambiente do Brasil.

2283 Então, eu acho que esse é o momento de Repensar o CONAMA e trazer para o
2284 CONAMA alternativas de novas formas de atuação, novas atribuições para o CONAMA. Eu acho

2285 que é de fundamental importância senhor Presidente, e quero mostrar como exemplo disso, até um
2286 documento que foi circulado pelo PV, essa semana com a possibilidade de assumir junto com o
2287 cantor Gilberto Gil o Ministério do Meio Ambiente, que é um dos nomes que está circulando aí. O
2288 PV colocou algumas posições que no entender do PV seriam importantes, para que houvesse uma
2289 boa gestão ao meio ambiente, e entre essas condições o PV, cita a criação de um Conselho Superior
2290 de Política Ambiental., ora, isso é o CONAMA, ou seja, o próprio partido ligado as questões
2291 ambientais, partido verde, está desatento a uma questões dessas, e sugere também o fortalecimento
2292 da Comissão Nacional de Política para desenvolvimento Sustentável, que foi uma comissão criada
2293 no âmbito da RIO 92, mas que também superpõe com a atividade do CONAMA.

2294 Eu estou colocando essa questão aqui, que o PV levanta, mostrando a necessidade de
2295 que nós como Membros do CONAMA, hoje, possamos realizar estudos no sentido de recolocar o
2296 CONAMA em seu lugar.

2297 Eu quero parabenizar o Ministro por essa iniciativa, e dizer que é da maior
2298 importância que ela seja realizada. Muito obrigado.

2299

2300 **Secretário Raimundo Deusdará Filho (Secretário Executivo do CONAMA)**

2301

2302 Muito obrigado, Dr. Sérgio. A idéia da Portaria é justamente solidificar,
2303 independente da condução partidária política que o Ministério vá ter a partir do mês de janeiro, a
2304 presença do CONAMA.

2305 Por gentileza, eu convidaria o Prof. Valdir Schalch, Engenheiro Químico da USP,
2306 que muito gentilmente atendeu um convite do CONAMA, para, por gentileza, proferir uma
2307 palestra, que é de interesse de todos, com relação à questão da biorremediação de lixões.
2308 Posteriormente poderíamos abrir espaço para algumas perguntas e esclarecimentos. Com a palavra,
2309 Prof. Valdir Schalch.

2310

2311 **Conselheiro Marcos Carnaúba (Representante do Governo do Estado de Alagoas)**

2312

2313 Pedi a palavra mais uma vez para justificar a presença do Prof. Valdir Schalch, da
2314 Universidade de São Carlos- USP. Ele é do Departamento de Hidráulica e Saneamento, e vai fazer
2315 a apresentação sobre biorremediação gerada por propostas que estão disseminadas no País, para
2316 biorremediação de lixo, o que gerou a dúvida do Instituto do Meio Ambiente se haveria realmente
2317 dentro do processo alguma consistência.

2318 O processo propõe, por engenharia genética, a criação de uma bactéria que teria o
2319 poder de purificar um lixão já existente, então nós fizemos a consulta tanto a RodVias, empresa de
2320 São Paulo que se assessorou num Consultor Internacional Professor Mário Candola sobre o
2321 processo e com interrogações sobre sua inoquidade e também eficiência, o que motivou a consulta
2322 do Instituto do Meio Ambiente ao Prof. Schalch, que é especialista no assunto com Mestrado etc. e
2323 isso redundando no que eu pedi o apoio para a Moção de congratulações pela sua coragem e a sua
2324 capacidade profissional em respondê - las, gerando também uma Ação Judicial contra a pessoa
2325 dele, pessoa física, quando deveria, se houvesse motivação, ser feita contra a Universidade ou seu
2326 Departamento que foi a quem que nós fizemos a indagação.

2327 O Professor Schalch tem participado de conferencias em nível de Brasil,
2328 recentemente em Manaus, inclusive em Maceió, entrando em choque, que eu espero que não mais
2329 aconteça, com empresário que propôs esse processo. É um processo que ao que tudo indica é
2330 inócuo e tem um agravante dentro disso tudo que não é da área ambiental, mais sim da área moral e
2331 que a sua, digamos assim, invenção gera a dispensa de Licitação Pública. Então eu faço um apelo
2332 aos senhores Conselheiros que observem com muita atenção a exposição do professor, eu sei que o
2333 tempo é curto, mas é um profissional de renomada competência no Brasil e no exterior.

2334

2335 **Conselheiro Paulo Finotti (representante da Entidades Ambientalistas da Região Sudeste)**

2336
2337 Vou ocupar um pequeno intervalo de tempo. Eu conheço o Professor Valdir há
2338 muito tempo, inclusive ele foi professor de um dos meus filhos, foi quando nós começamos a
2339 trabalhar em algumas coisas juntos e hoje nós estávamos almoçando juntos e nós levantamos um
2340 problema interessante. Diversas vezes, inclusive em meus pronunciamentos dentro deste Plenário
2341 eu tive a oportunidade de comentar o distanciamento da Universidade com relação aos problemas
2342 do dia a dia, e particularmente não vou citar nomes, mas que todo mundo já sabe, algumas
2343 Universidades públicas. Hoje, eu acho que nós conseguimos fazer um convênio, não é professor
2344 Valdir, convênio este de trabalharmos juntos pelo menos na Região, porque ele trabalha em São
2345 Carlos e nossa sede é em Ribeirão Preto que fica a menos de uma centena de quilômetros do local,
2346 e o meu filho inclusive mora em São Carlos e isso facilita muito os nossos contatos, quem sabe
2347 através de um trabalho que nós estamos fazendo próximo, na criação de um Centro de Estudos
2348 Ambientais em Araraquara, que fica no triângulo de Ribeirão, São Carlos e Araraquara, nós
2349 tenhamos possibilidades de ampliar a presença do Setor Acadêmico e de pesquisa, principalmente o
2350 público que é aquele que pode desenvolver este tipo de trabalho, junto com os problemas
2351 ambientais exclusivamente para resolver e principalmente colocando o homem como centro desse
2352 setor que é o mais prejudicado a cada momento, é só isso e muito obrigado.

53

2354 **Prof. Valdir Schalch(Engenheiro Químico da USP)**

2355

2356 Boa tarde a todos, hoje eu tive a oportunidade de desde manhã estar participando
2357 deste encontro aqui dos senhores e agradeço as palavras do Engenheiro Paulo. Conheci o
2358 Engenheiro Carnaúba, vamos dizer assim, numa condição, em função de um parecer que eu dei que
2359 gerou algumas confusões. Mas é muito importante, foi um encontro muito interessante que nós
2360 tivemos, e também soube que o Paulo também fazia parte. Desculpe, eu posso falar assim, né? O
2361 Paulo, que fazia parte também do CONAMA, e sempre nas minha aulas eu me refiro ao
2362 CONAMA, e cada vez mais eu tenho, nas minhas aulas, e nas minhas atividades eu tenho chegado,
2363 não sei a gente vai ficando mais velho, vai ficando não muito só técnico, né?

2364 Mas eu acho que a área de resíduos sólidos no Brasil, ela passa muito, mais muito
2365 mesmo por Legislações, por Gestão de Resíduo, como esta acontecendo já, já tem anteprojeto. Não
2366 adianta você ter determinadas tecnologias, se você não tem antes como usar essa tecnologia e como
2367 que elas devem ser utilizadas, então, eu acho que é muito importante essa participação da gente ter
2368 essa visão global das coisas, não só tecnicamente, porque a gente percebe que quando a gente vem
2369 numa reunião que nem essa daqui dos senhores, muitas variáveis técnicas são colocadas, por gente
2370 inclusive de altíssimo nível, algumas que eu estou tendo o prazer até de conhecer pessoalmente
2371 hoje, e já conhecia de nome há muitos anos, então eu acho que o que eu vou falar para vocês, não
2372 vou me estender muito, vou tentar ser sintético, se é que professor consegue ser sintético, mas eu
2373 tentarei fazer bem, mas eu não vou entrar rapidamente na biorremediação, eu quero falar duas
2374 palavrinhas antes para situar os senhores na biorremediação.

2375 Eu sou, como já foi dito, e terei um enorme prazer de colaborar com o que for
2376 possível, sou lá de São Carlos e lá em São Carlos nós temos a felicidade de ter duas instituições de
2377 ensino superior que lidam com a parte de Engenharia. Uma é a Universidade Federal de São
2378 Carlos, como o nome está dizendo é Universidade Federal, tudo se concentra lá, desde o Reitor até
2379 todas as pessoas, e a outra é onde eu estou, que o Campus da USP. A USP fica na cidade
2380 Universitária, tem Ribeirão Preto, tem em outros lugares e tem em São Carlos, então a gente tem
2381 essa felicidade de ter, duas instituições que cuidam desses problemas de meio ambiente,
2382 obviamente tem administração, tem outras coisas, mas a Universidade Federal do Estado de São
2383 Paulo é em São Carlos e nós somos de um Campus da USP, lá de São Carlos. Nós somos do
2384 Departamento de Hidráulica e Saneamento e eu particularmente dentro da área de Hidráulica e
2385 saneamento trabalho com lixo, mais precisamente resíduos sólidos. Nós estamos em São Carlos a
2386 uns 20 anos, trabalhando com esta parte de Resíduos Sólidos, eu falo 20 anos mas a experiência é

2387 uma coisa relativa, muito relativa, não é, só digo isso porque, já vou falar para os senhores, o Brasil
2388 está carente, o mais fundamental que nós precisamos fazer hoje no Brasil é formação de Recursos
2389 Humanos em resíduos sólidos, eu tenho acompanhado o anteprojeto, nem sabia que estava aqui no
2390 CONAMA , mas tenho acompanhado junto com a minha equipe, tanto a nível Estadual, quanto a
2391 nível Federal, essa Política Nacional de Resíduos Sólidos, já estive aqui em Brasília a dois anos
2392 atrás também, tudo começou aqui, e a Política Estadual de resíduos sólidos que hoje está na
2393 Assembléia Legislativa para ser avaliada, mas nós temos participado disso aí e nós estamos
2394 batendo bastante na tecla de formação de Recursos Humanos, em resíduos sólidos existe isso que
2395 eu vim fazer hoje, aqui para os senhores, porque não tem gente estudando lixo, se tivesse um
2396 pouquinho mais de pessoas estudando lixo eu não estaria hoje aqui falando de Biorremediação do
2397 lixo, porque isso daí já teria sido discutido tecnicamente, aonde deveria ter sido discutido, e a
2398 gente já traria subsídios para os senhores, não viria aqui explicar o que é Biorremediação.

2399 Então, eu acho que isso daí é o ponto mais fundamental no Brasil que a gente tem,
2400 formação de recursos humanos na área de resíduos sólidos, tenho viajado graças a Deus bastante
2401 pelo Brasil, nas Universidades Federais, nas Universidades Estaduais e não tem gente que estuda
2402 lixo, quando eu digo lixo, costumo sempre falar a mesma frase, é levantar vendo lixo, comer lixo,
2403 almoçar lixo, dormir lixo, não de vez em quando alguém orientar uma pesquisa em lixo, então
2404 qualquer pessoa que chegue aqui, os senhores podem também pensar isso de mim, fala o que quer
2405 de lixo e tem raríssimas pessoas que contestam, porque não sabe se quem está falando, está
2406 falando sério ou não. Então nas outras áreas do Brasil, se você pega água residuárias, águas de
2407 abastecimento, saneamento, como lixo ainda não entrou no saneamento, pega água de saneamento
2408 e águas ressuárias, nós temos excelentes técnicos no Brasil, com relação ao Meio Ambiente.
2409 Então não é qualquer coisa que as pessoas falam, que os outros ficam ouvindo.

2410 Eu vim falar um pouquinho de biorremediação para vocês e acho que essa foi uma
2411 feliz coincidência, inicialmente tive processo em cima, essa coisas todas, mais eu acho que é muito
2412 importante onde eu estou aqui hoje falando para os senhores, eu vou passar rapidamente algumas
2413 transparências aqui, para chegar no lixo, eu não posso deixar de falar de Bacia Hidrográfica, teve
2414 até um encontro aqui nestes dois últimos dias, de Bacia Hidrográfica, então, a Bacia Hidrográfica
2415 pela Legislação, ela é tida como a unidade de planejamento, daí o lixo está dentro dela, a unidade
2416 de planejamento de lixo está dentro dela. Então, quando você vai estudar algum problema
2417 relacionado com lixo e o meio ambiente, óbvio, você tem que estudar dentro da Bacia Hidrográfica
2418 até por força de Legislação, e as outras que a gente tem, não esta daqui ainda é uma outra, e as
2419 outras que nós temos, são as Uncles, são as divisões que a gente tem de Bacias Hidrográfica. Então,
2420 por exemplo, no Estado de São Paulo, nós temos as Uncles todas, eu digo da importância que a
2421 gente tem que ter, quando vai estudar algum assunto. Então vejamos vocês tem todas as Uncles, e
2422 essa Uncle n.º 05 aqui, essa Uncle n.º 05 é a Uncle que a gente pode expandir e verificar a
2423 quantidade de cidades que tem na Uncle n.º 05, que tem Piracicaba, Campinas, Jundiaí, Americana
2424 uma séries de cidades que compõe, são 57 municípios que compõe a Uncle e a gente tem que ter
2425 uma Política de gestão de Resíduos Sólidos para cada Bacia Hidrográfica, que a gente tem uma
2426 Política de Gestão de Resíduos Sólidos, essa Política de Gestão de Resíduos Sólidos ela esta
2427 intimamente ligada com as definições que a gente tem numa política que a gente tem de Resíduos
2428 Solidos.

2429 Então, você tem aqui só para a gente ter uma idéias para eu chegar na
2430 biorremediação, você tem a divisão dos Resíduos Sólidos, você tem a divisão dos Resíduos Sólidos
2431 e a biorremediação ela está, ou ela deveria estar ou ele pode estar dentro dos resíduos Sólidos
2432 Urbanos, porque a gente tem os domiciliares e os de Saúde, ou poderia estar numa de resíduo
2433 industrial e já vou adiantando alguma coisa. Todos os artigos que a gente lê, e eu tenho aí com
2434 vocês, se vocês forem na *Internet*, você verifica isso, a biorremediação, é uma tecnologia
2435 consolidada para Resíduos Sólidos Industriais, nós temos milhares de artigos, muito livros escritos
2436 sobre biorremediação, ela já é consolidada nos Estado Unidos, ela já é uma tecnologia consolidada

2437 a biorremediação, no que tange aos resíduos sólidos domiciliares e de serviços de saúde, eu nem
2438 vou entrar no de serviço de saúde, mas os domiciliares o problema dos Resíduos Sólidos
2439 domiciliares é que ele é muito heterogêneo, resíduo solido domiciliar é aquele saquinho de lixo que
2440 a gente põe todo dia, então, tem plástico, vidro, lata, papel, Papelão e matéria orgânica vamos
2441 chamar assim, são os restos de alimentos nesse tópico aqui que essa empresa na qual eu dei o
2442 parecer questionou, então isso é muito importante eu falar para os senhores, eu não dei um parecer
2443 sobre Biorremediação de resíduo industrial. Resíduo industrial existe vários trabalho, no Brasil
2444 ainda não viu, o Brasil não está nem engatinhado em biorremediação de resíduos industriais, e uma
2445 tecnologia consolidada já nos Estados Unidos, então a gente tem muitos artigos para a gente se
2446 basear, agora não existe um trabalho científico que comprove a biorremediação de lixão, a palavra
2447 é biorremediação, não remediação, que a biorremediação é uma das alternativas da remediação,
2448 remediação é óbvio tem até Resoluções Federais, tudo que você desfizer você tem que remediar
2449 aquela área, como no Estado de São Paulo a CETESB e a Secretária do meio ambiente, quando
2450 você vai fazer um EIA/RIMA de um aterro novo, você pode remediar o lixão antigo, não
2451 biorremediar, é óbvio que como pesquisador eu não posso dizer que a biorremediação de resíduos
2452 sólidos domiciliares nunca vai existir, jamais um pesquisador pode dizer que tal pesquisa não vai
2453 dar certo nunca, mas hoje nós ainda não temos formas de avaliar, o que pode acontecer quando
2454 você faz uma biorremediação de resíduos sólidos domiciliares, e foi o parecer que eu dei. O parecer
2455 também está aqui comigo, e foi o parecer que eu dei, e continuo mantendo. Por que ? Porque foi
2456 bem explicado aqui hoje com detalhes até, quando os senhores se reúnem para provar alguma coisa
2457 foi até dito anteriormente, agora, os senhores tem que conhecer as coisas, mesmo vindo uma pessoa
2458 de altíssimo nível como o Engenheiro Werner, você tem que dizer, não eu quero conhecer, não para
2459 ser contra, mas eu quero conhecer para poder avaliar, é óbvio, então isso daí, na biorremediação
2460 não passou por nem uma instância técnica e científica no Brasil, nenhuma, tanto que hoje, eu estou
2461 até em função do tempo, eu quero deixar mais para a gente discutir, mas por exemplo, hoje a
2462 SABESP que é um Órgão do Estado de São Paulo que financia a pesquisa, hoje, quando você vai
2463 preencher os teus dados, lá tem embaixo um dado que agora existe nos padrões da SABESP,
2464 biossegurança, então, aqui diz se você vai mexer, vai lidar com microorganismos geneticamente
2465 modificados, porque se você for lidar, você vai ter que ter certificação dos microorganismos, então,
2466 depois está aqui também para quem quiser ver, isso aqui não tinha a um determinado tempo e hoje
2467 tem, então é mais para dizer para os senhores que isso daí esta em processo ainda, que nem uma
2468 pesquisa séria no Brasil foi feita com relação a isso, e toda pesquisa que se preze ela vai ter que
2469 primeiro passar por protótipos, por laboratórios, depois instalações experimentais e depois
2470 comercializar, essa empresa já queria fazer já direto, até inclusive com dinheiro financiado por
2471 organismos internacionais, já queria impor isso daí logo com relação a tecnologia aqui no Brasil e
2472 tem muitas outras coisas que a gente deve fazer.

2473 Com relação então a resíduos domiciliares, só para os senhores terem uma idéia
2474 também, a primeira coisa importante eu acho é essa. Eu não dei parecer da biorremediação para
2475 resíduo industrial, porque se eu desse parecer para resíduo industrial e a pessoa fosse séria e tivesse
2476 fazendo pesquisa naquilo lá, eu daria o parecer favorável, eu daria o parecer favorável, então para
2477 resíduos domiciliares, os resíduos domiciliares eles tem uma série de detalhes, acondicionamento,
2478 coleta, transporte, destinação final. Quando você pega no Brasil a coleta e transporte de resíduos
2479 está razoavelmente equacionada, você não vê lixo jogado na maior parte da cidades brasileiras, na
2480 sua casa, passa alguém e pega, se alguém ou é a prefeitura ou é uma empreiteira contratada, agora
2481 aqui é que o gargalo do Brasil, como até já foi dito hoje, os cinco mil e seiscentos e poucos
2482 municípios que nós temos, nunca a estatística é certa com relação a lixo, mas com certeza não tem
2483 10% que tenha alguma destinação final adequada dos seus resíduos, então, isso é mais um ponto: se
2484 biorremediação fosse interessante para lixão, se ela fosse uma tecnologia estabelecida, eu pensaria
2485 mil vezes, porque a gente tem vários outros aspectos para a gente aplicar dinheiro com relação a
2486 lixo, tem outras áreas que a gente deve aplicar em lixo, por exemplo, toda cidade deve ter um aterro

2487 sanitário decente, se for cidade muito grande que opte pela incineração, vai sobrar rejeito, os
2488 senhores que participaram das atividades do anteprojeto de lei de resíduos sólidos, viram lá, que
2489 para resíduos domiciliares, e para os outros também, mais a estratégia de gestão desses resíduos no
2490 mundo todo é essa, então a biotecnologia ou então a biorremediação ele estaria aqui. Então, mesmo
2491 que a biorremediação fosse um trabalho totalmente consolidado no Brasil, para lixão, eu volto mil
2492 vezes, Marcos também se cansa de ouvir eu falar isso daí, para lixão, eu vou biorremediar um
2493 lixão, lixão de lixo domiciliar, não petróleo, não outras pesticidas outras coisas, então o modelo
2494 mundial é esse, então quando você vai aplicar dinheiro, você tem que aplicar dinheiro do começo
2495 para o fim não no fim, então por isso que as medidas de educação ambiental para a minimização da
2496 quantidade de resíduos gerados, tudo isso ai é muito importante, por isso que tem que ter a política
2497 da gestão de resíduos sólidos. Por que a gente quer que tenha uma política de gestão de resíduos
2498 sólidos? Para você saber quando tiver verba, onde tiver verba você saber como aplica-lá, você
2499 saber como aplica-lá. Então, aterro sanitário sempre vai ter que existir, obviamente, como é nos
2500 países mais desenvolvidos, porque eles tem até mais problemas de lixo do que a gente, só que eles
2501 levam mais a sério no sentido de pesquisa, eu digo mais a sério, estão mais consolidados no sentido
2502 de verba, sem verba você não faz nada, eles têm um aterro sanitário, só que esta destinação final do
2503 aterro sanitário é para rejeito, não é para tudo que nós estamos colocando hoje no aterro sanitário,
2504 tá bom.

2505 Entrando agora um pouco na biorremediação, eu já vou passar direto para a
2506 biorremediação, porque assim a gente depois pode conversar um pouco e para não também ficar
2507 perturbando os senhores com relação a isso, então o que pode ficar claro aí para vocês e o seguinte:
2508 A biorremediação é uma das técnicas de remediação para lixão, então vejamos: quando a CETESB
2509 e a Secretaria de Meio Ambiente lá no Estado de São Paulo pede para nós, olha faça o EIA/RIMA
2510 do lixão do Piracicaba, a gente tem que recuperar o lixão antigo, tem que remediar o lixão antigo,
2511 com varias atitudes que a gente toma de monitoramento integrado, agora biorremediar é uma
2512 técnica de inserção de microorganismos, e essa técnica de inserção de micro organismos, a
2513 biorremediação quando você fala, e recuperação de áreas degradadas, ela existe, ela está aqui, é
2514 uma das técnicas de remediação, só que ainda não está consolidada no Brasil, não existe um
2515 trabalho que tenha um resultado, que tenha sido publicado em nenhuma revista técnica de nível
2516 para você mostrar, e quem tiver isso daí, me mostre ai, porque eu estou ávido também para
2517 conhecer um trabalho de biorremediação de lixão no Brasil, alguns dados, porque eu só trabalho na
2518 área técnica, trabalho na área de pesquisa, alguém precisa me mostrar algum dado senão eu não
2519 consigo fazer nada. Então, a remediação, a biorremediação, como é definida até por uma ilustre
2520 técnica da CETESB, ou biorrecuperação, olha lá, ela se caracteriza por uma tecnologia de
2521 recuperação de locais contaminados, que utiliza microorganismos de ocorrência natural, bactérias e
2522 fungos. Aí é que está o gargalo das coisas, quando você utiliza microorganismos, eu também tenho
2523 um papel aqui, eu não vou ficar mostrando muito, mas esse vale a pena também, tem pesquisadores
2524 no Brasil, que estão a dez, quinze anos estudando a produção de Tanol utilizando bactéria
2525 recombinante, então o sujeito está estudando mesmo, está estudando bastante, para chegar à
2526 conclusão de que aquele organismo não vai geneticamente ser modificado e causar um pior dano
2527 que aquele que está sendo produzido. Então a biorremediação, por isso é que ela põe a palavra Bio
2528 na frente, porque é vida, a remediação já existe, agora biorremediação você lida com
2529 microorganismos, ou que são nativos, ínsitos ou extracitos, mas você lida com microorganismos,
2530 tanto que esta posta que eu falei para os senhores agora, ela exige que qualquer trabalho científico
2531 que você vai fazer, você diga que você vai mexer com organismo depois de ser mudado
2532 geneticamente, então, é uma coisa muito séria, você mexer com microorganismos no meio
2533 ambiente e a biorremediação é definida como isso daí, é definida como essa atividade. Só para os
2534 senhores terem uma idéia, a biorremediação, o que existe hoje é só dar um pouco da teoria da
2535 biorremediação, não vou ficar falando muito aqui, mas precisa do que a gente chama, precisa de
2536 condições de contorno bem estabelecidas, precisa de condições de contorno bem estabelecidas.